UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Vânia Cibeles Ornelas de Oliveira

Marx na Rússia pós-revolucionária: contribuições
teóricas sobre a economia de transição

|Versão Corrigida|

São Paulo
2021

Vânia Cibeles Ornelas de Oliveira

Marx na Rússia pós-revolucionária: contribuições
teóricas sobre a economia de transição

|Versão Corrigida|

Tese (Dissertação) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Econômica sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

São Paulo
2021

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

dm de Oliveira, Vânia Cibeles Ornelas
Marx na Rússia pós-revolucionária: contribuições
teóricas sobre a economia de transição / Vânia Cibeles
Ornelas de Oliveira; orientador Jorge Luís da Silva
Grespan - São Paulo, 2021.
146 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Econômica.

1. Economia de Transição. 2. Teoria Marxista do
Valor. 3. Isaak Rubin. 4. Evgenii Preobrazhensky. 5.
Ingo Elbe. I. Grespan, Jorge Luís da Silva, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Vânia Cibeles Ornelas de Oliveira

Data da defesa: 25/06/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Jorge Luís da Silva Grespan

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/07/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esse projeto, aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, ao Grupo de Pesquisa de Planificação Econômica e Coletivismo (GPPEC) com quem desenvolvi parte desta pesquisa, ao professor Everaldo de Andrade e, especialmente, ao meu orientador Jorge Grespan.

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos trabalhadores(as) terceirizados(as) da Universidade de São Paulo, sistematicamente excluídos desta universidade.

Resumo

OLIVEIRA, V. C. O. Marx na Rússia pós-revolucionária: contribuições teóricas sobre a economia de transição. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO: Este texto se concentra no estudo dos problemas econômicos da Rússia pós-revolucionária, desde as condições herdadas do Império czarista até o período de reabertura dos mercados levado à frente pela NEP (Nova Política Econômica). As causas e as saídas para as crises econômicas que marcaram esse período estiveram no centro da disputa política da ala oficial do partido e da ala de oposição. Discutiremos como essa última posição, liderada principalmente por Trotsky e Preobrazhensky, mobilizou o método de Marx de acordo, em alguns pontos essenciais, com a interpretação pioneira oferecida por Isaak Rubin sobre a forma social do valor, apresentada em seus ensaios *A Teoria Marxista do Valor*. Tal leitura nos distancia de interpretações contemporâneas como a de Ingo Elbe, que recupera Isaak Rubin assumindo um distanciamento teórico entre este e o assim denominado “marxismo tradicional”, do qual fazem parte, segundo a sua história do marxismo no Ocidente, os intelectuais revolucionários aqui tratados.

Palavras-chave: Isaak Rubin; Evgenii Preobrazhensky; economia soviética; forma social; teoria do valor; Ingo Elbe.

Abstract

OLIVEIRA, V. C. O. Marx in post-revolutionary Russia: theoretical contributions to the transitional economy. 2021. 148 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ABSTRACT: This text focuses on the study of the economic problems of post-revolutionary Russia, from the conditions inherited from the Tsarist Empire to the period of reopening of markets led by the NEP (New Economic Policy). The causes and solutions to the economic crises that marked this period were at the center of the political dispute between the official wing of the party and the opposition wing. We will discuss how this last position, led mainly by Trotsky and Preobrazhensky, mobilized Marx's method in accordance, in some essential points, with the pioneering interpretation offered by Isaak Rubin on the social form of value, presented in his essays *The Marxist Theory of Value*. Such reading distances us from contemporary interpretations such as Ingo Elbe, which recovers Isaak Rubin assuming a theoretical distance between him and the so-called "traditional Marxism", of which the revolutionary intellectuals treated here are part, according to his history of Marxism in the West.

Keywords: Isaak Rubin; Evgenii Preobrazhensky; Soviet economy; social form; value theory; Ingo Elbe.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	
1.4 Do Império ao Estado operário: a herança das condições econômicas	15
2.4 A questão agrária no programa revolucionário	24
3.4 A crise de escassez de alimentos e o "comunismo de guerra"	33
4.4 A Nova Política Econômica (NEP) e a "crise das tesouras"	36
Capítulo 2	
1.5 Isaak Rubin e <i>A teoria marxista do valor</i> : introdução	52
2.5 O método da economia-política	53
3.5 A teoria do fetichismo da mercadoria	59
4.5 As bases objetivas do fetichismo da mercadoria	63
5.5 Aspectos básicos da teoria marxista do valor	65
Capítulo 3	
1.3 Preobrazhensky e <i>A Nova Econômica</i>	73
2.3 A lei da acumulação primitiva socialista	90
3.3 Lógico e Histórico em Rubin e Preobrazhensky	101
Capítulo 4	
Ingo Elbe: uma recuperação a-histórica da forma do valor	111
Conclusões	136
Referências bibliográficas	143

Glossário de Abreviações

NEP - Nova Política Econômica.

Gosbank - Gosudarstvennyi Bank (Banco do Estado).

Gosplan - Gosudarstvennaya Obshcheplanovaya Komissiya (Comissão Estadual de Planejamento Geral).

Narkomfin - Narodnyi Komissariat Finansov (Comissariado do Povo para Finanças).

Probank - Torgovo-Promyshlennyi Bank (Banco do Comércio e Indústria).

SRs - membros do Partido Social Revolucionário.

Vesenkha - Vysshii Sovet Narodnogo Khozyaistva (Conselho Supremo da Economia Nacional).

VTsIK - Vserossiiskii Tsentral'nyi Iсполnitel'nyi Komitet (Comitê Executivo Central de Toda Rússia).

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Introdução

O estudo deste trabalho se limita cronologicamente ao período da Revolução Russa em 1917 e seus primeiros anos seguintes. Inicialmente, estava dedicado ao estudo da obra de Isaak Rubin **A teoria marxista do valor**, um dos principais pesquisadores da jovem Rússia soviética de 1920, que dedicou seus principais trabalhos à teoria do valor e do dinheiro, bem como às questões metodológicas do pensamento marxista. Foi com o trabalho paralelo junto ao Grupo de Pesquisa Planificação Econômica e Coletivismo, através do estudo da obra de Blás Ortega **A formação do "mecanismo econômico stalinista" (M.E.E.) na ex-URSS e sua imposição na Europa Oriental: o caso da Hungria**¹, que esta pesquisa entrou em contato com os principais debates da economia política da jovem Rússia soviética. A obra de Blás se tornou um importante guia bibliográfico, responsável por nos apresentar a obra de Preobrazhensky **A Nova Econômica**, para quem o espanhol dedica particular atenção. Essa obra de Preobrazhensky, apesar de ainda só ter alcançado o interesse de alguns especialistas acadêmicos, tem um valor histórico enorme para o marxismo russo, já que representa uma das primeiras tentativas de construir uma teoria sobre a economia socialista (no marco de sua experiência transicional), oferecendo as primeiras contribuições para uma ciência teórica da economia organizada. Marx não nos deixou nenhuma tese sobre a economia socialista - exceto comentários gerais avulsos - e, embora sua crítica à economia política fosse inteiramente útil ao debate empreendido por Preobrazhensky, não poderíamos esperar que este se limitasse ao estudo e exposição da obra de Marx para construir as primeiras elaborações teóricas de uma economia que suplanta a forma do valor e, portanto, a ciência da economia política que a explica.

Posteriormente, tivemos contato com leituras marxistas dos círculos acadêmicos atuais que restauram o pensamento de Isaak Rubin. Se num primeiro momento os correlatos teóricos da recuperação da teoria marxista em Rubin e Preobrazhensky não aparecia para nós como uma polêmica, fomos surpreendidos pela leitura de uma longa tradição do marxismo europeu que assume uma ruptura entre as contribuições de Rubin e os marxistas revolucionários. Se num primeiro momento, portanto, a aproximação teórica entre Rubin e Preobrazhensky parecia óbvia, com a leitura da obra de Ingo Elbe,

¹ La formación del "mecanismo económico estalinista" (M.E.E.) en la antigua URSS y su imposición en la Europa del Este: el caso de Hungría.

Marx no Ocidente: a nova leitura de Marx na República Federal desde 1965², esta aproximação era questionada pela sua insistente crítica ao “marxismo tradicional”. O estudo de Elbe está centrado na forma do valor, tratada sob uma perspectiva similar à tradição estruturalista althusseriana e à filosofia analítica, para usar os termos que ele mesmo usa ao se referir a essas tradições. A recuperação do debate da *forma* existiu na Rússia pós-revolucionária em várias frentes, ao contrário do que defende Ingo Elbe. Mas concordamos quando ele reconhece uma diferença de “paradigma” na recuperação desse debate entre o marxismo russo e o marxismo contemporâneo do qual ele se considera parte, a saber, a “Nova Leitura de Marx”. Contudo, as mudanças no paradigma do pensamento, segundo Elbe, só podem ser explicadas pelas mudanças da própria apropriação lógica da realidade, mudanças imanentes à própria teoria ou, mais especificamente, à exposição teórica nas obras dos autores tratados. Não compartilhamos desse método para explicar essa mudança histórica “paradigmática”, mas, de fato, caberia um estudo sociológico que explique esse percurso histórico do marxismo.

O percurso deste trabalho começa com a descrição das principais reformas implementadas pelo Império czarista, que mudaram significativamente as relações sociais na Rússia em favor da consolidação do capitalismo. Os problemas inaugurados por essas mudanças nos dão um quadro das circunstâncias econômicas herdadas pela revolução e que se tornaram problemas desafiadores para o Estado operário. A questão agrária foi um dos principais desafios para os revolucionários, pois se tratava do setor econômico mais predominante e os camponeses, por sua vez, se tornaram importantes agentes da radicalidade política contra o Império e, posteriormente, contra o capitalismo no campo. Discutiremos os principais desafios para a implementação de uma economia socialista num país essencialmente agrário e como eles foram interpretados pelos principais partidos em disputa.

Debateremos também como o desequilíbrio das trocas entre o campo e a cidade conduziu a crises econômicas materializadas na discrepância dos preços industriais e agrários e na escassez de mercadorias, a conhecida “crise das tesouras”, vivida num cenário de destruição da guerra civil. Os blocos políticos que disputaram a explicação das causas e da solução para as crises que se tornaram presentes desde a abertura dos mercados com a NEP se dividiram entre a oposição do partido e a ala majoritária oficial,

² Marx im Westen: die neue marx-lecture in der Bundesrepublik seit 1965.

este que encontrava aliados nas instituições financeiras do Estado. Buscaremos expor as diferentes posições entre esses blocos políticos.

Seguimos no segundo capítulo expondo a interpretação fundamental oferecida por Isaak Rubin em sua obra **A teoria marxista do valor** para no capítulo seguinte discutir as contribuições de Preobrazhensky na elaboração de uma nova teoria econômica que explicasse a economia soviética. Em ambos os casos, a recuperação do pensamento de Marx conserva a compreensão das relações sociais por trás das coisas. Apuraremos as principais “divergências” que poderiam ser atribuídas à apropriação teórica de Rubin e Preobrazhensky sobre o método da economia política. Em linhas gerais, Rubin estudava a obra de Marx e debatia a forma social como aspecto central da teoria do valor, enquanto Preobrazhensky reconhecia um desenvolvimento desigual na sociedade russa e previa os riscos desse desenvolvimento, uma vez que também tratava das formas sociais diversas por trás do avanço produtivo da economia russa. Segundo esta visão, a luta entre os reguladores econômicos expressava as trocas das formas sociais desiguais da economia russa: a forma privada camponesa, cujos produtores pulverizados se relacionavam através do mercado e a forma social da indústria estatal, que fundava germinalmente um novo mecanismo de regulação da troca, cujos produtores conectados e regidos sob um princípio planificador reproduziam uma relação social nova. Contudo, essas formas (a privada camponesa e o mercado externo representados pela lei do valor e a coletiva industrial representada pelo princípio planificador) não se desenvolviam isoladamente, mas em luta entre elas, o que colocava as questões: quem vencerá? Para onde se desenvolve a totalidade das relações sociais de produção, para o capitalismo ou para o socialismo? Por fim, discutimos a obra de Ingo Elbe e suas formulações sobre o pensamento de Rubin e a teoria do valor de Marx para o “marxismo tradicional”, buscando oferecer uma interpretação alternativa e ampliada para esta tradição na ciência da economia política e da economia de transição.

Por fim, é digno destacar de passagem que o marxismo russo pós-revolucionário foi construído sobre uma base social muito particular. Depois da Revolução Russa, um esforço material importante foi mobilizado para a recuperação do pensamento de Marx. Posteriormente, os expurgos liderados pelo stalinismo, que varreram a maior parte da intelectualidade marxista russa, além do macartismo nos EUA e a perseguição aos comunistas em todo mundo impôs uma crise nos estudos do marxismo no século passado, dentre outros fatores (burocratização do movimento operário, concessões do capitalismo aos trabalhadores, etc.) que devem ser levados em conta. A ciência é feita

por cientistas, não apenas por livros ou coisas. Sem essas pessoas, o estudo é interrompido, imprimindo enormes consequências teóricas para o pensamento universal. Uma marca que notamos no pensamento russo é que o conhecimento teórico da realidade está intimamente ligado aos problemas concretos da realidade. A intervenção na realidade é uma parte do conhecimento, conhece-se na ação. O conhecimento teórico decorre, em alguns casos, apenas como resultado de uma ação tomada e do balanço de seus resultados, sobretudo, na construção consciente de um sistema econômico historicamente novo e não na perpetuação do sistema anterior. Nesse sentido, a economia russa pós-revolucionária tinha um caráter experimental que, apesar das valiosas contribuições teóricas ainda válidas para a atualidade, exigem de nós uma compreensão dentro dos limites de sua experiência histórica particular.

Capítulo 1

1. 4 Do Império ao Estado operário: a herança das condições econômicas

A Revolução Russa inaugurou um novo capítulo na história do marxismo. As particularidades do primeiro Estado operário que conquistou o poder no século XX oferecem material teórico para os problemas originais da economia política e da economia de transição. As principais inquietações econômicas que desafiaram os revolucionários russos não haviam aparecido pela primeira vez após a revolução, mas já desafiavam o Império Russo desde o século XIX. Os revolucionários herdaram, nesse sentido, as contradições da economia na mesma etapa em que elas foram deixadas pelo Império czarista, que não foi capaz de oferecer resoluções definitivas. Desde o Império russo, essas contradições se materializaram essencialmente no desenvolvimento desigual da indústria e do campo atrasado em franco processo de desintegração das formas pré-capitalistas, dando lugar ao desenvolvimento do capitalismo com apoio do Estado, à medida que as imponentes indústrias capitalistas eram enxertadas no solo russo pelo capital estrangeiro.

Um marco fundamental nas transformações das relações sociais na Rússia em favor do desenvolvimento do capitalismo foi a emancipação dos servos em 1861 durante o reinado de Alexandre II. A emancipação liquidou o status de igualdade servil e cumpriu a tarefa de oferecer a mão-de-obra a partir dos estratos do campesinato necessária à indústria em expansão. Essa reforma significou um golpe fatal às relações sociais servis herdeiras do feudalismo e um passo fundamental para a consolidação de um capitalismo industrial moderno, mas em um país onde faltavam todas as condições para isto. O seu principal efeito foi sobre o campesinato e o sistema de posse das terras. Com as novas leis, a terra foi dividida entre os proprietários e os camponeses. Contudo, o acordo se consolidava, na prática, como uma forma de privar os camponeses das terras pelas quais tinham direito legítimo enquanto possuidores.³ Com a emancipação, os camponeses pobres foram obrigados a comprar sua parte da terra e pagá-la a prestações, contraindo as assim chamadas dívidas de resgate. Nesse sentido, os camponeses não alcançaram liberdade pessoal real, pois suas terras não pertenciam efetivamente a eles, mas à comunidade da aldeia, no modo de propriedade e organização do trabalho

³ Nove, 1992, p. 10-11.

conhecido como *mir* ou *obshchina*, uma das formas predominantes na Rússia. Nesse modelo de propriedade, os chefes da família da aldeia controlavam a utilização da terra, redistribuindo periodicamente áreas dentro de um sistema de campo familiar. O camponês não tinha permissão para deixar sua aldeia sem a autoridade da comunidade, uma vez que todas as famílias da comunidade eram conjuntamente responsáveis pelos impostos e pelas dívidas de resgate.⁴ Ao mesmo tempo, o rápido aumento da população e o crescimento das cidades pressionavam os meios de subsistência e as condições de vida dos camponeses.

A emancipação dos servos inaugurou os problemas que persistiram até o advento da NEP: à medida que acelerou a dissolução das grandes propriedades dos senhores feudais, também facilitou um processo de fragmentação da propriedade.⁵ “Agora, 87% dos russos vivem no campo e 81,5% são compostos por agricultores. À medida que a população aumenta, as parcelas tornam-se cada vez menores: em 1900 sua área média é 55% menor do que em 1861”.⁶ Isso se tornou um enorme empecilho para a produtividade agrícola que recuava com o aumento das inúmeras pequenas propriedades camponesas individuais e que se fragmentavam mais a cada aumento da população. As propriedades minúsculas, cultivadas por camponeses que lutavam para extrair do solo, em muitos casos, apenas a própria sobrevivência, usufruíam de técnicas agrícolas primitivas, não ultrapassando a rotação trienal de safras.⁷ Além disso, a pressão demográfica gradualmente os obrigavam a praticar o cultivo contínuo que devastava o solo. Os rendimentos agrícolas eram extremamente baixos e quanto mais fragmentadas as propriedades camponesas, maior a proporção da colheita que seria consumida pelo produtor para suas próprias necessidades, contrariando assim as necessidades de alimentar uma população industrial crescente nas cidades e o desejado fornecimento de excedentes para exportação. A abolição da servidão, a partir de 1861, abriu uma nova era nas relações sociais na Rússia. O acordo causou profunda insatisfação entre os camponeses pobres. A agitação rural era iminente e se adiantava para as ondas revolucionárias do século XX.

As tendências históricas de fragmentação, diferenciação social e atraso produtivo no campo continuaram após a virada do século. O tamanho das pequenas

⁴ Ibidem, p. 11.

⁵ Carr, 1958, p. 210.

⁶ Broué, 1973, p. 8.

⁷ A rotação trienal consistia em dividir um campo de cultivo em três partes, utilizando-as para diferentes culturas de forma rotativa, usando duas para cultivar, enquanto a outra estava em processo de fertilização.

propriedades camponesas e os métodos tradicionais de cultivo tornavam cada vez mais difícil alimentar a população e não havia incentivos suficientes favoráveis aos métodos mais modernos de cultivo. A situação foi agravada pela imposição de duras políticas fiscais às custas dos camponeses por parte de Witte, o arqui-capitalista e protagonista da política de industrialização do governo czarista.⁸ Os camponeses estavam presos à terra e não podiam migrar, uma vez que havia a responsabilidade conjunta da aldeia pelos impostos e as dívidas de resgate. Os problemas da terra desafiavam os ministros do czar à medida que a insatisfação social aumentava. Várias propostas foram feitas para evitar o conflito mais agudo, mas nada avançou seriamente. A revolução de 1905, com predominância da participação dos camponeses, provou para o Império que não era mais possível esperar por uma reforma estrutural no campo.

Após a revolução de 1905, entre 1906-11, novas reformas buscaram dar uma nova saída para a crise camponesa, favorecendo mais o desenvolvimento e as saídas capitalistas na Rússia. As reformas de Piotr Stolypin possibilitaram um grande rearranjo da agricultura camponesa tradicional, conduzindo a uma maior eficiência e a um fortalecimento de uma classe camponesa próspera. Essas medidas aboliram as dívidas de resgate ainda pendentes, de modo que agora os camponeses estavam livres realmente para deixar seus campos coletivos, ou para consolidarem suas próprias propriedades ou para vendê-las e migrarem para outra região ou para as cidades. Essa nova etapa encorajava por um lado o surgimento de uma classe de proprietários camponeses a serem prósperos, eficientes e politicamente leais e por outro a ruína fatal dos camponeses pobres que se lançavam como força de trabalho nas cidades. O propósito era que naturalmente os “mais fortes” suplantassem os “mais fracos”, provocando uma estratificação social no campo em favor dos camponeses mais ricos. As reformas de Stolypin não afetaram os bens dos proprietários e da igreja, apesar de que houve de fato uma reorganização das terras, de modo que os mais ricos compravam as terras dos mais pobres, contudo, a reforma não cumpriu o papel de redistribuir as terras dos latifundiários. A luta entre os estratos do campo não cessou. “Metade dos 89 milhões de hectares de terra alocados aos proprietários em 1861 havia passado para as mãos dos camponeses em 1916; eles possuíam 80% da terra e alugavam parte do restante, mas o ressentimento contra os grandes proprietários permaneceu forte.”⁹ Não houve significativas vantagens para o camponês pobre, exceto o fato de que agora ele era livre

⁸ Ibidem, p. 16.

⁹ Nove, 1992, p. 14.

e poderia migrar, favorecendo o aumento do fluxo de migração de camponeses pobres para as cidades.¹⁰

O movimento migratório para as cidades possibilitou a formação do proletariado urbano, mas que na prática nunca se desligou completamente do campo, onde viviam seus familiares ou para onde voltavam sazonalmente para trabalhar nas colheitas. “Uma grande massa de homens, talvez três milhões, oscila permanentemente entre o trabalho industrial e o trabalho camponês”.¹¹

A produção agrícola cresceu rapidamente nos primeiros anos do século, tanto graças às condições climáticas favoráveis, quanto pelos efeitos da reforma e de melhores métodos empregados no cultivo. “De acordo com Lyashchenko, o rendimento líquido da agricultura aumentou 88,6% no período 1900-13, representando um aumento da produção a preços constantes de 33,8%”.¹² As relações capitalistas no comércio privado também aceleraram. “As exportações de grãos aumentaram muito. Assim, nos anos de 1911-13, eles eram 50% mais altos do que nos anos de 1901-5, em média. As exportações de manteiga, ovos, linho e outros produtos agrícolas também aumentaram”.¹³ Essas razões contribuíram para que a Rússia se tornasse um país com uma economia agrícola atrasada, mas com uma forte dependência do mercado mundial. Esse era, de fato, o propósito do Império Russo: torná-lo um país exportador. Na virada do século, “os cereais, cuja produção é metade de trigo, representam, juntamente com os produtos alimentares, 50% das suas exportações e a maior parte do resto, 36%, é constituída por matérias-primas”.¹⁴ Também houve um aumento similarmente significativo nas diversas formas de cooperativas agrícolas de mercado, que avançava em detrimento da forma coletiva tradicional do *mir* e concebia novas e melhores formas de expandir a atividade comercial camponesa. “O número de cooperativas rurais de consumo aumentou no mesmo período [1905-1914] de 348 para 8.877”.¹⁵ A Rússia viveu o mesmo processo que tantos outros países experimentaram no século XX, a saber, a combinação de desenvolvimentos desiguais e simultâneos de formas econômicas pré-capitalistas e capitalistas, levadas à frente pelas burguesias estrangeiras, principalmente pelo capital financeiro em aliança com as tradicionais elites nacionais. A justaposição de estruturas arcaicas e modernas, através de uma série de combinações

¹⁰ Ibidem, p. 16-17.

¹¹ Broué, 1973, p. 9.

¹² Nove, 1992, p. 14.

¹³ Idem.

¹⁴ Broué, 1973, p. 8.

¹⁵ Nove, 1992, p. 16.

múltiplas de formas sociais, provocou um ritmo de desenvolvimento e inter-relações altamente original, contraditório, desigual e socialmente explosivo.

Os impactos desde a emancipação foram evidentes para o campo, transformações que em um curto intervalo de tempo colocaram este ramo da economia em uma situação anormal. “A agricultura não podia florescer e se desenvolver com base em inúmeras propriedades fragmentadas de camponeses individuais, cujo número se multiplicava a cada aumento da população”.¹⁶ Essa era uma contradição fundamental da economia camponesa russa. A forma social dos produtores privados que se relacionam apenas na troca, aspecto qualitativo fundamental para a produção capitalista, já estava presente. Contudo, a extrema fragmentação de pequenas terras de baixa produtividade, divergia tanto das necessidades de desenvolvimento em sentido ao capitalismo no campo quanto ao socialismo. No caso do capitalismo faltava ainda uma centralização massiva da propriedade e da produção, para que diversos produtores privados, mas produtivamente avançados, estabelecessem suas trocas no mercado. Para o socialismo as inúmeras pequenas propriedades inviabilizavam um princípio planificador de colaboração dos diversos produtores e suas relações de troca, além do necessário avanço técnico e produtivo que exigia a organização coletiva da produção e do trabalho.

Essa questão se tornou candente nas décadas seguintes e foi ao redor da polêmica do destino do camponês que se confrontaram os primeiros movimentos socialistas. “A ‘Repartição Negra’, ala extrema dos narodniks, e o programa de divisão igualitária das terras dos SRs [membros do partido Social Revolucionário], bem como o posterior incitamento bolchevique à tomada irrestrita das terras dos proprietários pelos camponeses, estavam em total contradição com esta verdade econômica fundamental”¹⁷, isto é, com a verdade de que a fragmentação da propriedade conduzia a uma diferenciação de classe no campo e entrava em contradição com o desenvolvimento de uma forma socialista de produção coletiva. Essa questão foi vital para os marxistas russos, embora nas contribuições de Marx não se pudesse encontrar grandes esclarecimentos para uma experiência tão particular. Na Rússia, onde mais de 80% da população era camponesa, organizada em inúmeras propriedades, a possibilidade de se dirigir ao socialismo parecia duvidosa. Os narodniks, um dos primeiros movimentos socialistas russo, defendiam avidamente a forma das comunas camponesas russas que sobreviveram à emancipação, como o sistema do *mir*, cujas terras eram comuns e suas

¹⁶ Carr, 1958, p. 210.

¹⁷ Idem.

parcelas eram distribuídas periodicamente entre as famílias camponesas. Segundo esta visão, o princípio da propriedade comum e da distribuição periódica igualitária forneceriam as bases para uma sociedade socialista e poderiam cumprir um importante papel de direção para o socialismo mundial. É neste contexto que Vera Zasulich, partidária da “Repartição Negra” dos narodniks, escreve em fevereiro de 1881 a Marx, apelando que se posicionasse sobre as principais polêmicas sobre o destino do campo que envolviam os marxistas do período.

A questão colocada por Zasulich em sua carta era se a Rússia deveria passar pelas mesmas etapas de desintegração do campo pelos quais passaram os países do Ocidente e se os socialistas deveriam esperar, portanto, primeiro o desenvolvimento do capitalismo e uma revolução burguesa para a partir daí defender uma revolução proletária. A resposta de Marx - rascunhada quatro vezes e nunca enviada - oferece previsões interessantes sobre os problemas que a Revolução Russa enfrentou muitos anos depois, contudo, deve ser entendida nos limites das considerações teóricas e gerais sobre o tema, além do caráter fragmentado e incompleto dos rascunhos.¹⁸ O

¹⁸ Os rascunhos consultados estão em *Shanin, T. Late Marx and the Russian Road: Marx and “the peripheries of capitalism”*. Monthly Review Press, Nova York: 1983. Apesar do caráter fragmentário dos rascunhos, os comentários de Marx são extremamente interessantes, pois adiantam em linhas gerais os problemas políticos que floresceram na Rússia pós-revolucionária. Citamos alguns trechos: “Ao discutir a gênese da produção capitalista, eu disse [que o segredo é] que existe no fundo 'uma separação completa do produtor dos meios de produção' (...) e que 'a expropriação do produtor agrícola é a base de todo o processo'. Somente na Inglaterra isso tem sido feito de forma radical até agora Mas todos os outros países da Europa Ocidental estão seguindo o mesmo curso" (...) Assim, restringi expressamente a "inevitabilidade histórica" deste processo aos países da Europa Ocidental.” (Marx, 1983, p. 105). “Mas isso significa que o desenvolvimento da 'comuna agrícola' deve seguir essa rota em todas as circunstâncias [em todos os contextos históricos]? De jeito nenhum. Sua forma constitutiva permite a seguinte alternativa: ou o elemento de propriedade privada que ele implica ganha vantagem sobre o elemento coletivo, ou ocorre o inverso. Tudo depende do contexto histórico em que está situado ... Ambas as soluções são possibilidades a priori, mas cada uma naturalmente requer um contexto histórico completamente diferente.” (ibidem, p. 109-110). “Minha resposta é que, graças à combinação única de circunstâncias na Rússia, a comuna rural, que ainda está estabelecida em escala nacional, pode gradualmente se livrar de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como um elemento de produção coletiva em escala nacional. Precisamente por ser contemporânea da produção capitalista, a comuna rural pode se apropriar de todas as suas conquistas positivas sem passar por suas [terríveis] vicissitudes assustadoras.” (ibidem, p. 105-106). “A Rússia é o único país europeu no qual a "comuna agrícola" tem se mantido em escala nacional até os dias atuais. (...) Por um lado, a propriedade comunal da terra lhe permite transformar direta e gradualmente a agricultura fragmentada e individualista em agricultura coletiva [ao mesmo tempo que a contemporaneidade da produção capitalista no Ocidente, com a qual ela tem laços tanto materiais quanto intelectuais...], e os camponeses russos já a praticam nos prados de propriedade comum; a configuração física da terra a torna adequada para o cultivo mecanizado em grande escala; a familiaridade do camponês com a relação *artel* (...) pode ajudá-lo a fazer a transição do trabalho aumentado para o trabalho cooperativo; e, finalmente, a sociedade russa, - que por tanto tempo viveu às suas custas, deve-lhe os créditos necessários para tal transição. (...) Tudo o que é necessário é substituir o '*volost*', uma instituição governamental, por uma assembléia camponesa escolhida pelas próprias comunas - um órgão econômico e administrativo a serviço de seus próprios interesses.” (...) “A situação histórica da "comuna rural" russa é sem paralelo!” (ibidem, p. 111). “Por um lado, a "comuna rural" está quase no seu último suspiro; por outro, uma poderosa conspiração está

fundamental é que Marx negou transpor a experiência do Ocidente para a Rússia diretamente e considerou a possibilidade do campo arcaico se desenvolver para a exploração coletiva socialista sem passar por uma etapa capitalista, desde que aproveitasse as conquistas técnicas já alcançadas pelo capitalismo desenvolvido, aplicando-as ao campo, bem como desde que fosse instaurado um governo de camponeses comprometidos com a construção dos interesses coletivos.

Até antes da Revolução Russa, era claro para boa parte dos marxistas do período que, para uma sociedade socialista, as formas coletivas de propriedade deveriam também envolver formas cooperadas do trabalho, e que, portanto, a fragmentação da propriedade e do trabalho expressava para o campo uma forma conservadora de desenvolvimento. Rosa Luxemburgo, analisando a experiência da Revolução Russa, lança uma dura crítica à Lênin e Trotsky compartilhando, basicamente, desses princípios. Ela defendeu, em primeiro lugar, que, poupada as propriedades dos camponeses pobres, “toda reforma econômica socialista no campo deve começar pela grande e média propriedade fundiária”, isto é, pela socialização das grandes propriedades capitalistas.¹⁹ Por outro lado, criticava os bolcheviques por terem defendido “a apropriação imediata e repartição das terras pelos camponeses, quando deveriam, precisamente, agir no sentido inverso”.²⁰

A tomada das terras pelos camponeses conforme a sumária e lapidar palavra de ordem de Lênin e seus amigos – Vão e tomem as terras! – levou simplesmente a uma passagem brusca e caótica da grande propriedade fundiária à propriedade fundiária camponesa. Não foi criada a propriedade social, e sim uma nova propriedade privada: dividiu-se a grande propriedade em médias e pequenas propriedades, a grande exploração relativamente avançada em pequenas explorações primitivas que, no plano técnico, trabalham com os meios da época dos faraós. E mais: essa medida e a maneira caótica, puramente arbitrária, como foi aplicada não eliminaram as diferenças de propriedade no campo, mas as agravaram (Luxemburgo, 2017, p. 57). (...) A revolução agrária de Lênin

esperando nas asas para acabar com ela. Para salvar a comuna russa, deve haver uma Revolução Russa.” (ibidem, p. 116).

¹⁹ Luxemburgo, 2017, p. 56.

²⁰ Ibidem, p. 57.

criou no campo uma nova e poderosa camada popular de inimigos do socialismo, cuja resistência será muito mais perigosa e obstinada do que foi a da aristocracia fundiária. Os bolcheviques são em parte culpados pela transformação da derrota militar no colapso e na desagregação da Rússia (ibidem, p. 61).

A crítica de Luxemburgo denota onde recai a ênfase da sua crítica: é necessário partir da grande propriedade social coletiva para a partir daí avançar as forças produtivas. Para os bolcheviques, a ênfase recai, justamente, no movimento inverso. Além disso, a crítica de Luxemburgo não enfatiza o duplo caráter da questão: o político e o econômico que não se desenvolveram linearmente no curso revolucionário. Mesmo Marx, quando enfatiza a possibilidade de desenvolvimento das comunas agrárias para a grande propriedade coletiva socialista, se coloca no âmbito teórico da questão. Na realidade, existe uma convergência nessa compreensão de Luxemburgo e as posições dos bolcheviques quanto à questão agrária, contudo, o preciso diagnóstico de Rosa não dá conta dos inúmeros fatores da realidade enfrentados pela revolução em direção à propriedade coletiva socialista.

Como citamos, o processo que fragmentou as propriedades rurais começou desde o século XIX. Marx já chamava a atenção em sua carta para Zasulich a respeito do avanço do capitalismo que com apoio do Estado conduzia à desintegração das propriedades coletivas na Rússia. Além disso, como Marx também mencionou, o campo russo concentrava diversas camadas históricas de organizações distintas da propriedade e do trabalho. Portanto, os tipos de propriedades e aplicação do trabalho variavam muito e tornavam a questão mais complexa de ser resolvida.

Para citar alguns exemplos, das formas de agricultura coletiva no sentido mais amplo do termo, a comuna camponesa tradicional ou *mir* era de longe a mais importante.²¹ Isto é, as formas mais comuns de propriedades coletivas, era a posse coletiva e não o *trabalho coletivo* da terra. Periodicamente, as terras eram distribuídas para as famílias membros da comunidade que as exploravam individualmente. Havia também o uso comum de pastagens e direitos sobre o uso da água.²²

²¹ Carr, 1958, p. 213-14. "O *mir* sobreviveu como a forma predominante de posse em todas as províncias europeias da União Soviética, com exceção da Ucrânia, e nas áreas cultivadas da Sibéria. De 233 milhões de hectares de terras camponesas na URSS em janeiro de 1927, 222 milhões ainda eram mantidos em posse comunal no sistema *mir*; *khutors* e *otrubs* representaram apenas 1 milhão e 6 milhões, respectivamente, e várias formas de *kolkhoze*, mais de 2 milhões" (ibidem, p. 214-215).

²² Ibidem, p. 213-214.

O *dvor* era uma unidade de cultivo também individual, organizada por laços familiares e se localizava dentro do *mir* e pertenciam a ele. Cada família, desde as reformas do império e a abolição das dívidas de resgate, poderia se separar do *mir* e formar um *khutor*, que era uma propriedade individual comum, ou um *otrub*, que era a locação de uma parte da propriedade coletiva. Para o *khutor* e o *otrub*, igualmente, o cultivo era individual e não cooperado. O *khutor*, a propósito, se tornou a forma mais clássica de refúgio dos kulaks e consolidação de empreendimentos dos camponeses mais ricos. Além disso, não poucas vezes, depois da Revolução Russa, os kulaks do campo disfarçavam o caráter capitalista da sua produção, se passando por formas coletivas como o *mir*: “Alguns kulaks continuavam a se apegar ao *mir* como a forma mais conveniente de explorar o camponês pobre e esconder o excesso de terra”.²³ O *dvor* como unidade de cultivo, seja no *mir*, seja em *khutors* ou *otrubs* independentes, tipificou o dilema da agricultura soviética de forma ainda mais dramática, pois o princípio coletivo foi corporificado numa forma de organização primitiva e atrasada de produção individual familiar.

Depois da revolução de 1917, a propriedade do *mir* não foi questionada, embora o código agrícola de 1922 previu medidas que evitassem a continuidade da divisão da terra. Interessante citar que estas formas coletivas de propriedade na prática implicavam a sujeição da esposa, família e demais dependentes à autoridade paterna do chefe da família. “Era comumente reconhecido que um dos principais fatores na dissolução do *dvor* foi a crescente independência das mulheres e, em particular, a relutância da jovem esposa em se submeter ao governo dos pais de seu marido no *dvor* da família”.²⁴ Quaisquer que sejam os obstáculos colocados no caminho das propriedades coletivas existentes, parecia claro que elas eram uma instituição moribunda e que o processo de desintegração, embora gradual, era contínuo.²⁵ Transicionar diretamente para a propriedade e organização coletiva do trabalho a partir do modelo do *mir* era especialmente difícil por conta do atraso técnico que contradizia as necessidades da grande produção coletiva e também pela ausência da iniciativa voluntária do camponês, que preferia manter-se na condição de produtor individual do que tornar-se operário de uma fazenda-modelo do Estado, onde as condições de trabalho ainda eram péssimas e não o permitiriam ascender-se socialmente como produtor.

²³ Ibidem, p. 215.

²⁴ Ibidem, p. 215-216.

²⁵ Ibidem, p. 215.

No entanto, a censura de Luxemburgo a Lênin e Trotsky, embora desconsidere todas estas particularidades que tornavam a questão extremamente complexa - e ainda citaremos outras dificuldades - estava ligada a um reconhecimento correto dos perigos do desenvolvimento privado do campo, como citado: “A revolução agrária de Lênin criou no campo uma nova e poderosa camada popular de inimigos do socialismo, cuja resistência será muito mais perigosa e obstinada do que foi a da aristocracia fundiária.”²⁶ No mesmo sentido, Preobrazhensky em 1921 teria sido um dos primeiros a questionar firmemente diante do partido bolchevique o risco do favorecimento aos kulaks no campo com a abertura dos mercados promovido pela NEP. As novas formas coletivas de produção agrícola incentivadas após a revolução vão se desenvolver no sentido oposto do *mir* e também encontrarão enormes obstáculos ao seu desenvolvimento, sobretudo com a abertura dos mercados, são elas o Sovkhozes e o Kolkhozes, que mencionaremos adiante.

2.4 A questão agrária no programa revolucionário

A questão agrária ganha um novo capítulo desde a Revolução de 1905. Foram os trabalhadores urbanos que desencadearam a revolução, tendo como marco o episódio do Domingo Sangrento em janeiro, cuja resolução foram greves industriais em massa no outono de 1905. Em fevereiro, os trabalhadores do campo também avançaram na revolta e muito depois da revolução ter se extinguido nas cidades, o campo seguiria ainda por muitos meses. Depois da revolução de 1905, a questão agrária ganhou centralidade para os bolcheviques que precisaram revisar seu programa e oferecer respostas refletidas diante dos novos acontecimentos. “O que aconteceu em 1905 confirmou a visão bolchevique em um ponto: a necessidade de uma direção proletária na revolução” e o camponês, enquanto agente ativo do processo, “se mostrou aberto a um apelo revolucionário muito mais radical do que o contido no cauteloso capítulo agrário do programa do partido”.²⁷

Depois dos episódios da revolução de 1905, bolcheviques e mencheviques (estes que eram os sucessores dos narodniks e, nesta época, o partido camponês por excelência) tentaram uma reaproximação e discutiram um novo programa agrário

²⁶ Luxemburg, 2017, p. 61.

²⁷ Carr, 1985, p. 15.

conjunto no Congresso de Estocolmo em 1906.²⁸ A questão agrícola se tornou crucial e foi o assunto mais complexo tratado entre os membros partidários. “Os bolcheviques queriam o “confisco” de todas as terras das igrejas, imperiais, estatais e latifundiárias e os mencheviques queriam ‘alienação’, termo que implicava, ou pelo menos não excluía, compensação”.²⁹ O confisco, no fim, conquistou a maioria do Congresso, inclusive com apoio dos mencheviques.

Contudo, o que deveria acontecer depois do confisco implicou ainda uma grande polêmica entre os dois partidos. Uma das posições, que partia principalmente dos mencheviques, defendia a municipalização das terras, concedendo perpetuamente as propriedades aos órgãos do governo local, “contra qualquer possibilidade de autoridade estatal centralizada”.³⁰ Outra posição propunha colocar a propriedade das terras sob o controle de comitês locais de camponeses até que fosse convocada a Assembleia Constituinte e apenas depois dela deveria decidir-se pela abolição da propriedade privada e as formas de distribuição das terras aos camponeses. A terceira posição defendia primeiramente a constituição de comitês de camponeses, mas também exigia que uma futura Assembleia Constituinte garantisse, “após a transferência para o Estado de florestas e minas e para os órgãos autônomos locais de propriedades ‘nos quais o cultivo pode ser realizado em comum’, [que] a terra restante deva ser repartida entre os camponeses em plena propriedade”.³¹ Esta era a posição defendida pela maioria dos bolcheviques, embora alguns compartilhassem também da segunda proposta. O Congresso aprovou a primeira resolução em favor da municipalização.³²

O programa dos SRs em 1906 os classificava na chave daqueles marxistas que acreditavam que a essência do socialismo não se baseava em métodos coletivos de produção, mas em uma distribuição igualitária da terra. Neste sentido, defendiam “a socialização da terra por meio da remoção das trocas comerciais e a transformação da propriedade privada dos indivíduos em posse nacional comum”.³³ A distribuição da terra deveria ser igual para todos que trabalhavam nela de acordo com os princípios descritos como o “princípio de equalização”, isto é, de igualdade de acordo com as possibilidades de aplicação do trabalho do camponês. Aliás, este foi um princípio muito difundido durante o “comunismo de guerra”.

²⁸ Ibidem, p. 17.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem, p. 18-19.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Ibidem, p. 19.

Por sua vez, Lênin reconhecia que a política de repartição das terras era um problema para o socialismo, mas em posição de minoria frente aos mencheviques cedeu a este princípio, reforçando apenas uma firme oposição contra a proposta de municipalização colocada pelo Congresso. Ele não se colocou abertamente contrário à defesa da distribuição da posse individual da terra, reconhecendo aqui uma tática política indispensável na aliança imediata com o camponês, cuja importância, de fato, iria se confirmar futuramente, mas reconhecia a necessidade de reverter o processo de partição, quando um certo estágio do socialismo fosse alcançado e fosse possível estabelecer a grande unidade coletiva de produção. Nota-se aqui, como já mencionamos, que a ênfase recai na ordem necessária do avanço das forças produtivas em direção à consolidação da grande propriedade coletiva socialista e não o contrário. Esse é o caráter duplo da questão agrária na tática dos bolcheviques que, politicamente num primeiro momento, precisou dar conta de conquistar o apoio do campesinato pobre, ao mesmo tempo que, economicamente, defendia o desenvolvimento da forma coletiva de produção. Lênin, apesar de não se confrontar num primeiro momento diretamente com os SRs sobre a questão da divisão das terras, apresentava neste ponto uma diferença fundamental de princípio com eles. Suas elaborações seriam complementadas em 1917 nas suas Teses de Abril, quando sugeriram a defesa de fazendas-modelo e a superação das formas fragmentadas de propriedade e trabalho, deixando claro onde a ênfase recaía em sua tática. “A precedência concedida por Lênin na parte econômica de suas Teses de Abril à questão agrária foi justificada pela sequência, embora Lênin fosse o único entre os bolcheviques nessa época em reconhecer sua importância suprema”.³⁴

Antes da revolução de fevereiro de 1917, iniciaram-se intensos surtos revolucionários no campo, onde os camponeses se apoderavam da terra sem indenização e muitas vezes de maneira anárquica. Os camponeses se rebelaram contra o Governo Provisório que, por sua vez, evocava a espera da Assembleia Constituinte para resolver a questão da reforma agrária. “A resposta do Governo Provisório aos distúrbios foi um decreto criando uma hierarquia de comitês para preparar o caminho para uma reforma agrária que só poderia ser promulgada quando a Assembleia Constituinte se reunisse”.³⁵ Os comitês de terra eram controlados pelos SRs e se tornaram um importante instrumento de sua política durante os anos seguintes até a NEP. Ao mesmo tempo, os bolcheviques exigiram “o confisco de todos os proprietários, igrejas e terras do Estado;

³⁴ Ibidem, p. 29.

³⁵ Ibidem, p. 29.

a transferência imediata de todas as terras para as mãos dos camponeses organizados em sovietes de deputados camponeses ou outros órgãos de autogoverno eleitos real, plena e democraticamente”.³⁶

Depois da crise do Governo Provisório em abril, conformou-se um governo de coalizão, no qual todos os partidos socialistas participaram, exceto os bolcheviques. O Ministério da Agricultura estava nas mãos dos SRs, garantindo a eles total responsabilidade pela política agrária do governo, que resultou na decisão de que nada poderia ser feito antes da Assembleia Constituinte. Mas, a “difusão geral das desordens camponesas no campo pôs em relevo o que era agora a diferença mais evidente e facilmente compreensível entre as políticas agrárias dos bolcheviques e dos partidos da coalizão.”³⁷ A controvérsia nesta etapa tinha colocado os bolcheviques em uma posição extremamente favorável, já que era o único partido que defendia o empoderamento imediato das terras pelos camponeses, sem esperar a Assembleia Constituinte e sem pagamento de indenizações. Em maio de 1917 no Congresso Pan-Russo de Deputados Camponeses, “a questão da imediata tomada da terra pelos camponeses estava bem na vanguarda do projeto de resolução bolchevique e ocupou boa metade do discurso de Lênin”.³⁸ Contra a acusação de promover a tomada das terras sem organização, como Rosa Luxemburgo a propósito criticava, Lênin falava ao Congresso:

Tudo o que queremos é que esse poder esteja total e exclusivamente nas mãos da maioria dos deputados operários, militares e camponeses. É aí que diferimos de outras partes. De forma alguma negamos a necessidade de um poder estatal firme; dizemos apenas que todas as propriedades rurais devem passar para as mãos dos camponeses sem pagamento, de acordo com uma decisão do comitê camponês local adotado pela maioria e com a condição de que nenhum dano seja causado à propriedade. Isso é afirmado de forma mais explícita em nossa resolução. Rejeitamos enfaticamente qualquer alegação de que nossa visão implique um ato arbitrário. (Lênin, 1974, p. 489)

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 31.

³⁸ Ibidem, p. 31.

As duas defesas fundamentais que partiram de Lênin, enquanto delegado do Congresso, foram, primeiramente, organizar os trabalhadores agrícolas e os camponeses pobres em comitês locais. Esta política deveria garantir a resolução democrática dos desafios particulares de cada localidade em relação à reforma agrária.

O "povo" terá a terra, mas isso não é suficiente para proteger os interesses dos trabalhadores agrícolas. Não se trata de nós aqui, de cima, ou do comitê camponês, estabelecer um "padrão" de terra a ser mantido por indivíduos. Tais medidas não ajudarão, enquanto o capital for dominante e não oferecerão a libertação do domínio do capitalismo. (...) Os camponeses pobres só podem ser ensinados por organizações independentes nas localidades, eles só podem aprender com sua própria experiência (ibidem, p. 501-2).

A segunda defesa fundamental era que as grandes propriedades rurais deveriam ser “organizadas em uma fazenda-modelo para o cultivo comum da terra em conjunto por trabalhadores agrícolas e agrônomos cientificamente treinados, usando os animais, implementos, etc., do proprietário da terra para esse fim”.³⁹

Sem este cultivo comum sob a direção dos soviéticos dos trabalhadores agrícolas, a terra não irá inteiramente para o povo trabalhador. Para ter certeza, o cultivo em comum é um negócio difícil e seria uma loucura, naturalmente, para qualquer um imaginar que o cultivo em comum da terra pode ser decretado de cima e imposto às pessoas, porque o hábito secular de cultivar sozinho não pode desaparecer de repente, e porque será necessário dinheiro para isso e adaptação ao novo modo de vida (ibidem, p. 502).

Notamos que, a princípio e teoricamente, as posições de Lênin pareciam convergir com as preocupações de Luxemburgo. Ambos entendiam que a fragmentação da propriedade colocava um problema para o socialismo ao mesmo tempo que as demandas por terra no campo eram pautas incontornáveis. Não vamos nos deter aos conflitos políticos táticos entre bolcheviques e mencheviques que se seguiram a partir

³⁹ Ibidem, p. 502.

daqui e levaram os bolcheviques ao poder em outubro, basta notar como a questão mais candente para a revolução aparecia no pensamento de Lênin e, por sua vez, no programa do partido bolchevique. As insígnias da revolução “pão, paz e terra” colocavam para os bolcheviques a tarefa de resolvê-las enfrentando as perdas impostas de qualquer decisão. O Lênin político que defendia a aliança com os camponeses pobres concedendo a eles a terra, sabia que estava em perfeita contradição com o Lênin economista, que compreendia que uma base econômica socialista exigia a forma de produção cooperada e não apenas as terras nacionalizadas sob a produção individual. A saída em favor da construção das fazendas-modelo do Estado era a política que diferenciava os bolcheviques de toda tradição marxista narodnik e social-revolucionária. Em todo caso, os desafios à implementação de fazendas-modelo até a revolução de outubro estavam, fundamentalmente, colocados apenas teoricamente para os bolcheviques.

As revoltas no campo avançaram independente de toda polêmica desde antes de outubro. Já em setembro de 1917, Lênin havia notado que "a revolta camponesa flui por toda parte em um amplo fluxo".⁴⁰ A revolução de outubro derrubou as últimas barreiras que continham a enchente, convocando "os próprios camponeses a tomar todo o poder local em suas mãos".⁴¹ Seis meses após outubro, a questão da propriedade camponesa ganhou uma nova dimensão. A questão colocada é se a tomada das propriedades dos latifundiários pelos camponeses seguiria o padrão de revolta camponesa que avançava desde antes da revolução, com os riscos de destruição que envolvia a revolta ou se seria realizada de forma ordenada e organizada de acordo com a prescrição do governo central. Para responder esta questão, os SRs e os bolcheviques mais uma vez se colocaram em campos opostos, expressando o conflito fundamental entre as tendências individualistas da política dos SRs e as tendências coletivistas dos bolcheviques. Os SRs “tomaram o lado dos camponeses relativamente prósperos e bem estabelecidos que cultivavam suas próprias terras individualmente ou em comunas”, enquanto os bolcheviques “defendiam os camponeses pobres que não tinham terra ou cujas propriedades em miniatura não eram suficientes para apoiá-los sem se contratar a terceiros”⁴²

O caráter ordeiro ou violento das apropriações das terras pelos camponeses variavam de acordo com a organização do trabalho já desenvolvida nas localidades e a

⁴⁰ Carr, 1985, p. 36.

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem, p. 38.

força do poder central soviético em dirigir esta distribuição. “O mais alto grau de ordem e organização na apropriação da terra parece ter prevalecido onde a agricultura era tecnicamente mais avançada”⁴³, que no caso eram os cultivos capitalistas com grande número de trabalhadores camponeses. Nas províncias mais próximas da cidade, a influência do poder central conseguia garantir melhor organização, enquanto nas regiões periféricas e mais pobres a violência e a destruição marcaram a distribuição das terras.⁴⁴ Mas, no geral, “a tomada de posse ordenada ou violenta dependeu quase inteiramente do impulso e da iniciativa dos homens no local; a autoridade central tinha pouca ou nenhuma voz no assunto.”⁴⁵

Muitas outras divergências sobre o campo se arrastaram entre os grupos políticos envolvidos. Na prática, como muitos pontos importantes sobre a questão ficaram a cargo das localidades decidirem, a posição dos SRs prevaleceram, pois era o partido que dominava o controle dos comitês de terra locais, enquanto o poder independente dos bolcheviques no campo era irrelevante. A propósito, este era um aspecto importante da questão política ignorada na análise de Luxemburgo, mas que foi crucial para o desenvolvimento das políticas adotadas. Situações comuns que ocorreram, por exemplo, era que enquanto a ala à esquerda dos SRs reconheceram o decreto de terras de 1917, muitas localidades controladas pela ala direita do partido recusaram-se a reconhecer a validade do decreto e pouca coisa pôde ser feita.⁴⁶

A lei "Sobre a Socialização da Terra", promulgada em fevereiro de 1918, confiou a distribuição das terras "às seções de terra da aldeia, distrito, condado, província, regional e federal soviéticos, substituindo assim os antigos comitês de terra ou transformando-os em departamentos dos soviéticos".⁴⁷ A necessidade de superar as formas fragmentadas de propriedade e um avanço da produtividade como condição para uma economia socialista fora expressa em alguns artigos do decreto. Na prática a lei padecia de enormes generalizações sobre seus termos, possibilitando inúmeras interpretações que ficaram para as localidades decidirem e impossibilitando qualquer chance de uniformidade à sua aplicação. As dificuldades de uma normatização da divisão das terras também eram explicadas pela diversidade de condições sociais e econômicas herdadas do antigo regime que nenhuma lei agrária seria capaz de abarcar.

⁴³ Ibidem, p. 37.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 39.

⁴⁷ Ibidem, p. 43.

Na prática, a distribuição ficou à critério da vontade coletiva dos camponeses envolvidos no local ou do poder de decisão do governo central, quando este alcançava a região, o que não era uma regra.

O interesse dos camponeses, inclusive dos abastados, se satisfaria com as medidas de distribuição igualitária que defendiam os SRs, mas os bolcheviques, reconhecendo a importância do coletivismo, se opuseram a isto. O processo de redistribuição das terras que se seguiu em 1918 nem sempre refletiu a lei promulgada e “foi tão confuso, tão variado e tão difícil de seguir quanto a tomada de posse das terras dos proprietários durante o inverno anterior”.⁴⁸ Na prática a terra foi simplesmente apreendida pelos camponeses locais, em alguns casos respeitando algum princípio de igualdade e em outros não. As propriedades comunitárias não foram afetadas pela reforma e garantiram um processo muito mais tranquilo de divisão graças às práticas tradicionais de distribuição periódica. Em outros casos, a distribuição tomou forma de um conflito aberto e violento entre camponeses pobres e kulaks. Tanto por esses motivos como devido à preponderância dos SRs na maioria dos órgãos locais envolvidos na redistribuição, os camponeses pobres se saíram pior no conjunto do que seus vizinhos mais prósperos.⁴⁹ “Das terras confiscadas, 86% foram distribuídas aos camponeses, 11% foram para o Estado, principalmente na forma de fazendas soviéticas e 3% para os coletivos agrícolas”.⁵⁰

O programa sobre as fazendas-modelo se materializou nos experimentos de cultivo coletivo chamados Sovkhozes e Kolkhozes, que afastando-se do sistema *mir*, cuja aplicação do trabalho era individual, eram baseados no princípio do cultivo coletivo. Os Sovkhozy eram fazendas expropriadas dos latifundiários cuja produção era coletiva e os camponeses operários da fazenda. Enquanto os Kolkhozes eram fazendas coletivas formadas pela junção de várias unidades cooperadas voluntariamente, de modo que podia ser um tipo de comuna agrícola onde a terra era registrada em nome da comuna e cujos membros trabalhavam, viviam e distribuíam os rendimentos de seu trabalho em uma base comunal, ou um *artel* onde as terras eram registradas em unidades separadas nos nomes individuais dos membros, que cultivavam e comercializavam os produtos em uma base conjunta, mas viviam separadamente e recebiam sua própria parte nos rendimentos.⁵¹ Apesar das iniciativas, as fazendas

⁴⁸ Ibidem, p. 46.

⁴⁹ Ibidem, p. 48.

⁵⁰ Ibidem, p. 47.

⁵¹ Carr, 1958, p. 219.

coletivas do Estado até o período da NEP foram uma minoria insignificante frente às formas privadas herdadas. “Em 1925 estimou-se que não mais de 2% das terras da URSS estavam sob diferentes formas de cultivo coletivo”, “a área total ocupada pelo Sovkhoze caiu de 3-4 milhões de hectares em 1921 para 2-3 milhões em 1926.”⁵² As intenções de torná-las fazendas-modelo para os camponeses vizinhos, fornecendo-lhes sementes, alugando máquinas ou criando animais de grande porte, não se consolidaram na prática. A própria NEP se tornou hostil a essas formas de posse que estavam associadas às experiências dos primeiros anos da revolução e às exigências do “comunismo de guerra”. Diante da ausência de recursos estatais frente aos desastres financeiros dos anos após a revolução, as fazendas coletivas muitas vezes trabalhavam sob prejuízo e os trabalhadores (batraks) das fazendas encontravam-se ainda em péssimas condições de trabalho. Na NEP houve um processo de centralização e encerramento das fazendas-modelo menos eficientes, diminuindo ainda mais o seu papel.

A Revolução Russa confiscou as grandes propriedades dos latifundiários e da igreja e redistribuiu as terras por todo o país numa base professada de igualdade, apesar da heterogeneidade da consolidação deste princípio na prática. Ao mesmo tempo que esta distribuição aumentou o papel do camponês na economia, não conseguiu evitar o processo de fragmentação da produção agrária. “Se antes da revolução as propriedades camponesas chegavam a 240 milhões de hectares, ou 67,6% das terras agrícolas agora incluídas na União Soviética, a quantidade havia aumentado dez anos depois para 314 milhões de hectares, ou 88,5% do total.”⁵³

3.4 A crise de escassez de alimentos e o “comunismo de guerra”

Em 1918, as colheitas foram baixas e a emergência aguda da escassez de alimentos na cidade tornou-se uma questão incontornável. A circulação de mercadorias entre o campo e a cidade decaía à medida que a cidade não oferecia os bens necessários ao mercado frente à destruição da indústria e ao alto custo de fabricação, enquanto o camponês recusava-se a lançar os seus grãos esperando melhores condições de mercado. A escassez de grãos era atribuída, em partes, a especuladores e camponeses ricos que

⁵² Ibidem, p. 216.

⁵³ Carr, 1958, p. 212.

detinham os seus estoques.⁵⁴ Um decreto de 9 de maio aprovado pelo VTsIK colocava ênfase nessa questão:

Num momento em que as províncias consumidoras passam fome, as províncias produtoras ainda hoje mantêm grandes estoques de grãos das safras de 1916 e 1917 que nem mesmo foram debulhados. O grão está nas mãos dos kulaks rurais e dos camponeses ricos, nas mãos da burguesia rural. Bem alimentada e segura, tendo acumulado enormes somas de dinheiro ganhas durante os anos de guerra, a burguesia rural permanece obstinadamente surda e antipática aos gritos dos trabalhadores e camponeses pobres, e se recusa a levar o grão aos pontos de coleta no cálculo que forçará o Estado a até mesmo novos aumentos nos preços do pão. (Carr, 1985, p. 51)

A crise de escassez incontrolável que se arrastava inaugurou uma nova etapa política na luta entre camponeses pobres e os kulaks do campo. O camponês rico que produzia os excedentes estava interessado nos preços altos e irrestritos dos grãos. O camponês pobre, que mal produzia para seu próprio consumo e vivia alugando sua mão-de-obra, estava interessado nos preços baixos e fixos.⁵⁵ Nos primeiros meses da revolução e desde muito antes dela, os bolcheviques fracassaram em consolidar qualquer influência séria sob o campesinato, fato que os obrigaram a atuar sempre em política de coalizão com os SRs. A primeira etapa da revolução foi caracterizada pela luta do proletariado em aliança com o campesinato contra os senhores feudais e apenas meses depois a luta passa a assumir formas abertas entre o camponês pobre e semi-proletário contra os kulaks e pequeno burgueses, de modo que para os bolcheviques permanecer a reboque da política dos SRs passou a ser insustentável. A luta contra os kulaks se materializou em decretos que convocavam os operários da cidade e os camponeses pobres a irem ao campo confiscar os estoques retidos de grãos dos camponeses ricos. A política centralmente voltada para o campo confirmava todo o estado inevitável de situações da revolução em um país essencialmente camponês.

Em poucas semanas os sinais da guerra civil já se faziam sentir em todos os lugares. O decreto que foi base para o "comunismo de guerra" na agricultura,

⁵⁴ Carr, 1985, p. 49.

⁵⁵ Carr, 1985, p. 54.

promulgado em junho de 1918, estabeleceu os "comitês de camponeses pobres", organizados pelos Sovietes locais dos Deputados Operários e Camponeses sob a direção geral do Commissariado do Povo de Abastecimento.⁵⁶ Os kulaks estavam proibidos de se elegerem nos comitês e estes deviam ser instrumentos para a aquisição e distribuição de excedentes de grãos, distribuição de artigos gerais de primeira necessidade e para a execução local das políticas do governo central.⁵⁷ A ruptura política dos camponeses pobres e dos kulaks do campo que não havia até então despontado definitivamente, se materializou nos órgãos camponeses populares criados nesta etapa, que levou Lênin a considerar tal evento como o “outubro dos camponeses”.

A essência das políticas do “comunismo de guerra” devem ser entendidas no marco das exigências militares que inauguram este período. A fome e a destruição dos meses seguintes determinariam os critérios das necessidades econômicas. Sem nos alongar muito sobre este período, faremos apenas algumas considerações. As políticas econômicas do “comunismo de guerra” foram lidas por uma parte da historiografia contemporânea como as primeiras elaborações teóricas do bolcheviques sobre a economia socialista, bem como também um período exemplar do caráter “terrorista” do regime soviético. Esse período parecia oferecer os fatos que colocavam os bolcheviques em contradição com seus próprios princípios e o evidente fracasso de uma economia socialista. O próprio nome “comunismo de guerra” não ajuda a esclarecer a questão. Os problemas militares e materiais enfrentados durante o “comunismo de guerra” estão suficientemente documentados pelos autores do período e mesmo assim em muitos casos as interpretações insistem em controversa.

Uma literatura que se consolidou com suficiente cobertura jornalística no ocidente foi aquela que denunciava os “crimes” de Lênin e a tática bolchevique do “terror vermelho”.⁵⁸ O contexto do “terror vermelho”, supostamente defendido por Lênin durante o “comunismo de guerra”, é detalhadamente descrito por V. Loginov por ocasião da publicação de documentos inéditos do período. Em suas minuciosas descrições, lemos que os caminhos de fornecimento dos grãos para a cidade foram bloqueados, a vida de centenas de milhares de habitantes da cidade estavam comprometidas pela falta de comida. A fome levou as pessoas a se alimentarem de qualquer animal vivo, não havia mais gatos, cachorros ou cavalos na cidade. Motins

⁵⁶ *ibidem*, p. 53.

⁵⁷ *ibidem*, p. 54.

⁵⁸ V.I.Lênin. *Neizvestnyye dokumenty. 1891-1922*. [Documentos desconhecidos] M.: «*Rossiyskaya politicheskaya entsiklopediya*» [Enciclopédia Política Russa] (ROSSPEN), 2000. p. 581-590.

armados se espalharam por muitas aldeias e assassinatos de líderes dos comitês de camponeses eram frequentes. Os destacamentos do Exército Branco, financiados pelas potências capitalistas, percorriam as repúblicas da URSS impondo o terror. O famoso exército terrorista de S. Bulak Balakhovich ficou conhecido pelas incursões na Rússia, Bielo Rússia e Polônia, no qual o saldo nas aldeias era de centenas de pessoas assassinadas, pogroms contra judeus, saques, torturas selvagens, esfolamento, esquartejamento e estupro de mulheres e crianças. Esta é uma descrição bem minimalista dos problemas da época, mas quem se interessa pelo tema pode encontrar uma descrição mais completa em Loginov, entre outros autores. Esse contexto nada amigável de Estado militar aberto deve ser levado em conta para entender as ações envolvidas, contexto de extremas necessidades militares que impunha também enormes condições à economia que já se encontrava devastada pela destruição da Guerra Mundial abandonada depois do duro acordo firmado de Brest Litovsk pelo governo soviético.

Outras leituras contemporâneas são aquelas que identificam nas medidas econômicas do “comunismo de guerra” as primeiras elaborações teóricas do partido bolchevique sobre a economia socialista colocadas em prática.⁵⁹ As políticas do “comunismo de guerra” devem ser compreendidas sob critérios militares e não sob critérios econômicos. Nem tudo o que é racional na política é na economia, diria Trotsky. O princípio da distribuição “igualitária” dos grãos confiscados no campo se sustentou mais por vontade política e militar do que por critérios de regulação econômica, tampouco traçados teoricamente. Essas medidas se mostraram insustentáveis à medida que as forças produtivas retraíam continuamente pela falta de estímulo individual do camponês que tinha suas mercadorias confiscadas pelo Estado. Apesar disso, as descrições mencionadas por Preobrazhensky, Trotsky e Lênin também revelam um período de enorme força organizativa de onde foram tiradas importantes lições sobre as primeiras experiências de planificação econômica e organização política.

⁵⁹ A tese do espanhol Blás Ortega *A formação do "mecanismo econômico stalinista" (M.E.E.) na ex-URSS e sua imposição na Europa Oriental: o caso da Hungria* oferece uma importante reflexão sobre o significado histórico do “comunismo de guerra” e seu lugar nas elaborações teóricas dos bolcheviques. Blás oferece uma leitura alternativa às leituras contemporâneas que identificam neste período uma concepção teórica do “salto direto ao comunismo” e a imediata liquidação de todas formas mercantis e monetaristas defendidas pelos bolcheviques. Ver: Ortega, Jesús de Blás. *La formación del "mecanismo económico estalinista"(M.E.E.) en la antigua URSS y su imposición en la Europa del Este : el caso de Hungría*. [Tese de doutorado], Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Departamento de Economía Aplicada I (Economía Internacional y Desarrollo), 2002.

Contudo, esta situação econômica de requisições forçadas e distribuição igualitária deveria acabar assim que possível e não havia polêmica entre os diversos grupos políticos sobre esta necessidade. A NEP materializou este passo e aqui sim nascem as primeiras elaborações teóricas sobre a economia socialista de transição, como continuidade dos princípios anteriores traçados por Lênin, que nesta nova fase já não estará presente em sua maior parte. A NEP com todas as características das relações de mercado que foram retomadas se tornará a prova de fogo para o Estado operário, uma vez que as revoluções europeias não triunfaram e a aliança entre o campesinato e os trabalhadores da cidade sofria constantes abalos.

4.4 A NEP (Nova Política Econômica) e a “crise das tesouras”

A NEP em seus primeiros passos entre 1920-1921 alcançou resultados positivos no avanço da produtividade, muito desejado depois do “comunismo de guerra” que havia imposto enormes privações ao campo e à cidade. Os princípios e os propósitos desse desenvolvimento foram matéria-prima de disputa decisiva no partido durante toda a década. Lênin garantiu cada vez menos influência sobre as políticas econômicas e os destinos da NEP em seus primeiros passos, com as enfermidades que o assolaram desde maio de 1922 até janeiro de 1924, quando veio a falecer. Com a sua ausência e conforme ele já previa, o partido conseguiu evitar cada vez menos uma cisão. A NEP tolerou a níveis significativos um avanço das relações mercantis no campo e se viu diante de crises econômicas provocadas por um forte desequilíbrio nas trocas entre o campo e a cidade, cujos efeitos eram a escassez de mercadorias, desvalorização monetária e o aumento da diferença dos preços agrícolas e industrializados em sentidos contrários. Tais problemas tinham a mesma essência do estado de coisas da Rússia imperial, isto é, um campo atrasado e fragmentado, que se recuperava vertiginosamente com a abertura dos mercados, e uma indústria robusta, mas destruída pela guerra, cuja recuperação era atrasada pela necessidade de altos investimentos e pelo retorno prolongado de seus rendimentos.

Essa etapa de abertura dos mercados foi a prova decisiva para um país socialista essencialmente camponês existindo como uma pequena ilha em um oceano capitalista. Preobrazhensky foi um dos primeiros autores do período a chamar a atenção para os perigos da NEP no Congresso do partido em 1921 e as consequências políticas de favorecimento dos kulaks no campo. Trotsky e Lênin reconheciam os problemas

inerente à NEP, mas não achavam que eles significavam uma fatalidade para o poder soviético, desde que fossem sendo observados e corrigidos caso a caso no decurso do desenvolvimento, sob a atividade dos comitês de camponeses pobres e trabalhadores.

Contudo, quando a NEP se inicia depois da guerra civil, o Estado operário já se encontrava em um cenário social de profundas transformações. A composição da classe operária e sua influência social já não eram as mesmas, pois além da perda humana no combate da guerra, muitos trabalhadores retornaram à condição de camponeses devido ao desemprego generalizado na indústria que operou com o mínimo de capacidade. A liberdade comercial combinada com as políticas do Estado favorecia principalmente o campesinato e mais precisamente os kulaks do campo, enquanto a indústria, sob critérios capitalistas de rendimento inerentes à NEP, só poderia consolidar ainda mais o enfraquecimento dos trabalhadores, uma vez que para operar sob critérios de rentabilidade exigia-se fechar as instalações não lucrativas e centralizar as mais eficientes provocando uma liberação massiva de mão de obra qualificada industrial. O avanço da indústria de base, cuja rentabilidade era uma estimativa de longo prazo, exigia investimentos cuja origem era o ponto nodal da polêmica que se instalou no interior do partido durante esses anos. O retorno das relações de mercado trouxe consigo toda sorte de problemas de uma economia capitalista. Desemprego e flutuações de preços se materializaram numa queda de braço entre o campo e a cidade.⁶⁰

Dois anos depois dos primeiros passos da NEP, no inverno de 1922-3, as colheitas foram favoráveis garantindo avanço do mercado interno e externo de grãos. Foi a primeira vez que a Rússia exportou grãos depois da revolução.⁶¹ Houve um abrupto crescimento na agricultura, na indústria artesanal e rural e novos esforços foram mobilizados em favor de um sistema fiscal e orçamentário funcional em favor de uma moeda estável. Esse crescimento que a NEP promoveu nos primeiros anos e que logo se chocou com violentas crises de preços adquiria um conteúdo social indesejado. O crescimento não foi homogêneo em todos os ramos econômicos e as classes sociais (camponeses pobres, kulaks e trabalhadores da cidade) se beneficiaram de modo desigual. A NEP ia no sentido contrário das tendências do “comunismo de guerra” de distribuição igualitária da terra e dos grãos. “A tendência inerente da NEP de encorajar a diferenciação entre os diferentes estratos do campesinato continuou sem controle.”⁶²

⁶⁰ Carr, 1969, p. 11-12.

⁶¹ Ibidem, p. 15.

⁶² Ibidem, p. 14.

Em uma extremidade da escala, mais camponeses pobres estavam afundando abaixo do nível de autossuficiência e tinham que alugar suas terras ou seu trabalho para viver; na outra extremidade, os kulaks estavam produzindo grandes excedentes para disposição no mercado. A extensão dentro do campesinato das práticas de arrendamento de terras e contratação de mão de obra, travadas nos primeiros anos da revolução, foi o sintoma dessa diferenciação. (Carr, 1969, p. 14)⁶³

Depois do campo, em segundo lugar no ranking de recuperação estava a indústria de bens de consumo, que pela sua capacidade lucrativa de curto prazo recebeu financiamento da Gosbank e do Prombank desde o renascimento do sistema bancário no final de 1921⁶⁴, de modo a conseguir desde muito cedo operar lucrativamente. Em último lugar e no sentido contrário deste avanço estava a indústria pesada e de bens de capital, setor que mais sofreu com a destruição da guerra civil: “uma estrutura obsoleta e desgastada, falta de planta, escassez de matérias-primas, dispersão de seus recursos sempre limitados em mão de obra qualificada e custos indiretos inchados”.⁶⁵ Nos referimos à indústria metalúrgica, as indústrias de engenharia pesada e química, juntamente com a mineração e o transporte, que experimentaram quase nenhum avanço

⁶³ “Uma análise detalhada, que apareceu no jornal sindical *Trud*, do campesinato em uma província da Ucrânia (Odessa) mostrou que de 577.000 famílias, 11.000 não tinham nenhuma terra cultivada, outras 162.000 não tinham animais e não podiam crescer o suficiente para se sustentarem. Outras 137.000 tinham um animal; sua situação era precária. Os camponeses que não se sustentavam por conta própria não conseguiam encontrar emprego nas cidades (o desemprego industrial era pior na Ucrânia do que em qualquer outro lugar (...)) nem nas fazendas coletivas, que não estavam em condições de prosperidade, ou no Sovkhozy (...) que estavam mais ou menos abandonados, empregando apenas 3.000 trabalhadores em toda a província e arrendando a maior parte de suas terras. Portanto, não havia outra opção a não ser tornar-se *batraks*, ou seja, trabalhadores contratados nas terras de camponeses mais prósperos. Em suma, 'existe uma nítida divisão entre famílias "fortes" e "fracas" e as famílias "fracas" perecem, enchendo as fileiras dos *batraks* (...) Um ano depois, no décimo terceiro Congresso do partido, Kamenev, aparentemente citando uma monografia publicada pela administração estatística central, classificou a população camponesa da seguinte maneira: 63% de camponeses pobres, formando 74% do número total de famílias, cultivando 40% da área cultivada e possuindo 50% dos animais; 23% de camponeses médios, formando 18% das famílias, cultivando 25% da área com plantações e possuindo 25% dos animais; e 14% de camponeses ricos, formando 8% das famílias, cultivando 34% da área com plantações e possuindo 25% dos animais (...) Exemplos da maneira como as limitações legais ao direito de contratar mão de obra foram evitadas por artifícios como casamentos fictícios ou adoção, ou a prestação de trabalho em troca de adiantamentos de grãos ou sementes (...).” (Carr, 1969, p. 14-15).

⁶⁴ Ibidem, p. 16-17.

⁶⁵ Ibidem, p. 18. “(...) As fábricas do consórcio de engenharia trabalhavam com 38% da capacidade; a cifra correspondente para o consórcio de engenharia de Petrogrado era de 11%, e a fábrica de Putilov em Petrogrado funcionava com apenas 4,3% da capacidade. As condições eram melhores nas indústrias de consumo, embora de acordo com a cifra dada ao décimo segundo congresso do partido, a indústria como um todo estava trabalhando apenas com 30% da capacidade (...).” (ibidem, p. 18).

na sua capacidade produtiva.⁶⁶ Enquanto a indústria de base operava com prejuízo, não foi acatada nenhuma solução definitiva sobre os métodos de financiamento deste setor. Desde os primeiros passos da NEP, o avanço econômico na indústria tinha significado uma recuperação conquistada espontaneamente, ou seja, nenhuma nova decisão ou influxo de novo capital foi necessário para esta recuperação.⁶⁷ O renascimento parcial da indústria apenas colocou de volta em operação as fábricas e instalações abandonadas e inseriu processos de racionalização na produção, mas isso não envolveu investimentos de novos capitais.

Outro fator importante foi o alto custo e a baixa eficiência da distribuição de mercadorias como um todo, tanto pública quanto privada que havia sido devastada pelas guerras. Os que se dedicavam ao comércio privado, principalmente no varejo, ficaram conhecidos como “nepman” e floresceram com a NEP. Na aldeia, o nepman comprava grãos dos camponeses e os vendiam não apenas nas cidades mais próximas em troca de outras mercadorias básicas, mas também nas próprias aldeias ou lojas suburbanas que eles passaram a gerir. Estima-se que, nos primeiros dois anos da NEP, o comerciante privado forneceu cerca de metade do mercado para os produtos industriais, enquanto a organização atacadista das cooperativas fornecia não mais que um quinto desse mercado.⁶⁸ Cerca de 9/10 de todos os pontos de venda de varejo (quiosques, barracas e lojas) nessa época eram privados e 3/4 do faturamento do varejo estavam em mãos privadas. No comércio atacadista em 1923, um quinto do faturamento total no comércio atacadista cabia ao comerciante privado, havendo, portanto, na venda em atacado maior participação do Estado.⁶⁹ Este cenário contribuiu para que o comércio privado vendesse produtos manufaturados nas aldeias a preços mais elevados do que os cobrados pelo Estado e pelas cooperativas.

Em 1922, as políticas de financiamento levadas pelas instituições financeiras do Estado, Narkomfin e Gosbank, guiaram-se por princípios monetaristas ortodoxos em favor de uma moeda estável. Os investimentos seguiram uma lógica capitalista, liberados segundo critérios de rentabilidade que impedia a indústria de captá-los, principalmente a indústria de base. A escassez de capital de giro foi fortemente sentida na crise de 1923, quando os bancos forçaram a queda dos preços industriais para conter

⁶⁶ Ibidem, p. 16.

⁶⁷ Blás, 1994, p. 93.

⁶⁸ Dobb, 1972, p. 143.

⁶⁹ Idem.

a disparidade de preços entre o campo e a cidade, desestimulando ainda mais os créditos para a indústria.

O endividamento total da indústria com os cinco bancos principais aumentou de 161 milhões de rublos em 1º de outubro de 1923 para 448 milhões em 1º de outubro de 1924 e 953 milhões em 1º de outubro de 1925. A única reclamação era, mais uma vez, que um sistema de crédito baseado nas condições de mercado favorecia as indústrias de consumo, que rendiam lucros rápidos, e deixavam de fora as indústrias pesadas de bens de capital para projetos de reconstrução de longo prazo. (Carr, 1958, p. 330-31)

A Gosbank, fundada em 1922, tornou-se a grande representante dos princípios fundamentais das finanças capitalistas “ortodoxas”, cujo objetivo prioritário e imediato era uma moeda estável com um banco estatal como o regulador central da economia nacional.⁷⁰ Em 20 de novembro de 1921, uma conferência foi realizada pela Gosbank para considerar um relatório sobre a questão monetária apresentando um conjunto de teses em favor do mercado livre, apoio à indústria leve - em detrimento da indústria pesada - como mais provável de promover um rápido desenvolvimento do comércio interno, defendendo a flexibilização do monopólio do comércio exterior⁷¹, uma tentativa renovada de obter empréstimos estrangeiros e um eventual retorno a uma moeda padrão-ouro. Essas eram as opiniões dos financistas que tinham o apoio do Narkomfin e aceitação quase universal no partido.⁷²

Neste cenário, uma crise de preços surgiu e levantou uma grande polêmica sobre as causas do desequilíbrio entre as trocas do campo privado e a indústria estatal. Desde 1922, os preços dos produtos industrializados aumentaram em relação aos preços dos grãos produzidos pelo campo, sendo que o desenvolvimento dessas tendências opostas, em uma visão gráfica, conforma uma tesoura que vai se abrindo e suas lâminas se afastando cada vez mais, representando os preços industriais e agrícolas. A 'tesoura', portanto, media o índice de razão entre os preços no varejo dos produtos industriais e os preços no atacado pagos aos agricultores pelos produtos agrícolas. No XII Congresso do

⁷⁰ Carr, 1985, p. 352.

⁷¹ Esta medida fora revogada depois de um enérgico protesto de Lênin, que estava apenas parcialmente próximo dessas questões na época.

⁷² Idem.

partido em 1923, Trotsky, responsável pelos relatórios da indústria, foi quem apresentou pela primeira vez esta tese e cunhou o termo “crise das tesouras” para a explicação teórica das causas da crise dos preços, em um discurso que ficou famoso e teve ampla aceitação dos delegados, embora a questão sobre como superar a crise não tenha sido disputada abertamente por Trotsky, evitando um conflito e um maior isolamento. “Em 1º de outubro de 1923, em termos da moeda recém-estabilizada, os preços industriais eram 276% em relação a 1913 e os preços agrícolas 89%.”⁷³

Os camponeses eram os principais compradores de produtos manufaturados e a indústria estatal enfrentava dificuldades de venda devido ao elevado custo de produção. O governo e as instituições financeiras do Estado buscaram restaurar uma relação de preços mais equilibrada com decretos para o controle dos preços, forçando a queda dos preços das manufaturas estatais, desfavorecendo a indústria. Também houve iniciativas para restringir o crédito industrial de modo a coagir os trustes a liberarem os estoques. Contudo, o controle do desequilíbrio dos preços pela fixação deles, principalmente o rebaixamento dos preços industriais e o controle do crédito que pesava sobre a indústria significavam apenas medidas conjunturais que ignoravam as causas estruturais da crise das tesouras.

Os dois principais blocos políticos que se conformaram em 1923 correspondiam um à ala oficial do partido, o bloco “oficial”, do qual fazia parte a maioria do Burô Político, com Stálin e Bukharin como dois importantes representantes. A outra ala, minoria do partido, era representada principalmente por Preobrazhensky e Trotsky. Este bloco de “oposição” passou por mudanças na sua composição, atraindo aliados do bloco oficial, como, por exemplo, Kamenev e Zinoviev, que apesar das enormes diferenças com Trotsky e Preobrazhensky, reconheciam os riscos do destino do desenvolvimento econômico que vivia a Rússia. Em torno dessa disputa no interior do partido se encontravam inúmeros intelectuais, economistas, técnicos sem partido, militantes de outros partidos, etc., alguns deles que ocupavam importantes posições nas instituições financeiras comandadas pelo Estado.⁷⁴

Em 1923, a oposição se organizou em torno da “Plataforma dos 46” tendo à frente Preobrazhensky.⁷⁵ Essa fase termina com a derrota da oposição na XII

⁷³ Nove, 1992, p. 90.

⁷⁴ Ortega, 2002, p. 87-88.

⁷⁵ Nesta etapa, Trotsky não firma acordo com a Plataforma da Oposição por problemas de saúde que o afasta da política, mas suas ideias estão de acordo com ela, conforme seu texto *Novo Curso*. (CARR, 1969, pág. 134).

Conferência do Partido e o aumento da influência da posição oficial nas políticas econômicas adotadas. Contudo, a crise das tesouras impôs a necessidade de medidas estruturais para a economia, que embora nestes anos seguintes tenha de fato recebido mais atenção do partido, não foram firmes o suficiente para evitar as causas fundamentais que conduziriam a outras crises econômicas e políticas.

Os críticos partidários responsáveis da política econômica nos primeiros meses de 1923 dividiram-se em dois grupos. O primeiro grupo estava preocupado com os efeitos adversos da NEP sobre a indústria pesada e buscou, antes de mais nada, mitigar esses efeitos por meio de uma extensão dos subsídios estatais - se necessário, reduzindo os benefícios que a NEP havia conferido ao camponês ou aumentando os encargos sobre ele. Trotsky manteve-se próximo da posição desse grupo, mas não a compartilhou por completo. A atitude de Trotsky estava ligada à sua insistência na necessidade de planejamento, uma vez que o planejamento era a condição para um renascimento da indústria pesada e, portanto, de um renovado avanço em direção ao socialismo. (Carr, 1969, p. 23)

Segundo a leitura da oposição, a crise dos preços em 1923 era explicada pela situação das trocas desiguais realizadas entre o campo e a indústria, uma vez que este setor encontrava-se em desvantagem de recuperação. As novas circunstâncias de recuperação econômica com a abertura dos mercados levaram a uma distorção: um rápido movimento relativo dos preços, que, com a diminuição dos preços agrícolas e aumento dos industriais, desestimulou a comercialização agrícola até a margem do abandono do cultivo, ou pela retenção das mercadorias ou pelo seu processamento para outros fins. Nesse sentido, a oposição defendia que mais recursos fossem destinados à indústria estatal a fim de diminuir seus custos, otimizando sua produção e a partir disso, promovendo uma tendência de queda dos preços dos produtos industrializados em relação aos agrícolas. A transferência de recursos em favor da diminuição dos custos de produção na indústria deveria ter uma origem: o campo privado, mais especificamente, as camadas mais ricas do campo deveriam arcar com esses investimentos.

Também era defendido pela oposição que os recursos adquiridos com o monopólio do mercado externo fossem um fundo de financiamento na compra de máquinas e tecnologia estrangeira. O monopólio do mercado externo, que também

esteve no centro das disputas políticas entre os dois blocos políticos e que era defendido energicamente por Lênin, garantia ao Estado a possibilidade de comprar os grãos do campo a preços baixos fixados e vendê-los a preços maiores no mercado internacional. A diferença acumulada nessa venda deveria ser uma fonte de investimentos à indústria.

A oposição interpretava a crise desse período como uma desproporção entre a rápida recuperação experimentada pelo campo em contraposição à estagnação da indústria. O campo passa a ter mais capacidade aquisitiva ao mesmo tempo que a indústria não oferece as mercadorias para a absorção deste crescimento. Somado a isso, os camponeses mais abastados retraíam suas mercadorias se os preços agrícolas estabelecidos pelo Estado fossem rebaixados ou se a moeda sofresse desvalorização, gerando, assim, uma escassez de produtos agrícolas em contraste com as boas colheitas sazonais que se sucediam. A oposição também defendia que o déficit de rentabilidade da indústria de base fosse financiado através de impostos progressivos sobre as classes ricas do campo (kulaks) e do comércio (nepmen), que avançavam vertiginosamente sua acumulação com a abertura dos mercados. Nesse sentido, também se opunha à emissão de dinheiro para esse financiamento, política privilegiada pelos órgãos financeiros do Estado, denunciando os riscos de uma alta desestabilização da nova moeda, os chervónets.

O bloco “oficial” do partido neste período congregava duas posições que convergiam, por um lado, em uma política monetarista ortodoxa e, por outro, em uma política agrarista, que incentivou largamente as camadas ricas do campo. Os órgãos financeiros do Estado refletiam essa posição oficial e encurralaram os protestos da oposição, estigmatizadas de “industrialistas”. A lógica da interpretação do bloco oficial sobre a crise dos preços e a escassez de mercadorias partia do pressuposto que o campo, em desvantagem produtiva e com o baixo poder aquisitivo dos camponeses, não tinha capacidade de absorver os produtos industrializados oferecidos pela cidade. Haveria aqui, portanto, uma crise de “absorção” do campo. A explicação, em divergência com o que defendia o bloco da oposição, não era que a indústria produzia a altos custos, de modo que os preços chegavam muito altos para o camponês (além da mediação do comércio privado que favorecia mais a especulação), mas um fardo resultante da “baixa absorção” de compras de mercadorias no campo. Nesse sentido, defendia a limitação dos investimentos para a indústria ao mesmo tempo que recusava a política de impostos progressivos no campo, política fundamental defendida por Lênin nos primeiros passos da NEP para o controle da diferenciação social da forma privada camponesa. Sob uma

inclinação monetarista, a posição oficial defendeu também rígidos critérios de rentabilidade para o destino dos investimentos e quem mais sofria com esses critérios eram as indústrias de base. Esta interpretação representada pela posição oficial do partido sobre a natureza da crise econômica convergia com a política de favorecimento do enriquecimento dos kulaks do campo e com a tolerância do atraso a longo prazo da indústria pesada e, por sua vez, enfraquecimento da classe operária. Essas políticas eram combinadas com uma política fiscal que, ao mesmo tempo que enfraquecia o imposto progressivo, tolerava o desenvolvimento de impostos indiretos sobre o consumo que assumiram papel cada vez maior na política fiscal do Estado.⁷⁶ A convergência das posições dos órgãos financeiros do Estado (Narkomfin e Gosplan) com a posição oficial do partido reforçava esse caminho apontado.

A tese da oposição sobre a desproporção nas trocas entre a cidade e o campo colocava ênfase na incapacidade da indústria em oferecer mercadorias para o campo, cujos altos preços eram provocados pelos altos custos de produção. O aumento dos recursos para a indústria seria, portanto, o meio pelo qual essa desproporção poderia ser superada a longo prazo. A posição oficial, por sua vez, colocava ênfase na incapacidade do campo de absorver essas mercadorias, defendendo, por sua vez, a melhoria da renda dos camponeses e a diminuição direta dos preços industriais, aproveitando, assim, das capacidades monopolistas e planificadoras do Estado para este fim. O comércio exterior cumpria papel diferente para cada posição defendida nessa polarização entre “agraristas” e “industrialistas”. A perspectiva oficial do partido defendia a importação de bens de consumo para recompor a escassez de mercadorias que a indústria não conseguia oferecer. A oposição, por sua vez, segundo o reconhecimento do atraso industrial, defendia a ênfase na importação de bens de capital.

Nos últimos meses de 1923, a situação econômica demonstrou uma recuperação. Pelo segundo ano consecutivo a colheita havia sido satisfatória. O aumento das exportações de grãos e as expectativas de recuperação garantiu um aumento dos preços agrícolas. Por outro lado, os preços industriais foram forçados para baixo com a contração do crédito e fixação dos preços pelo Estado. As lâminas das tesouras

⁷⁶ Para o ano de 1924: “As principais receitas provenientes dos impostos, que representam 46% de todas as receitas (ou mais de 70%, se excluídos os transportes e comunicações), foram 250 milhões do imposto agrícola, 70 milhões do imposto de renda, 120 milhões (dos quais, no entanto, apenas 66 milhões foram incluídos no orçamento do sindicato, sendo o restante retirado pelos orçamentos locais) do imposto industrial, e 300 milhões do imposto de consumo. A tributação direta ainda constituía, portanto, a maior fonte de receita.” (CARR, 1958, p. 458)

começaram a se fechar. Outros fatores também contribuíram para a diminuição dos custos da produção industrial, sobretudo, a indústria de base: o XII Congresso do partido em abril de 1923 havia decidido pelo processo de concentração da indústria em número menor de unidades mais eficientes, que embora tivesse agravado o desemprego, conquistou bons resultados na diminuição dos custos de produção.

Diante desta recuperação momentânea, ainda que os problemas estruturais frente ao atraso da indústria ainda eram negligenciados pela política do Estado, no início de 1924 a crise parecia resolvida. Tal confiança ignorava o relatório da Vesenkha em dezembro de 1923 que alertava para a posição da indústria como ainda "séria e precária" e alertava para a impossibilidade de mais redução dos preços industriais.⁷⁷ Apesar disso, o otimismo provocado pela recuperação no final do ano de 1923 reforçou as posições do bloco oficial em favor das posições agraristas de favorecimento do campo privado. O bloco da oposição, que havia elaborado uma plataforma de propostas econômicas em outubro, no auge da crise, não conseguiu reverter os princípios monetarista levado à frente pelas instituições financeiras, pelo contrário, com a recuperação momentânea, as propostas da linha oficial do partido se reforçaram ainda mais e, em 1924 no XIII Congresso, o bloco da oposição ficou ainda mais isolado. As novas crises que se seguiram nos anos seguintes confirmariam os protestos da oposição contra as medidas conjunturais de diminuição dos preços industriais, restrição do crédito para a indústria de base e importação de bens de consumo para abastecer o campo.

O XIV Congresso do partido em dezembro de 1925 - conhecido como o "Congresso da industrialização" - se enfrentou desconfortavelmente com o problema dos kulaks na agricultura. Os moderados Zinoviev e Kamenev abandonam a posição oficial e somam-se à oposição contra a política oficial pró-kulak, enfrentando-se principalmente com as posições de Bukharin. Ainda que com inúmeras críticas a Trotsky e sua concepção de industrialização, ambos protagonizam duras críticas às concepções agraristas do partido exercendo importante pressão nas resoluções que seguiram o período seguinte. A conformação da unidade mais ampla da oposição garantiu um comprometimento, ainda que formal, do Congresso com o avanço da indústria. Stálin, agora firmemente no comando das poderosas alavancas da máquina do partido, colocou-se em apoio ao camponês contra os ataques de Zinoviev, Kamenev e

⁷⁷ Carr, 1969, p. 128.

Trotsky, estes que mantiveram a defesa das políticas de industrialização e planejamento abrangente.⁷⁸

Apesar da unidade e melhor organização que se configurou com a nova oposição unificada, as políticas oficiais do Estado não deixaram de ignorar o problema central sobre a origem dos recursos de financiamento das indústrias menos lucrativas. Para apaziguar a política arbitrária de manipulação dos preços favoráveis ao camponês rico, as novas políticas estabelecidas em abril de 1925 pelos órgãos de compra estaduais trabalharam com os chamados preços "diretivos". Esses preços deveriam manipular a oferta e a demanda ao invés de recorrer a ações de fixação de preços. O objetivo era proteger o produtor agrícola do rebaixamento dos preços no caso de uma boa colheita. A mesma preocupação, contudo, não alcançou a acumulação estatal e os consumidores contra as oscilações de preços. “No terceiro Congresso da União Soviética, em maio de 1925, Rykov, representando a visão da posição oficial, havia anunciado que “este ano o governo será forte o suficiente e não permitirá que os preços caiam a ponto de ser prejudiciais ao camponês”.⁷⁹ Por outro lado, Kamenev assina um relatório publicado no Pravda em outubro que previa estimativas dos resultados das colheitas e apontavam confiantemente para uma nova “crise das tesouras” frente a uma possível queda dos preços agrícolas.⁸⁰

Apesar das excelentes colheitas de 1925-26, elas não foram capazes de evitar um fenômeno paradoxal. A teoria oficial do partido - que caracterizava a natureza da crise como uma crise de superprodução da indústria causada pelo baixo poder aquisitivo do camponês - seria contrariada pela escassez de grãos no mercado que desafiava as boas safras do período. As ótimas colheitas desse período coincidiram com uma escassez de grãos no mercado. Isso porque os camponeses, bastante experimentados desde o “comunismo de guerra” e também desde a crise das tesouras de 1923, controlavam sua produção para especular nas melhores oportunidades, isto é, retendo a produção na situação de desvalorização da moeda e de escassez dos produtos industriais e também retendo quando os preços pagos pelo Estado eram baixos, concentrando seu escoamento nos período de baixas safras agrícolas (primavera).⁸¹

⁷⁸ Carr, 1958, p. 352.

⁷⁹ Ibidem, p. 292.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Para o ano de 1926: “Kamenev estimou que 14% de todos os camponeses haviam colhido 33% dos grãos e detinha 61% dos excedentes de grãos disponíveis para o mercado: de um total estimado de 1.200 milhões de puds de grãos comerciáveis, 700 milhões estavam nas mãos desses 14% de camponeses abastados.” (Carr, 1958, p. 299).

Os preços diretivos dos órgãos de compra do Estado, frente à falta de compradores, foram forçados à elevação para competir com o mercado livre. “Em agosto de 1925, apenas 10% de todas as compras de grãos foram feitas pelo mercado livre; nos meses seguintes, a porcentagem dobrou ou mais do que dobrou”.⁸² Os preços diretivos para o trigo foram imediatamente aumentados. Apesar disso, nem os aumentos desses preços estreitaram a margem entre os preços oficiais e livres, tampouco permitiram que os órgãos estatais recuperassem o controle do mercado. “Em dezembro de 1925, o preço do centeio no mercado livre estava 50% acima do preço “diretivo”, e para o trigo 33%”.⁸³

Portanto, a maior colheita desde a revolução foi paradoxalmente seguida não pela abundância, mas pela escassez no mercado interno de grãos e por uma forte pressão ascendente sobre os preços. Os preços diretivos abriram mão de coagir o camponês, conduzindo a uma competição de compras e um descontrole entre as agências do Estado.⁸⁴ O camponês gozava mais do nunca de enormes vantagens e controle sobre o escoamento das mercadorias.⁸⁵ Neste sentido, todo tipo de facilidade foi garantida para o camponês prosperar. A contradição entre a falta de escoamento de mercadorias e as boas colheitas ascendeu mais uma dura disputa no interior do partido. A oposição se opunha à política de novas concessões ao campesinato e de extensão da liberdade de comércio, uma vez que isso se revelava incompatível com a expansão da indústria e o desenvolvimento do planejamento, defendendo assim uma “retirada” da NEP. Enquanto isso, o bloco oficial insistia na visão de que a expansão da indústria só era possível através de concessões ao campesinato, ignorando o conteúdo social desse desenvolvimento. O ano de 1925 mostrou as incoerências desta leitura e confirmou as teses da oposição, mas não foi suficiente para triunfar contra as teses agraristas e evitar as tendências de um acentuado declínio das formas agrárias de subsistência em favor da forma capitalista no campo, que só poderiam conduzir a graves choques políticos com o Estado operário. A boa colheita, desejada e fundamental para a construção socialista, era distribuída desigualmente entre os diferentes grupos do campesinato, de modo a intensificar a diferenciação de classe.

⁸² Carr, 1958, p. 293-294.

⁸³ Idem..

⁸⁴ Ortega, 2002, p. 96.

⁸⁵ A “pressão tributária” exercida pelo imposto agrícola foi substancialmente reduzida; a fixação compulsória de preços foi arquivada; as medidas de “pressão administrativa” sobre o camponês abastado foram abandonadas, e ele inclusive foi autorizado a ascender a posições de influência na administração local.” (Carr, 1958, p. 294).

Como tendência inevitável desse processo, o camponês rico foi incentivado a alugar terras⁸⁶, contratar mão-de-obra, cultivar colheitas abundantes, tornar-se próspero. Ao mesmo tempo ele exigia um mercado abastecido de bens de consumo baratos em troca de suas colheitas. A expansão das exportações e a importação de bens de consumo era o meio de induzir o camponês rico a se separar de seus excedentes. Esse meio estava, contudo, em detrimento das necessidades de renovação das instalações industriais.

Nesse sentido, as pressões sobre a indústria, sobretudo a de base, seguiram-se firmes quando as exportações de grãos, devido à especulação do campo, se revelaram abaixo das expectativas. “Foi somente em 1925-1926 que o investimento na indústria ultrapassou efetivamente a depreciação e que os processos contábeis adequados, com provisões de amortização adequadas, tornaram-se efetivos na indústria estadual”.⁸⁷ As importações seguiram dando prioridade aos bens de consumo, política defendida pelos camponeses ricos como saída para a falta de “absorção” do campo frente à escassez de produtos industrializados produzidos sob altos custos.

O XIV Congresso em 1925 já havia discutido abertamente as necessidades de evitar a desproporção da economia com o fortalecimento da indústria de bens de capital. A questão que se colocava mais profundamente era: de onde saíam os recursos para o financiamento desse setor? Como já mencionado, a oposição defendia que esses custos recaíssem sobre as camadas ricas do campo e a partir da margem de acumulação

⁸⁶ “A forma muito mais comum de arrendamento era o camponês rico, que possuía cavalos e implementos em quantidade suficiente, alugar a terra de seu vizinho mais pobre, que, desistindo da luta desigual para cultivar sua terra por conta própria, arrendou-a ao kulak em troca de uma parte da colheita e, para o resto, vivia alugando seu trabalho. Essa prática estava em alta em todos os lugares.” (Carr, 1958, p. 224). “Números de duas áreas na região norte do Cáucaso mostraram que, em uma, duas vezes e meia mais terras foram arrendadas em 1925 do que em 1924, e na outra quase duas vezes mais. A proporção de terras arrendadas aumentou, em um caso, de 10% para 20% da área semeada, e no outro, de 9% para 15%. Por outro lado, como os contratos de arrendamento raramente foram celebrados por mais de um ano, o arrendatário não tinha interesse em manter ou melhorar as condições da terra por ele detida no contrato de arrendamento, e apenas procurou obter o máximo retorno da mesma em uma única colheita. O número de camponeses pobres ansiosos para dispor de terras que não tinham a capacidade de cultivar era tão grande a ponto de reduzir os aluguéis de tais terras a um valor muito baixo. Onde de 8 a 13 rublos por ano haviam sido pagos por um desyatin de terra no norte do Cáucaso antes da guerra, agora valia apenas de 50 kopeks a 3 rublos por desyatin; um caso foi citado em que uma viúva com 10 desyatins de terra arrendou 9 deles a um kulak em troca de um compromisso de arar e semear o desyatin restante para seu uso com sementes fornecidas por ela. A proporção de fazendas que incluía terras alugadas aumentou nas províncias “consumidoras” da URSS de 5-5% em 1925 para 10-8% em 1926 e nas províncias “produtoras” de 11-2% em 1925 para 18% em 1926: isto ilustrou tanto o aumento do arrendamento, quanto sua maior prevalência nas regiões mais férteis. Em todos os lugares o resultado do desenvolvimento do arrendamento foi um reagrupamento da terra e uma tendência para uma maior produtividade através da criação de unidades de trabalho maiores nas mãos dos camponeses mais empreendedores e eficientes.” (ibidem, p. 225).

⁸⁷ Carr, 1958, p. 343.

possível do Estado através do monopólio do mercado externo. Apesar da atenção que o tema ganhou no Congresso, como resultado da pressão feita pela nova oposição, as posições apresentadas por esta foram rechaçadas e triunfaram as políticas que garantiam ampla vantagem ao camponês rico. Este congresso também é marcado por um fato relevante: a posição oficial conforma um acordo e conciliação dessas posturas econômicas com as teses de Stálin sobre o “socialismo em um só país”, apresentadas pela primeira vez, configurando uma unidade política entre Stálin, autor desta tese, e as posições agraristas.

A sessão do Comitê Central do partido de abril de 1926 foi fortemente marcada por concessões às teses defendidas pela oposição em favor da industrialização. Trotsky defendeu um endurecimento do imposto agrícola para financiar a expansão da indústria e conter a diferenciação social no campo.⁸⁸ Foi aprovado um imposto agrícola mais progressivo e uma maior organização na compra de grãos para o período de 1926-27. O propósito era simplificar e centralizar o aparato comercial, a fim de evitar os movimentos especulativos dos preços. As medidas obtiveram respostas positivas nesse período, cujas colheitas foram novamente excepcionais, da mesma forma o comércio de grãos conseguiu responder bem e acompanhar o bom ritmo da safra. A pressão política exercida na reunião de abril no C.C. alcançou resultados. A boa resposta apresentada pelo comércio de grãos garantiu, por sua vez, bons resultados na exportação de grãos. Deste modo, foi possível um aumento momentâneo importante na importação de bens de capital e matérias primas para a indústria, do mesmo modo, também houve uma redução nas importações de bens de consumo. Apesar de a indústria de base ainda sofrer de grave atraso técnico, todas essas circunstâncias garantiram um avanço importante na indústria, que superou os níveis de 1913. Mas a crise das tesouras não estava ainda em um horizonte distante.

Os bons resultados experimentados nesse ano, ao invés de confirmar as teses da oposição, fizeram apenas aumentar o otimismo no crescimento momentâneo, sem uma posição definitiva sobre a indústria de base. No ano de 1927, relaxam-se novamente as medidas do ano anterior para dar lugar às políticas artificiais de redução dos preços industriais e alívio fiscal sobre o campo, repetindo o mesmo roteiro das crises anteriores, isto é, retenção de grãos e toda cadeia de consequências decorrente disso: diminuição das exportações e baixa acumulação do Estado que culminou numa nova crise em 1927. A posição oficial reforçará sua tese sobre a causa da crise: o rápido

⁸⁸ Carr, 1958, p. 354.

crescimento industrial financiado pelo crédito bancário e os déficits financiados por emissão monetária. Nesse sentido, ao invés de encontrar respostas nas causas estruturais do problema - atraso da indústria, altos custos de fabricação, baixa produtividade, altos preços devido à escassez de mercadorias industriais acentuada ainda mais pelo comércio privado - buscava respostas pelas vias administrativas e monetaristas, defendendo a redução dos preços dos produtos industrializados a qualquer custo.

As políticas dos órgãos financeiros seguiram sendo a de restrição do crédito à indústria, consolidando as políticas monetaristas que foram duramente criticadas pela oposição, como a venda do ouro no mercado, a ponto de quase esvaziar as reservas estatais, para manter a cotação do chervónetz.⁸⁹ Essa moeda não era cotada nas bolsas estrangeiras oficialmente, se bem que era aceito por alguns vendedores estrangeiros, já que era uma moeda que havia alcançado paridade bastante estável em relação às moedas ocidentais e o ouro.⁹⁰ A política ortodoxa monetária e o adiamento de medidas de reestruturação econômica real, acabaram por enfraquecer o chervónets, moeda cuja estabilidade tinha sido uma grande conquista da NEP.

A resistência em aceitar que as camadas ricas do campo privado arcassem com a reprodução ampliada da indústria atrasada se materializou ainda mais agudamente com o aumento da tributação indireta, que em 1927-28 contribuía com 32,8% dos rendimentos. A emissão de empréstimos "voluntários" foi coletivamente "subscrita" pelas assembleias de trabalhadores (às custas de seu salário efetivo) e a política de emissão monetária seguiu de forma selvagem durante o período 1927-28.⁹¹

Diferente deste cenário que chegou a NEP, seus princípios originais previam alcançar, através da planificação estatal, o avanço da indústria em proporções adequadas entre a cidade e o campo, garantindo trocas o mais possível equilibradas. Os preços nesse caso deveriam ser os "mensageiros" sobre os custos das mercadorias, de acordo com sua alta ou baixa escassez no mercado, dando o alerta ao Estado sobre a desproporção que afetava a evolução do equilíbrio. Evidentemente, a escassez de produtos agrícolas significava um enorme desafio para o sucesso das fazendas-modelo do Estado, cujo avanço exigia os mesmos esforços de investimentos dos quais padeciam a indústria de base. A forma administrada de lidar com os preços, sem encarar de fundo o que causavam suas flutuações, estava em contradição com os princípios da NEP e

⁸⁹ Ortega, 2002, p. 95-96.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Ortega, 2002, p. 99.

significava, na prática, sua liquidação. Transformações estruturais decididas não chegaram a tempo de evitar uma nova crise econômica no inverno de 1927-28 que veio acompanhada com uma crise política e um avanço definitivo da burocratização do partido, consolidando a expulsão da oposição do partido no XV Congresso em dezembro de 1927 e um longo processo de expurgos, assassinatos e deformação teórica sobre os problemas econômicos que foram amplamente debatidos durante a NEP.

Capítulo 2

1.5 Isaak Rubin e *A Teoria Marxista do valor*: introdução

Esse tópico se concentra em recuperar o debate em torno da crítica da economia política de Marx, conforme ela foi recuperada por autores antes do processo mais agudo de burocratização do Estado, isto é, em meados da década de 1920, sobretudo, durante os primeiros anos da NEP, entre 1921 e 1926. Portanto, as concepções econômicas teóricas e práticas representadas pelo período tardio da burocratização e suas diferenças com os autores mais tratados aqui, a saber, Rubin, Trotsky e Preobrazhensky não serão nosso objeto.

Apresentaremos uma exposição das teses fundamentais publicadas por Isaak Rubin em 1923 em *A teoria marxista do valor*, cujo conteúdo refletiu uma interpretação original e pioneira do pensamento de Marx. A recuperação dessa obra de Rubin tornou-se fenômeno desde a década de 1960 com a menção de Roman Rosdolsky sobre sua importância e o aumento das correntes marxistas estruturalistas e analíticas da filosofia na Europa, inclusive, no Brasil. Contudo, normalmente as principais recuperações de Rubin são marcadas por um afastamento de sua teoria com os debates do período revolucionário. Tal afastamento parece justificar-se pelo próprio conteúdo tratado com importância por ele, que nesta obra especificamente está focado unicamente numa rigorosa apuração do método de Marx, principalmente o método presente na teoria do valor apresentado nos primeiros capítulos de *O Capital*.

Rubin por muito tempo foi reconhecido por ter sido um dos primeiros autores a reconhecer a importância do método lógico-sistemático para a compreensão histórica do capitalismo mercantil na obra de Marx. Contudo, poucos autores reconhecem uma aproximação teórica entre Rubin e os marxistas contemporâneos de seu tempo e é esta a proposta ampliada de interpretação que queremos trazer para o nosso trabalho. As dificuldades dessa aproximação começam com o próprio objeto tratado por Rubin daquele tratado por autores como Preobrazhensky, que trataremos mais centralmente, mas também Trotsky e Lênin, que em linhas gerais apresentam também fundamentos

comuns. Não há uma unidade teórica entre esses autores. No entanto, há paralelos fundamentais que enriquecem de uma forma única a compreensão dos debates do marxismo da Rússia pós-revolucionária. Seguimos, então, expondo as principais elaborações de Rubin na obra mencionada, para na sequência discutirmos as teses de Preobrazhensky cuja ênfase, na esteira da abordagem do primeiro autor, também recai no debate da forma social por trás das categorias econômico materiais.

2.5 O método da economia política

A economia política é a ciência teórica que estuda as relações de produção entre as pessoas na sociedade mercantil-capitalista, isto é, ela pressupõe uma forma social concreta de economia. *O Capital* de Marx ficaria incompreendido se não considerarmos que aqui ele estuda uma sociedade específica. A economia política deve explicar as características da forma social de uma economia cujas relações de produção lhe são específicas.⁹² Para compreender a sociedade capitalista, a economia política, enquanto ciência teórica, deve distinguir, num primeiro momento através da abstração mental, o aspecto técnico material, por um lado, e as relações sociais, por outro. Essa sociedade que a economia política teórica estuda, distinguindo na análise as forças produtivas e as relações sociais, é uma de tipo único, uma forma histórica precisa e concreta. Portanto, “a economia política teórica trata de uma formação sócio-econômica determinada, especificamente, da economia mercantil-capitalista.”⁹³

O novo método sociológico que Marx introduziu na economia política aplica uma distinção coerente entre forças produtivas e relações de produção, entre o processo material da produção e sua forma social, entre o processo de trabalho e o processo de formação do valor. A economia política trata da atividade de trabalho humana, não do ponto de vista de seus métodos técnicos e instrumentos de trabalho, mas do ponto de vista de sua forma social. Trata das relações de produção que se estabelecem entre as pessoas no processo de produção. (Rubin, 1980, p. 44)

Trata-se da distinção básica entre o processo material da produção e suas formas sociais, dos dois diferentes aspectos (técnico e social) do

⁹² Rubin, 1980, p. 15.

⁹³ Ibidem, p.13-14.

processo unificado da atividade produtiva humana. A economia política trata das relações de produção entre as pessoas, isto é, das formas sociais do processo de produção, enquanto contrapostas aos aspectos técnico-materiais. (Ibidem, p. 53)

A economia política, além de estudar uma sociedade específica, a mercantil-capitalista, e além de nesse estudo empreender a distinção fundamental na análise entre o aspecto técnico da produção e sua forma social, ela assume como seu objeto teórico central este último aspecto, isto é, as relações sociais de produção. O aspecto social desta distinção feita pela teoria é o que ocupa a ciência da economia política. Então, “a economia política teórica trata das relações de produção específicas da economia capitalista, na medida que interagem com as forças produtivas da sociedade.”⁹⁴. Nesse sentido,

A economia política não é uma ciência das relações entre as coisas [bens de consumo ou meios de produção, isto é, os produtos do trabalho], como pensavam os economistas vulgares, nem das relações entre as pessoas e as coisas, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações entre as pessoas no processo de produção. (Rubin, 1980, p.15)

Portanto, o método sociológico (isto é, o que estuda uma sociedade específica) de Marx introduzido na economia política tem como objeto as relações sociais de produção. No estudo da economia mercantil capitalista, a abstração deve nos conduzir à distinção do aspecto técnico produtivo e sua forma social. Assumido este último aspecto como central da ciência da economia política, decorre que as categorias econômicas dessa disciplina só podem ser expressões teóricas das relações sociais de produção adotadas nessa sociedade específica. Essas categorias não podem ser explicadas pela natureza do movimento causal entre coisas, tampouco por sua própria natureza material, mas pelas relações sociais que estão por trás dessas coisas, ou melhor, que se expressam através das coisas.

Marx explicou mais detalhadamente sua concepção das categorias econômicas enquanto expressão de relações de produção entre pessoas,

⁹⁴ Ibidem, p. 14.

quando tratou das categorias valor, dinheiro e capital. Mas indicou, mais de uma vez, que outras noções de economia política expressam relações de produção entre pessoas. A mais-valia representa “uma forma histórica definida de processo social de produção” (...). A renda é uma relação social tomada como coisa (...). A oferta e a demanda nada mais são que relações de uma determinada produção, como o são as trocas individuais. A divisão do trabalho, o crédito, são relações da produção burguesa (...). Ou, como Marx afirmou de maneira geral, “as categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações, das relações sociais de produção” (...). (Ibidem, p. 48-49)

Essas considerações de Rubin são fundamentais para evitarmos uma compreensão “naturalista” das categorias materiais da economia (preço, dinheiro, capital, etc.), que devem ter sua gênese (e declínio) explicada a partir de um determinado desenvolvimento histórico das relações sociais de produção. O aspecto técnico material da sociedade, portanto, não é o objeto final da economia política, contudo, também não é uma questão menor, mas apenas derivada das relações sociais, ou, em outras palavras, o aspecto técnico material está pressuposto na análise das relações sociais. Na economia política, as condições técnicas não aparecem como condições para o processo de produção, mas apenas como pressupostos, como formas econômico-sociais assumidas pelo processo de produção.⁹⁵ Por outro lado, não é que exista uma indiferença entre o aspecto técnico material e a relação social, pelo contrário, há uma ligação inerente entre ambos, entre a forma social e as forças produtivas, sobretudo, na forma social mercantil-capitalista. “(...) Muito embora a economia política trate das relações de produção, ela sempre pressupõe seu vínculo inquebrantável com o processo de produção técnico-material, e em sua investigação supõe um estágio e um processo concretos de modificação das forças produtivas materiais”.⁹⁶ Mas, no estudo teórico, a forma social deve assumir a centralidade da análise e as condições materiais devem aparecer como seus pressupostos.

A economia política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua forma social, isto é, a totalidade das

⁹⁵ Ibidem, p. 54.

⁹⁶ Ibidem, p. 14.

relações de produção que constituem a “estrutura econômica” do capitalismo. A técnica de produção (ou as forças produtivas) só se inclui no campo de investigação da teoria econômica de Marx como um suposto, como um ponto de partida, tomado em consideração na medida indispensável para a explicação do genuíno objeto de nossa análise, as relações de produção. Coerentemente aplicada, a distinção feita por Marx entre processo técnico-material da produção e sua forma social coloca em nossas mãos a chave para a compreensão de seu sistema econômico. Essa distinção, ao mesmo tempo, define o método da economia política enquanto ciência social e histórica. (Rubin, 1980, p. 15)

A economia política deve oferecer uma descrição completa das várias relações sociais presentes na economia mercantil-capitalista, que deve nos revelar em sua totalidade a forma social específica dessa sociedade, relações sociais essas que na exposição teórica do processo de formação da estrutura econômica desenvolvida estão diferentemente localizadas no sistema lógico-categorial, sendo algumas relações sociais mais simples e outras mais desenvolvidas. Isaak Rubin dá enorme importância para esta distinção no pensamento de Marx. A forma social da economia mercantil-capitalista passa a ser para ele o debate central e inovador, que muitos autores de seu tempo não reconheciam e que, de fato, Rubin aparece como um intérprete pioneiro. Mas para colocar o debate da forma social no centro do problema, era necessário deixar claro, primeiro, a distinção que a economia política deve fazer de dois aspectos teóricos que explicam um mesmo objeto histórico social e, segundo, os diferentes níveis de abstração das diversas categorias apresentadas.

Dada, portanto, a economia mercantil-capitalista enquanto formação social analisada pela economia política e dada a centralidade da forma social para esta ciência, a forma do valor se torna, por sua vez, a base fundamental da teoria do valor de Marx.

Assim, a forma-valor é a forma mais geral da economia mercantil; é característica da forma social adquirida pelo processo de produção a um determinado nível de desenvolvimento histórico. Na medida que a economia política analisa uma forma social de produção historicamente transitória, a produção mercantil-capitalista, a “forma de valor” é uma

das pedras fundamentais da teoria de Marx sobre o valor. (Ibidem, p. 129)

Como já mencionado, não há uma indiferença entre relações sociais e forças produtivas no estudo teórico da sociedade mercantil-capitalista. Na realidade, existe uma relação muito particular e íntima entre esses dois aspectos assumidos por essa sociedade, que, inclusive, a diferencia de todas as outras precedentes e, inclusive, de uma sociedade socialista. Apesar de a economia política não ser uma ciência sobre a relação entre coisas ou entre pessoas e coisas, as coisas são, de fato, um elo indispensável na conexão das relações sociais. Na economia mercantil-capitalista as relações sociais de produção não só são estabelecidas por coisas, mas *apenas* através delas. “As noções básicas ou categorias da economia política expressam as formas sócio-econômicas básicas que caracterizam os diversos tipos de relações de produção entre pessoas, que se mantêm unidas por coisas através das quais se estabelecem essas relações entre elas.”⁹⁷

À primeira vista, todos os conceitos básicos de economia política (valor, dinheiro, capital, lucro, salários, etc.) possuem um caráter material. Mas, Marx mostrou que, por trás de cada um deles, está oculta uma específica relação social de produção, que na economia mercantil só é realizada através de coisas, e confere às coisas um caráter determinado, objetivamente social.⁹⁸ O elo entre pessoas que só é assumido através das coisas, torna cada agente da relação social representante de um fator da produção e enquanto representante de coisas, cumprem determinado papel no processo de produção da sociedade. Desse modo, os indivíduos não agem como querem, mas de acordo com o papel que cumprem os fatores materiais pelos quais são representados na estrutura geral e interligada da economia.

Como vimos, na sociedade mercantil-capitalista indivíduos isolados estão diretamente relacionados uns aos outros por determinadas relações de produção, não como membros da sociedade, não como pessoas que ocupam um lugar no processo social de produção, mas como proprietários de coisas determinadas, como “representantes sociais” dos diferentes elementos da produção. O capitalista “é meramente capital

⁹⁷ Ibidem, p. 44.

⁹⁸ Ibidem, p. 58.

personificado”. “No proprietário de terras se personifica a terra, uma das condições essenciais da produção”. (Ibidem, p. 34)

As coisas que estão intermediando as relações sociais, e apenas através das coisas essas relações sociais são confrontadas, também obtém uma função social específica na estrutura econômica geral. As coisas representam uma relação de produção, bem como desempenham um papel social específico, enquanto portadora ou intermediária das relações sociais. A função social que é realizada através da coisa confere a esta coisa uma forma social, uma “determinação de forma” (Formbestimmtheit)⁹⁹. Assim, “as diferentes categorias da economia política descrevem as diferentes funções sociais das coisas, correspondendo a diferentes relações de produção entre pessoas”¹⁰⁰.

Uma função social específica, ou forma econômica de coisa, corresponde a cada tipo de relação de produção entre pessoas. Marx indicou, mais de uma vez, a estreita relação entre a função e a forma. Se a função social de uma coisa dá a essa coisa uma forma sócio-econômica específica, é claro então que as categorias básicas da economia política (...) servem como expressões de formas sócio-econômicas que correspondem às coisas. (Ibidem, p. 50-51)

As coisas, com suas respectivas funções atribuídas a partir de sua forma, passam a ser ‘portadoras’ das relações de produção entre pessoas. “O sistema de Marx examina uma série de complexas “formas econômicas” de coisas ou “determinações de formas”, que correspondem a uma série de crescentemente complexas relações de produção entre pessoas”.¹⁰¹

Portanto, os conceitos básicos da economia política expressam diferentes relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista. Mas, na medida que essas relações de produção só vinculam as pessoas através de coisas, a coisa desempenha uma função social específica, e adquire uma

⁹⁹ Ibidem, p. 50.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 50-51.

¹⁰¹ Idem.

particular forma social que corresponde ao dado tipo de relação de produção. Se dissemos anteriormente que as categorias econômicas expressam relações de produção entre pessoas, adquirindo um caráter “material”, podemos dizer também que elas expressam funções sociais, ou formas sociais, que são adquiridas pelas coisas enquanto intermediárias nas relações sociais entre pessoas. (Ibidem, p. 49)

A metodologia da economia política que Marx empreendeu em sua crítica significou um importante avanço em relação ao que era até então o método da economia clássica, sobretudo, dos seus representantes Adam Smith e David Ricardo. Estes, a despeito de suas diferenças, explicaram o nexos das categorias econômicas, limitando o objeto da economia política ao caráter técnico material da sociedade mercantil-capitalista. Mesmo que esta escola tenha se apropriado de poderosas ferramentas analíticas, incorporando o caráter teórico da análise, seu método não alcançava o núcleo fundamental do conteúdo teórico da economia política. Nesse sentido, a escola clássica se restringia aos nexos externos entre as coisas, nexos que aparece apenas na concorrência, onde tudo aparece às avessas e parece sempre estar ao contrário.¹⁰² Assim as relações de produção entre as pessoas parecem depender da forma social das coisas, e não o oposto. A escola clássica não considerava as forças produtivas da sociedade em sua interação com as relações de produção entre pessoas, ignorava a forma do valor, embora submetesse o valor à análise, descobrindo o trabalho escondido por trás dele. Os economistas clássicos mostraram o conteúdo do valor, o trabalho despendido na fabricação do produto, Marx, por sua vez, estudou acima de tudo a forma de valor, isto é, o valor enquanto expressão material das relações de trabalho entre as pessoas e do trabalho social.¹⁰³

3.5 A teoria do fetichismo da mercadoria

Consideramos que a economia política estuda uma sociedade historicamente determinada, a saber, a mercantil-capitalista. Também que para empreender esse estudo, realiza uma distinção entre os aspectos técnico-materiais do objeto social e as relações sociais de produção assumidas por pessoas nessa formação econômica. A partir daí, a

¹⁰² Ibidem, p. 40.

¹⁰³ Ibidem, p. 128-9.

economia política estuda as relações sociais assumidas no processo de produção dessa economia específica, à medida que seus aspectos produtivos estão pressupostos, isto é, historicamente desenvolvidos. Nessa sociedade, as pessoas estão conectadas através de coisas (mercadorias) que são elos indispensáveis na relação entre elas, e cada coisa, possui uma função social específica à medida que é representante de uma determinada relação social. O conjunto destas relações sociais assumidas e representadas pelos fatores materiais dessa sociedade, que incorporam funções determinadas, nos dá a forma social desta economia. Considerado todos esses elementos podemos entrar na tese central de Rubin, a saber, a localização que ele atribui no interior do pensamento de Marx à ‘teoria do fetichismo da mercadoria’, “que poderia ser chamada, com maior exatidão, de teoria geral das relações de produção na economia mercantil-capitalista”¹⁰⁴ que “é, per se, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor.”¹⁰⁵ A partir da correta distinção teórica de dois aspectos de uma mesma sociedade, “Marx lançou luz sobre a questão do particular interrelacionamento entre o processo de produção material e sua forma social numa sociedade mercantil-capitalista. E sobre esta base, ele construiu sua teoria do fetichismo da mercadoria.”¹⁰⁶ . Essa teoria é transformada, nesse sentido, em uma “teoria geral das relações de produção numa economia mercantil, numa propedêutica da economia política.”¹⁰⁷ A forma particular e histórica de como os indivíduos se relacionam através das coisas, dos produtos do seu trabalho, é o que a teoria do fetiche deve explicar.

A natureza específica da economia mercantil-capitalista reside no fato de que as relações de produção entre as pessoas não são estabelecidas apenas pelas coisas, mas através de coisas. É precisamente isto que dá às relações de produção entre as pessoas uma forma “materializada”, “reificada” e dá origem ao fetichismo da mercadoria, à confusão entre o aspecto técnico-material e sócio-econômico do processo de produção, confusão eliminada pelo novo método sociológico de Marx. (Ibidem, p. 43)

¹⁰⁴ Ibidem, p. 15-16.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 19.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 66.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 20.

A diferença entre se relacionar “pelas coisas” ou “através de coisas” expressa o papel e função que as coisas desempenham na intermediação das pessoas numa dada sociedade historicamente determinada. A relação “pelas coisas” pressupõe ainda um vínculo direto entre pessoas: “Mas o fato é que na sociedade feudal as relações de produção entre pessoas são estabelecidas com base na distribuição das coisas entre elas e pelas coisas, mas não através das coisas. Aqui, as pessoas estão diretamente vinculadas umas às outras, (...)”¹⁰⁸

A teoria do fetichismo assume que as relações sociais na economia mercantil-capitalista só podem assumir uma relação entre coisas e nunca uma relação direta. A regulação indireta do processo de produção, através do mercado, através dos produtos do trabalho, através das coisas, é a característica básica da forma mercantil-capitalista. A idéia central da teoria do fetichismo da mercadoria é a de que a economia política desvenda uma economia mercantil-capitalista, cujas relações entre as pessoas adquirem necessariamente uma forma material, e só podem ser realizadas sob esta forma.¹⁰⁹ “A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante, de modo que as coisas adquirem propriedades sociais específicas.”¹¹⁰, estamos aqui diante da personificação das coisas e da reificação das relações sociais de produção.

A “ilusão” na consciência dos homens, que não enxergam as relações sociais históricas por trás das coisas, não é explicado por uma confusão na consciência, mas por uma existência concreta de relações sociais, cuja forma social só pode assumir a forma de coisas. Tal “ilusão” dos homens [principalmente dos economistas] transformam categorias econômicas reificadas em “formas objetivas” (de pensamento) das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil.¹¹¹ Essa transformação mistificada das categorias econômicas deve encontrar sua explicação, contudo, não num desvio psicológico, mas nas próprias bases objetivas

¹⁰⁸ Ibidem, p. 43. É sobre essa diferença de sentido que Rubin critica Bukharin, o único momento em que esse autor é citado em sua obra. Em sua obra *Teoria do Materialismo Histórico* Bukharin ignorava, com relação ao nexo entre coisas e pessoas, a diferença entre uma formação social qualquer e da economia mercantil-capitalista especificamente. Nesse caso, cria uma confusão entre a dependência causal das relações de produção e a distribuição das forças produtivas, presente em qualquer sociedade e que não nos diz nada sobre a forma específica como essa dependência existe, e portanto, não nos diz nada sobre o nexo entre coisas e relações sociais particular da sociedade mercantil-capitalista. (Ibidem, p. 43) Nesse caso não há apenas uma dependência, mas uma fusão específica das relações sociais com o processo de produção material.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 77.

¹¹⁰ Ibidem, p. 20.

¹¹¹ Ibidem, p. 20.

da sociedade mercantil-capitalista. “Marx descobriu as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social”.¹¹² Portanto, mesmo o conhecimento das leis da produção e das trocas capitalistas não pode eliminar a supremacia das coisas sobre as relações sociais na realidade. A ausência de regulação direta no processo de produção social conduz à sua regulação indireta, isto é, mediada pelo mercado, através dos produtos do trabalho. O tema central aqui é “a ‘materialização’ das relações sociais de produção e não apenas a ‘mistificação’ ou ilusão”.¹¹³ Portanto, o fetichismo só pode ser explicado a partir da estrutura concreta da economia mercantil capitalista.

Rubin chamou a atenção para o lugar que a teoria do fetichismo da mercadoria ocupava no pensamento de Marx, debatendo com autores de sua época que não aceitavam essa teoria como parte da crítica à economia política, mas viam-na apenas como uma passagem filosófica de Marx ou uma crítica à cultura contemporânea, baseada na reificação das relações humanas e não como a teoria geral das relações sociais numa economia mercantil-capitalista, ou seja, a base de todo sistema econômico de Marx.¹¹⁴ Esse é um dos reconhecimentos fundamentais de Rubin, em que assume a teoria do fetichismo da mercadoria enquanto teoria geral das relações sociais de produção, relações que assumem uma forma social específica e histórica, a forma de troca das mercadorias.

Mas, tanto os defensores quanto os adversários do marxismo trataram a teoria do fetichismo principalmente como uma entidade separada e independente, pouco relacionada internamente à teoria econômica de Marx. Apresentam-na como um apêndice à teoria do valor, como uma interessante digressão literário-cultural que acompanha o texto básico de Marx. (...) A teoria do fetichismo é, per se, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor. (Ibidem, p. 18)

Concluimos até aqui as seguintes contribuições de Rubin: 1) O caráter específico da economia política, enquanto ciência que trata da economia mercantil-capitalista,

¹¹² Ibidem, p. 73.

¹¹³ Ibidem, p. 73.

¹¹⁴ Ibidem, p. 18.

reside precisamente no fato de que ela trata de relações de produção que adquirem formas materiais; 2) O aspecto técnico material é um pressuposto da análise, e não o fim dela; 3) A revolução que Marx realizou na crítica à economia política clássica consiste no fato de ele ter considerado as relações de produção sociais que estão por trás das categorias materiais, na forma social específica da economia mercantil-capitalista, “é este o verdadeiro objeto de estudo da economia política enquanto ciência social”¹¹⁵; 4) A teoria do fetiche é a teoria geral das relações sociais da sociedade mercantil-capitalista.

4.5 As bases objetivas do fetiche da mercadoria

Dado que os conceitos básicos da economia política expressam relações sociais que, precisamente numa economia mercantil-capitalista, assumem necessariamente a forma de coisas e que, portanto, o fetiche da mercadoria é a teoria que explica como as relações sociais assumem essa forma material, Rubin destaca os requisitos objetivos para que as relações sociais assumam esse caráter reificado. A primeira e mais importante condição é a *independência e separação dos produtores privados* que só se relacionam através da troca. Os produtores independentes, pulverizados, sob a base da propriedade privada, decidem sobre sua própria produção de acordo com seus interesses particulares, de modo que suas decisões não são reguladas pela sociedade, exceto por vias indiretas, isto é, através do movimento dos preços. A produção da sociedade depende inteiramente da iniciativa individual desse produtor.

A característica distintiva da economia mercantil é a de os administradores e organizadores da produção serem produtores independentes de mercadorias (pequenos proprietários ou grandes empresários). Toda empresa isolada, privada, é autônoma, isto é, seu proprietário é independente, está preocupado apenas com seus próprios interesses, e decide o tipo e a quantidade de bens que produzirá. Sobre a base da propriedade privada, ele tem à sua disposição os equipamentos produtivos e as matérias-primas necessárias e, como proprietário legalmente competente, dispõe dos produtos de seu negócio. A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e

¹¹⁵ Ibidem, p. 61.

não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto. (Ibidem, p. 21)

A distribuição do trabalho dos produtores privados e independentes, sua entrada ou saída de um ramo a outro, ou seja, a redistribuição das forças produtivas, é regulada indiretamente pelo mercado, pelo movimento dos preços, portanto, o nexo da atividade do trabalho é regulado por coisas. “A expansão da terra cultivada na remota Argentina ou no Canadá só pode provocar uma redução da produção agrícola na Europa de uma maneira: pela diminuição dos preços dos produtos agrícolas no mercado.”¹¹⁶ O produtor privado independente está conectado com os demais produtores de forma indireta e essa conexão se estabelece através da troca.

Rubin se afasta da interpretação que limita a compreensão da lei do valor como teoria da relação social entre capitalista e operário no interior da fábrica, interpretação que desconsidera a importância do conceito de fetiche da mercadoria para a economia política, ao mesmo tempo que adota a teoria da mais-valia como a totalidade teórica da crítica de Marx.¹¹⁷ A centralidade do papel cumprido pela troca coloca ênfase na relação privada dos produtores individuais, de modo que a relação desenvolvida entre operários e capitalistas não está sendo considerada ainda. Nesse sentido, “a troca e a igualação das coisas no mercado realizam a vinculação social entre os produtores de mercadorias e unificam a atividade produtiva das pessoas.”¹¹⁸ A troca é entendida aqui não como etapa da circulação (que sucede a produção), mas como *forma social* do processo de reprodução.

¹¹⁶ Ibidem, p. 22.

¹¹⁷ Na quarta edição de *Ensaio da Teoria Marxista do Valor*, Rubin publica um apêndice cujo título é *Resposta aos críticos*. As mais de 200 páginas acrescentadas nesta edição conferem-lhe um valor teórico independente. Um dos críticos de Rubin, a quem este concede uma extensa e minuciosa resposta, foi I. Dashkovsky, militante trotskista que escreveu um artigo chamado *Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx* (publicado na revista *Unter dem Banner des Marxismus/Sob a bandeira do marxismo*, 1926, n. 6) tecendo duras críticas à Isaak Rubin. O artigo de Dashkovsky acusa Rubin de idealista pela ênfase dada à troca na teoria do valor em detrimento do processo de produção no interior da empresa. Rubin não desconsidera que a forma do valor imprime características próprias ao processo de produção e circulação de mercadorias, contudo, sua ênfase recai na forma social do valor, que também deixa sua marca na fase de produção direta. (Rubin, 1987, p. 24) A “troca” é entendido aqui como a forma social pela qual os diversos produtores assumem relação entre si, isto é, através das coisas. Há, portanto, por parte de Dashkovsky uma confusão com o conceito de circulação e troca, além de uma incapacidade em assumir o método da compreensão geral das relações sociais da sociedade em geral, para além do processo de produção do capitalismo desenvolvido que envolve a relação entre operários e capitalistas.

¹¹⁸ Ibidem, p. 25.

Este papel da troca, como elemento indispensável do processo de reprodução, significa que a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através de coisas. (...) As relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, uma forma reificada e, na medida que falamos das relações entre produtores mercantis individuais e não de relações dentro de firmas privadas isoladas, elas só existem e se realizam dessa forma. (ibidem, p. 24)

O autor sintetiza esquematicamente os seguintes elementos que compõem a economia mercantil: 1) células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas isoladas, *formalmente independentes* uma das outras; 2) que estão *materialmente relacionadas* umas com as outras; 3) a vinculação direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na *troca*, e isto, *indiretamente*, influencia sua atividade produtiva.¹¹⁹

5.5 Aspectos básicos da teoria marxista do valor

Como discutimos, o método de Marx aplica uma distinção entre as forças produtivas e as relações de produção, ou seja, entre o processo material e a forma social. Falta mencionar que o estudo das relações de produção distingue mais de uma forma e tipo particular de relações sociais. A sequência em que essas relações são teoricamente apresentadas carregam uma ordem específica, uma vez que certas relações sociais pressupõem outras, nesse sentido, o método de exposição das categorias se torna parte importante da teoria geral. A sequência lógica das categorias econômicas, que expressam diferentes relações sociais, assume uma complexidade crescente.¹²⁰ Resumidamente, a sequência lógica segue então a seguinte ordem: 1) produtores privados possuidores de mercadorias; 2) operários e capitalistas; 3) capitalistas e capitalistas (capitalista financeiro e industrial).¹²¹ Esse método de passar de uma categoria mais simples a outra mais complexa, na qual esta carrega internamente a

¹¹⁹ Ibidem, p. 23.

¹²⁰ Ibidem, p. 45.

¹²¹ Idem.

primeira forma mais simples enquanto pressuposto, tem a ver com o método abstrato da análise que Rubin constantemente chama atenção em Marx.

O método de Marx, portanto, consiste em destacar e analisar tipos individuais de relações de produção, que só em sua totalidade nos dão um quadro da economia capitalista desenvolvida. Mas para a análise inicial da forma do valor, Rubin considera apenas o primeiro tipo de relação social simples: a relação social cujos produtores são privados e independentes. “Neste momento, estamos interessados em apenas um tipo básico de relação de produção entre as pessoas na economia mercantil, a saber, a relação entre as pessoas enquanto produtores de mercadorias *isolados e formalmente independentes uns dos outros*.”¹²²

Portanto, Rubin se concentra num primeiro momento da análise na forma simples da relação social (produtores privados e independentes possuidores de mercadorias). “Trata-se de uma sociedade de produtores mercantis, a chamada ‘economia mercantil simples’ diferente da economia capitalista mais complexa.”¹²³. Sobre as questões metodológicas que a distinção entre uma economia mercantil simples e uma economia capitalista desenvolvida pode levantar, discutiremos mais à frente. Por enquanto, basta saber que não estamos lidando com a relação entre capitalistas e operários para a análise do valor, que cabe à forma do capitalismo desenvolvido, mas apenas com a relação social anterior presente economia mercantil simples, considerada hipoteticamente. A sequência lógico-categorial, portanto, não nos oferece uma apresentação da sequência histórica das relações sociais, mas uma exposição teórica das relações sociais, que em sua totalidade explicam um sistema econômico histórico desenvolvido total e único.

Uma característica da assim chamada “economia mercantil simples”, uma economia capitalista embrionária ou hipotética, que difere do capitalismo desenvolvido, é que “os preços médios dos produtos são proporcionais ao seu valor trabalho”¹²⁴ e isto se manifesta como uma tendência. “O valor representa o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado e com o qual coincidiriam se o trabalho social estivesse proporcionalmente distribuído entre os diversos ramos de produção. Estabelecer-se-ia assim um estado de equilíbrio entre os diferentes ramos de produção.”¹²⁵ O mercado e os preços de mercado são responsáveis por garantir a tendência ao restabelecimento do

¹²² Ibidem, p. 79.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem, p. 79.

¹²⁵ Idem.

equilíbrio. Apesar da produção mercantil simples ser um sistema de equilíbrio constantemente perturbado, “cada perturbação de equilíbrio provoca uma tendência ao seu restabelecimento.”¹²⁶ Se os termos da troca (a quantidade de cada coisa trocada por outra) são tal que o preço de uma mercadoria está acima de seu valor (isto é, há uma escassez de mercadorias ou subprodução), isto provoca uma redistribuição do trabalho em direção à situação de equilíbrio: a troca das mercadorias de acordo com seus valores. Portanto, na economia mercantil-simples “o valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias”.¹²⁷

Outra característica importante é que o caráter social do trabalho dos indivíduos, que só se realiza efetivamente na troca e não aparece diretamente como social, só se manifesta na troca à medida que as formas concretas do trabalho são abstraídas. O trabalho igualado assume a característica quantitativa e qualitativa de ser *abstrato*, esta é a forma específica pela qual o trabalho é socialmente igualado na economia mercantil. “O que caracteriza o trabalho abstrato é a abstração das formas concretas de trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados.”¹²⁸

O conceito de trabalho abstrato pressupõe uma determinada forma social de organização do trabalho numa economia mercantil: os produtores individuais de mercadorias não estão diretamente vinculados no próprio processo de produção, na medida que este processo representa a totalidade das atividades de trabalho concretas; este vínculo se realiza através do processo de troca, isto é, através da abstração dessas propriedades concretas. O trabalho abstrato não é uma categoria fisiológica, mas uma categoria social e histórica. (Ibidem, p. 159)

A quantidade de trabalho socialmente necessária que na economia mercantil assume a forma de trabalho abstrato é reduzida à medida que aumenta a produtividade do trabalho, como, por exemplo, a partir do melhoramento técnico da produção. Uma modificação da produtividade do trabalho afeta a *magnitude* do valor (seu aspecto quantitativo) da unidade dos produtos, enquanto essa mudança de valor, por sua vez, afeta a distribuição do trabalho entre os diversos ramos da produção. Desse modo, o

¹²⁶ Ibidem, p. 80.

¹²⁷ Ibidem, p. 80.

¹²⁸ Ibidem, p. 159.

equilíbrio da economia mercantil e a distribuição do trabalho respondem indiretamente à mudança de valor acarretada pela elevação da produtividade do trabalho.

A igualação social do trabalho compara as magnitudes do trabalho abstrato; as mudanças na produtividade do trabalho acarretam mudanças na magnitude do valor; as transformações na magnitude do valor regulam indiretamente a distribuição do trabalho: essas mudanças causais no *quantum* de trabalho abstrato referem-se ao aspecto quantitativo do valor. Portanto, quantitativamente esses valores são diversos e o que os une é a forma social, isto é, a sua natureza qualitativa. A magnitude do valor e a forma do valor são dois aspectos de um mesmo mecanismo. Se nos limitarmos a entender as mudanças quantitativas no processo de regulação do valor, não respondemos a origem e o meio pelo qual aquele *quantum* foi alcançado. “O trabalho é ‘cristalizado’ ou conformado em valor no sentido de que adquire, socialmente, ‘forma de valor’.”¹²⁹ A regulação do trabalho através do mecanismo do valor não pode ser explicada apenas pelas mudanças nos aspectos quantitativos do valor, mas deve encontrar sua origem na forma, o meio, o método pela qual a regulação é alcançada. Precisamente na sociedade mercantil é através do mercado, da troca de coisas, uma distribuição do trabalho não organizada diretamente pela sociedade, em outras palavras, uma forma de organização que pressupõe empresas isoladas - sob a base da propriedade - que produzem para vender.

O trabalho abstrato cumpre papel importante no argumento de Rubin, justamente pela distinção teórica que o autor empreende entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Esse conceito deve necessariamente dar conta de expressar o caráter duplo do trabalho, refletindo o aspecto técnico material de produção e sua forma social. “Através do trabalho abstrato, o valor é vinculado simultaneamente à *forma* social do processo social de produção e a seu *conteúdo* técnico-material.”¹³⁰ Se o trabalho abstrato deve estar vinculado à forma social, esta forma específica e particular dos produtores privados que só se relacionam na troca, então “o trabalho abstrato é um conceito histórico e social.”¹³¹

Então, vimos como a economia política estuda um sistema de relações sociais determinado, o mercantil-capitalista. A distinção entre o aspecto técnico material e social empreendida pela ciência na análise desse sistema foca sua análise na forma do

¹²⁹ Ibidem, p. 88.

¹³⁰ Ibidem, p. 89.

¹³¹ Ibidem, p. 86.

valor, cujos fenômenos quantitativos devem ser explicados a partir dessa sua qualidade social, pela forma específica na qual aquela regulação é alcançada. “O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor consiste no fato de que ela explicou precisamente o *tipo* de trabalho que cria valor.”¹³². Para nós, destacar essa interpretação é importante, pois é a partir dela que reconheceremos a convergência teórica no estudo da economia soviética de Preobrazhensky. A forma do valor, por sua vez, deve ser explicada a partir da condição de que as empresas isoladas, privadas, pulverizadas, se conectam através dos produtos do trabalho. Esse pressuposto é suficientemente exposto por Rubin em inúmeras passagens e nos oferece uma explanação fundamental sobre as bases da teoria do valor de Marx.

Se os produtores estão vinculados uns aos outros como organizadores da atividade econômica formalmente independentes e como produtores mercantis autônomos, então os produtos de seus trabalhos se confrontam no mercado enquanto “valores”. A igualdade dos produtores mercantis, enquanto organizadores de unidades econômicas individuais e contraentes de relações de produção de troca, expressa-se na igualdade entre os produtos do trabalho como valores. O valor das coisas as expressa um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas. (ibidem, p. 84)

O caráter específico da economia mercantil consiste no fato de que o processo técnico-material de produção não é regulado diretamente pela sociedade, mas dirigido por produtores mercantis individuais. (ibidem, p. 86)

O valor é uma relação de produção entre produtores mercantis independentes; assume a forma de ser de propriedade das coisas e está vinculado à distribuição do trabalho. (ibidem, p. 88)

Até aqui discutimos a forma social do valor imaginada para uma sociedade hipotética, a economia mercantil simples. Essa etapa é importante para entender o pressuposto que estará presente na forma desenvolvida da sociedade mercantil, isto é, sua forma plenamente capitalista. O que deve ser destacado aqui é que a passagem do sistema mercantil simples para o capitalista é uma passagem teórica, cujo objetivo é dar

¹³² Ibidem, p. 87.

ênfase à forma social, isto é, às relações sociais de produção que encontram-se escondidas na regulação desenvolvida do capital, a saber, a forma dos produtores privados que só se relacionam na troca. Assumimos acima que nessa sociedade mercantil simples hipotética os trabalhos são trocados correspondentemente pelos seus valores, desde que haja um regime de concorrência entre os produtores privados, isto é, desde que o trabalho possa ser transferido de uma esfera a outra, ou seja, desde que a troca esteja suficientemente desenvolvida. Em caso de desvios de preços em relação aos seus valores, há uma tendência de restabelecimento do equilíbrio, isto é, há transferência de trabalho de um ramo a outro. “Nas condições da economia mercantil simples, os preços médios dos produtos são proporcionais a seu valor-trabalho”, isto é, “o valor representa o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado, e com o qual coincidiriam se o trabalho social estivesse proporcionalmente distribuído entre os diversos ramos de produção”.¹³³ Nesse caso, “a troca de dois produtos do trabalho por seus valores-trabalho significa que existe o equilíbrio entre dois dados ramos de produção.”¹³⁴ As modificações na produtividade do trabalho que se expressam na magnitude do valor provocarão novos desequilíbrios que serão novamente corrigidos pela transferência de trabalho entre os diversos ramos. Essa sociedade mercantil-simples supõe que o organizador da produção é um produtor direto, ou seja, não um comprador de força de trabalho.

Ocorre que na análise do capitalismo desenvolvido a causalidade dos aspectos quantitativos (a magnitude do valor) muda, enquanto o aspecto qualitativo (a forma social) mantém-se. A distribuição do trabalho segundo seus valores não existe para a forma desenvolvida do capital. Aqui os organizadores da produção não são os produtores privados diretos, mas os capitalistas industriais, de modo que estes é que vão decidir pela expansão ou contração da produção. A igualação do trabalho da economia mercantil simples passa a ser uma igualação de capitais na economia mercantil-capitalista. “A distribuição das forças produtivas entre esferas individuais da economia social toma a forma de uma distribuição de capitais entre essas esferas”.¹³⁵ “Na sociedade capitalista, esse preço médio não é proporcional ao valor-trabalho do produto, isto é, à quantidade de trabalho necessário para sua produção, mas

¹³³ Ibidem, p. 79.

¹³⁴ Ibidem, p. 244.

¹³⁵ Ibidem, p. 243.

proporcional ao assim chamado “preço de produção”, que é igual ao custo de produção desse produto mais o lucro médio sobre o capital investido”.¹³⁶

Então, a distribuição do trabalho social na economia capitalista desenvolvida passa a ser regulada indiretamente pela distribuição do capital. Enquanto na produção mercantil simples o produtor direto tenta obter um valor proporcional ao trabalho despendido, de modo que “este valor de mercado deve ser adequado para sua subsistência e de sua família, e para a continuação da produção ao volume anterior, ou a um volume ligeiramente ampliado”¹³⁷, na economia capitalista desenvolvida, por sua vez, o produtor emprega não o seu trabalho, mas seu capital na produção, a fim de obter um capital maior do que o capital originalmente investido.

No sistema econômico mercantil-capitalista desenvolvido, através do mecanismo da lei do valor, os capitais migram entre os setores econômicos buscando a maior taxa de lucro possível, ou seja, migram dos setores com menor taxa de lucro para os setores com maior taxa de lucro. A taxa de lucro, assim, tende a se equalizar entre os distintos setores da produção e essa tendência à equalização cria uma mudança na repartição da mais-valia de modo que, um capital individual não necessariamente, se apropria da mais-valia que ele próprio produziu. Nos setores, por exemplo, com maior composição orgânica do capital - menos mão de obra e mais máquinas - esses capitais tendem a se apropriar de mais mais-valia do que os setores com menor composição orgânica, que se apropriam de menos. Esse desvio na apropriação da mais-valia é resultado do ato de repartição, que se dá exclusivamente através da política de preços e não diretamente pelo valor.

Importa ao capitalista, portanto, não a quantidade absoluta de lucro, mas a relação do lucro com o capital originalmente investido, isto é o grau de valorização de todo capital investido expressa pela taxa de lucro.¹³⁸ “A taxa média de lucro é determinada pela relação entre a mais-valia total e o capital social total”¹³⁹ e torna-se, desde que haja concorrência entre os capitalistas dos diversos ramos da produção, a reguladora da distribuição de capital e agora, indiretamente, a reguladora da distribuição do trabalho. “Assim a taxa média de lucro não é determinada, em última análise, pelas diversas taxas de lucro nas diferentes esferas, mas antes pela massa total de mais valia e

¹³⁶ Ibidem, p. 79.

¹³⁷ Ibidem, p. 243.

¹³⁸ Ibidem, p. 244.

¹³⁹ Ibidem, p. 261.

pela relação entre esta massa e o capital social total (...).¹⁴⁰ “Sob esta forma, o capital toma consciência de si mesmo como uma potência social em que cada capitalista toma parte na produção segundo a participação que lhe corresponde no capital total da sociedade”.¹⁴¹

Discutimos até aqui em linhas gerais a interpretação que Isaak Rubin desenvolveu em sua obra *A teoria marxista do valor* em 1923, ano de sua primeira publicação. Essas várias considerações teóricas, à primeira vista, parecem estar alheias aos debates dos problemas teóricos concretos da Revolução Russa. Na realidade, a teoria da forma social, onde recai especial ênfase na análise de Rubin, está também presente em Preobrazhensky, que empreende uma teoria para explicar o sistema econômico soviético e as particularidades de seu desenvolvimento. Os objetos históricos distintos não esgotam as semelhanças das ferramentas teóricas no método de apreensão das leis e tendências de um e outro sistema econômico (mercantil-capitalista e socialista). Em 1924, Preobrazhensky publica o primeiro artigo de *A Nova Econômica*, tornando pública pela primeira vez sua tese sobre a acumulação socialista primitiva, que representava a primeira construção teórica sistematizada do período sobre o funcionamento da economia soviética. Seguimos nosso trabalho, expondo suas principais contribuições teóricas.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 265. Aqui Rubin adianta a concepção de “capital geral” discutida por Roman Rosdolsky (*Gênese e Estrutura do Capital*), ver Rubin, 1980, p. 263-272. Trata-se de uma pioneira contribuição teórica do autor que hoje é debatida como o *problema da transformação* por autores contemporâneos como Sraffa, crítico de Marx, (*Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Um Prelúdio a crítica da teoria econômica*) e Fred Moseley, autor marxista, (*Money and Totality*).

¹⁴¹ Ibidem, p. 245.

Capítulo 3

1.3 Preobrazhensky e *A Nova Econômica*

Depois da revolução de outubro, com o processo de estatização massivo da indústria, além do controle do Estado sobre o mercado interno e externo e a socialização das terras agrícolas, especulava-se muito sobre se a lei do valor seria ainda uma teoria adequada para explicar a regulação econômica soviética, já que aqui tratava-se de uma “economia socialista” e a lei do valor é uma teoria que explica as relações sociais capitalistas. Adiantando a resposta de Preobrazhensky a esta questão: sim, a lei do valor ainda atuava como regulador em ramos da produção russa, contudo, não apenas isso, o autor assume em seu esquema teórico que além da lei do valor, outra lei atuava em oposição a esta no processo de regulação global da economia russa: a lei da acumulação socialista primitiva (APS). Como ele desenvolve esta tese, ainda vamos expor neste tópico, a princípio, basta notar que a lei do valor ainda é objeto de estudo de Preobrazhensky. Contudo, o caráter transicional da economia soviética imprime enorme particularidade à compreensão teórica desta lei bem como das totalidades das relações sociais desta sociedade. Toda formação social econômica, em última análise, é uma formação em transição, o que muda é em que altura dessa transição a teoria econômica empreende sua análise. Portanto, as sínteses teóricas devem refletir a etapa do desenvolvimento do sistema econômico em questão.

Adotando a lei do valor para a análise da economia socialista de transição, Preobrazhensky retomará os elementos fundamentais dessa teoria no escopo da economia política, reforçando as relações sociais de produção enquanto seu objeto. No sistema econômico mercantil capitalista, grupos de pessoas atuam como agentes cristalizados no processo de produção e repartição, que graças à lei do valor, se estabelecem num mecanismo de auto-regulação espontânea.¹⁴² “É a descrição científica desses tipos de relações de homens entre si (e não de coisas entre si ou de homens entre coisas), a partir da produção mercantil e mercantil-capitalista que Marx designa por categorias da economia política”¹⁴³ A economia política, portanto, descreve as relações

¹⁴² Preobrazhensky, 1979, p. 168.

¹⁴³ *idem*.

reais entre os indivíduos no capitalismo, “mas na ciência, essas relações são produzidas de modo abstrato, sob sua forma pura.”¹⁴⁴ Essas relações caracterizam o sistema econômico cuja característica básica é que os agentes privados e independentes só se relacionam através da troca.

A renda, enquanto categoria do sistema econômico capitalista, não é constituída pelos valores reais que o grangeiro capitalista paga ao proprietário da terra mas pela *relação* de repartição entre o grangeiro e o proprietário, que garante a transferência sistemática de uma parte da mais-valia de um para outro. O salário e a mais-valia constituem a essência das relações de produção e de repartição entre operários e capitalistas. A categoria do lucro, enquanto forma da mais-valia, constitui uma *relação de repartição* entre capitalistas que se transforma, graças ao mecanismo da igualação da taxa de lucro e a todo o mecanismo da sociedade capitalista, num mecanismo de repartição de trabalho e dos meios de produção. Neste caso, é uma relação de produção de capitalistas com capitalistas, considerados não na qualidade de consumidores (como mais acima) mas na de organizadores da produção. (...) Enfim, a mercadoria é a categoria mais geral da economia política, categoria que caracteriza no seu conjunto as relações de produção dos homens do tipo determinado enquanto relações de produtores de mercadorias independentes e isolados, ligados num só sistema econômico através do sistema de relações de mercado. Estas categorias podem ser deduzidas logicamente da lei do valor. (Preobrazhensky, 1979, p. 169) (...) Fazemos estas observações preliminares pela seguinte razão. 90% de todos os erros, de incompreensão e de torturas cerebrais que a leitura de Marx acarreta entre os jovens estão ligados a um modo naturalista de compreender a lei do valor. Tendo formalmente assimilado o fato de que as categorias são relações dos homens entre si, muitos insistem obstinadamente em compreendê-las como coisas, sobretudo quando se expressam não através das citações de Marx mas da sua própria linguagem.” (Ibidem, p. 169-170)

¹⁴⁴ ibidem, p. 169.

Realizada a materialização mental das relações entre indivíduos concretos da realidade, a corrente de coisas em movimento que aparece na economia não deve esconder as modificações das relações de repartição e seus efeitos na distribuição do trabalho no sistema econômico considerado. Mesmo que os fenômenos últimos tracem linhas que parecem confundir as categorias de um sistema econômico mercantil capitalista e socialista, a diferença essencial repousa nas relações de produção (a vantagem de cada relação no mecanismo de repartição) que cada sistema reproduz. O conteúdo social das relações de produção, que se esconde por trás do movimento das coisas na economia soviética, aparece com particular importância também na análise de Preobrazhensky.

Vimos que Rubin reforçou que a economia política é uma ciência que explica apenas as relações sociais da economia mercantil-capitalista. Como Preobrazhensky responde à questão: o método da economia política de Marx serve ao estudo teórico da economia soviética?

Preobrazhensky não aceita inteiramente a economia política como ciência que explique a economia soviética. Contudo, tampouco ela descarta essa ciência. Marx em *O Capital* oferece a análise teórica de um capitalismo clássico, enquanto a economia socialista-mercantil soviética era *sui generis*, a primeira historicamente. Se a teoria do valor de Marx fosse uma teoria das relações sociais em geral, aplicável em qualquer sociedade, seria, portanto, suficiente sua aplicação para a economia soviética. No entanto, este não era o caso.¹⁴⁵ Se o método utilizado por Marx contém certos elementos específicos ligado às próprias particularidades da matéria de estudo, restava saber quais elementos se mantinham e quais mudavam para a economia de transição que suplanta o capitalismo. O método do materialismo dialético, portanto, muda de acordo com o objeto de estudo. Portanto, Preobrazhensky não aplica a teoria do valor na economia soviética sem antes buscar entender como essa lei é contrariada nesta situação particular.

¹⁴⁵ Em favor da premissa de que a economia política teórica seja uma ciência que estuda um sistema econômico historicamente determinado, Preobrazhensky lança sua crítica aos autores que tentam fundar a concepção contrária a partir dos escritos de Engels, isto é, a concepção de que a economia política é uma teoria das relações sociais em geral, válida para qualquer sociedade “Esta opinião contradiz toda teoria da economia capitalista exposta no *O Capital* e em outras obras de Marx. Ela só encontra apoio - se devemos falar nos fundadores do comunismo científico - em suas ou três formulações imprecisas de Friedrich Engels.” (Preobrazhensky, 1979, p. 50)

É claro que não pode haver a menor dúvida de que, para o estudo de nossa economia, podemos e devemos nos ater e o faremos, aos princípios gerais do método marxista, na medida em que se trata do método do materialismo dialético em geral e do método sociológico¹⁴⁶ universal de Marx, em particular. Porém, na medida em que se trata do método utilizado por Marx na sua economia política, quer dizer, do método de estudo das relações de produção do capitalismo puro, somos levados a colocar um problema metodológico, porque a própria matéria de estudo muda de modo essencial. Esta matéria muda quando se trata do estudo não somente das leis do desenvolvimento capitalista mas também das leis da decadência capitalista e do desaparecimento das relações capitalistas de produção; e muda, finalmente, quando se trata da análise das leis de um novo sistema econômico que substitui o capitalismo, com todas as marcas de um tipo misto e transitório de economia. (Ibidem, p. 49)

Preobrazhensky está inteiramente preocupado com o estudo das transições dos sistemas econômicos e, também, das mudanças no interior do sistema capitalista. Ele busca acessar os diversos fenômenos da realidade concreta, para a partir daí construir seu sistema teórico sobre a economia soviética e os fenômenos mais relevantes são resgatados justamente nas etapas transicionais, da passagem de um sistema a outro ou da passagem de um estágio do mesmo sistema a outro. A ênfase repousa, portanto, não em um recorte da estrutura econômica isolada, mas nos pressupostos dos quais certa estrutura parte - e em certa medida conserva - e para onde se dirigem incorporando novos elementos.

Importante destacar, que se afirmamos que a Rússia era “socialista” e, no geral, era comum essa afirmação entre os autores do período, não estamos falando de uma

¹⁴⁶ O método sociológico significa aquele que estuda um tipo social histórico específico, que aplicado à economia política tem como objeto as relações sociais de produção como são assumidas na sociedade mercantil-capitalista. Compreensão também compartilhada por Rubin: “O novo método sociológico que Marx introduziu na economia política aplica uma distinção coerente entre forças produtivas e relações de produção, entre o processo material da produção e sua forma social, entre o processo de trabalho e o processo de formação do valor. A economia política trata da atividade de trabalho humana, não do ponto de vista de seus métodos técnicos e instrumentos de trabalho, mas do ponto de vista de sua forma social. Trata das relações de produção que se estabelecem entre as pessoas no processo de produção.” (Rubin, 1987, p. 44)

economia propriamente socialista.¹⁴⁷ Uma parte significativa da produção russa - as indústrias, as estradas de ferro e as empresas de energia - foram nacionalizadas e estavam sob controle dos órgãos operários e mesmo assim ainda não estamos falando de uma economia socialista propriamente. Isso significa que a mudança formal jurídica da propriedade em favor da socialização dos meios de produção e o fim da propriedade privada de uma importante parte da economia, apesar de não ser uma questão de pequena importância, não oferecia por si só as respostas sobre o novo regulador econômico da nova forma social que deveria substituir a regulação de mercado capitalista.¹⁴⁸ As polêmicas que se instalaram nesse período em torno dessas questões apresentam, em um dos pólos do debate - representada por Bukharin, por exemplo - a solução de que a planificação econômica do Estado deveria substituir a lei da regulação espontânea do valor. Sendo assim, não haveria mais leis “acima” dos homens que determinavam reificadamente a sua atividade do trabalho social. Uma conclusão possível para isso seria, então, que a atuação “consciente” dos órgãos planejadores deveria substituir a atuação de toda e qualquer lei na economia.¹⁴⁹

Contudo, para Preobrazhensky, a planificação, apesar de a partir de seus órgãos de contabilidade social de fato substituir a ação espontânea do valor, não podia suprimir a própria noção de lei reguladora entendida por fora da ação do Estado para a compreensão da economia socialista. Essa consideração é importante, porque o próprio conceito de planificação aqui adquire um significado particular. Preobrazhensky usa com frequência o termo “princípio de planificação” para designar que as decisões planificadoras do Estado não suprimiam a atuação de leis, *mas coordenavam a manifestação delas em um novo sentido*. O plano não era um estado de coisas ideais a serem aplicadas na realidade, mas respondia às necessidades e aos limites da reprodução

¹⁴⁷ Lênin, em seu folheto *Sobre o Imposto em Espécie* de 1922, escreveu: “Segundo penso, não se conhece uma única pessoa que, ao ocupar-se da economia da Rússia, tenha negado o seu caráter de transição. Tampouco nenhum comunista negou, a meu ver, que a expressão “República Socialista Soviética” significa a decisão do poder dos soviets em levar até o fim a transição para o socialismo, mas de modo nenhum significa o reconhecimento do novo regime econômico como socialista. (Lênin, 1987, p. 144)

¹⁴⁸ Trotsky escreve nesse sentido em *A revolução traída*: “Todos os que refletissem um pouco, ficavam facilmente convencidos de que a transformação das formas de propriedade, longe de decidir a questão do socialismo, não faz senão colocá-la” (Trotsky, 1977, p. 22)

¹⁴⁹ Essa era a posição, por exemplo, de Bukharin, cuja resposta à pergunta se a economia socialista de transição, incluso o campo privado, poderia ser explicada através de alguma lei teórica era simples: as políticas do Estado são as próprias leis. “*Abstrair a política econômica do Estado proletário significa extrair as leis do período de transição fora de suas características históricas, fora da transição do “espontâneo” para o “consciente (...)*”. (Bukharin apud Preobrazhensky, E. *La Nueva Economía*. México: Ediciones Era, 1971, p. 38).

socialista (no caso russo, a indústria nacionalizada) de cada etapa específica do desenvolvimento, que por sua vez também era limitada pela atuação do valor no mercado privado interno (o campo privado) e externo (capitalismo internacional). Mesmo numa sociedade socialista desenvolvida plenamente regulada haveria ainda a presença de leis, que estariam submetidas a certas necessidades e possibilidades de produção e reprodução proporcional do trabalho. Portanto, a supressão da lei do valor enquanto reguladora da distribuição indireta do trabalho social numa economia de mercado, não significa suprimir as próprias leis da economia social, mas sim modificar sua *forma* de manifestação, dirigi-la, o mais aproximadamente possível, no sentido do desenvolvimento de uma forma social determinada, de uma causalidade objetiva determinada. Nesse sentido escreve Preobrazhensky:

A questão que se coloca é a de saber o que muda nessas relações no caso de uma sociedade de produção socialista plenamente organizada e planificada. Neste caso, a atividade dos homens estaria submetida à necessidade? As relações sociais estariam subordinadas a leis? Evidentemente, sim. Responder a estas questões diferentemente equivaleria a repudiar toda a teoria do materialismo dialético e substituí-la por uma concepção do mundo fundada sobre uma repetição da filosofia do livre-arbítrio, se não do livre-arbítrio individual pelo menos coletivo. Se considerarmos que a liberdade é a consciência da necessidade, a subordinação a leis no domínio da atividade econômica e social dos homens continuam a existir aqui também. Ela muda somente de forma. A regulação se impõe na economia planificada de modo diferente do que na economia mercantil não-organizada. (Preobrazhensky, 1979, p. 56-57)

Numa economia socialista desenvolvida não há, portanto, uma supressão das leis da atividade social dos homens, se bem que a lei do valor, que explica o método espontâneo de regulação em uma determinada forma social histórica, experimenta um processo de desintegração. “Não é preciso dizer que dominar as leis da sua própria atividade social significa ao mesmo tempo modificar do modo mais profundo possível a

forma de manifestação dessas leis”¹⁵⁰, portanto, não significa suprimi-las. A regulação numa economia socialista planificada assume uma forma diferente de causalidade. As estatísticas da produção socialista terão previsto de *antemão*, através dos métodos de contabilidade, as mudanças do consumo de massa e da demanda. Os centros reguladores devem adaptar-se às mudanças mas não podem eliminá-las. “A adaptação da produção às necessidades deste ou daquele ramo acarretará uma série de medidas necessárias na distribuição das forças de trabalho nos ramos vizinhos (...)”.¹⁵¹ A utilização de estoques de reserva, que torne possível uma margem de manobra, cumpre papel fundamental frente às oscilações das necessidades, mas, em todo caso, “continua a existir a subordinação a leis, enquanto fato externamente contingente”.¹⁵² À medida que há leis ainda presentes na atividade social (ditadas, por exemplo, pelo máximo possível de acumulação e pelo mínimo necessário), o princípio planificador, antes de sua decisão, deve conhecer tais leis objetivas da economia socialista, abstraindo a própria ação do Estado. Dada essa necessidade de conhecimento *a priori* das leis de uma economia socialista que não deve confundir-se com as decisões do Estado, coloca-se a tarefa teórica de entendê-las em sua forma pura, como Marx empreendeu em sua análise do capitalismo desenvolvido. Nesse sentido, o método de Marx aparece com bastante vigência para a compreensão do sistema soviético.

O desenvolvimento do capitalismo russo era especialmente original, afastando-se da experiência clássica do capitalismo inglês ou norte-americano. Para a Rússia soviética, não havia uma lei reguladora, mas duas leis fundamentais, segundo Preobrazhensky. Contudo, nem uma nem outra expressava-se plenamente. Mas isso não foi impedimento para que o autor buscasse, mesmo que consciente dos limites dessa tarefa teórica, conhecer as leis em sua forma pura, mesmo que essas leis não se encontravam suficientemente desenvolvidas. É a partir do conhecimento das leis puras que pode-se conhecer e prever a resultante da luta entre as duas leis. “A linha de sua política econômica [do governo proletário] não segue a linha ótima da lei da acumulação socialista primitiva, mas a linha de uma resultante que se estabelece como consequência de uma relação de forças entre as tendências socialistas e as influências opostas que elas encontram em seu caminho”.¹⁵³ O conhecimento dessa resultante de lutas, exige não apenas uma descrição dos seus resultados, mas também, e

¹⁵⁰ Ibidem, p. 59.

¹⁵¹ Ibidem, p. 61.

¹⁵² Ibidem, p. 61.

¹⁵³ Ibidem, p. 63.

principalmente, uma compreensão abstrata *a priori* de cada uma delas. Portanto, “é necessário recorrer ao método de estudo analítico-abstrato e tentar preliminarmente revelar o aspecto puro das tendências que se enfrentam”.¹⁵⁴

Seguimos com a seguinte questão: quais são as condições objetivas da economia soviética, que levaram Preobrazhensky a concluir que a lei do valor atuava como regulador parcial da economia?

A particularidade da economia soviética consiste precisamente no fato de que as formas pós-capitalistas de produção se opõem a 22 milhões de propriedades camponesas, além do artesanato e da indústria artesanal. E tudo isso em presença de uma fraqueza relativa das formas puramente capitalistas ou capitalistas de Estado. Nestas condições, a lei do valor e o princípio da planificação entram em competição numa conjuntura extremamente original, numa conjuntura de desnível muito acentuado no que diz respeito à produção e às trocas, entre o punho fechado da economia estatal e o oceano desorganizado da produção simples de mercadorias. A originalidade da situação é ainda maior em razão da grande produção socialista se opor à pequena produção, na forma de um confronto entre a *indústria* e a *agricultura*, quer dizer, o confronto entre as formas socialistas e a produção simples de mercadorias é também um confronto entre duas áreas distintas de aplicação do trabalho. (Preobrazhensky, 1979, p. 182)

A pequena produção camponesa era a marca da economia soviética. Esse setor da economia produzia a maior parte dos valores e alimentava tanto a acumulação socialista quanto a capitalista. A Revolução Russa, ao contrário da indústria que foi socializada e organizada como “um punho fechado”, reforçou o caráter pequeno-burguês do campo, garantindo a posse para uso individual da terra, favorecendo a fragmentação das propriedades e a forma da troca reificada, cujos produtores privados se relacionavam apenas através dos produtos do seu trabalho. Se havia alguma racionalidade nesta decisão do ponto de vista político em favor da aliança operário-camponesa, do ponto de vista econômico isto se tornaria o maior desafio para

¹⁵⁴ Ibidem, p. 63-64.

o Estado operário. Com a abertura dos mercados garantidos pela NEP, essa questão apareceu com uma força amarga.

A questão fundamental que se colocava era se a pequena produção, em via de desagregação, se desenvolveria sentido ao socialismo ou ao capitalismo. O campo, na forma de inúmeros pequenos produtores independentes que lançavam seus excedentes no mercado e cujas relações só podiam se manifestar através dos fenômenos últimos dos preços, pela mediação espontânea do mercado, era, portanto, regulado pela lei do valor. A afirmação de que a lei do valor regulava as relações sociais no campo repousa da constatação da forma social básica presente no campo, a forma dos produtores privados e independentes, cujas relações se estabelecem através da venda de mercadorias agrícolas no mercado. Contudo a forma social presente no campo, não configurava ainda generalizadamente - embora expressava a tendência germinal - a relação entre capitalistas e trabalhadores agrícolas, uma vez que, a maior parte da produção e dos meios de produção eram propriedades do próprio pequeno produtor camponês. Por conta dessas condições objetivas, Preobrazhensky define o campo russo como uma economia mercantil simples, o mesmo conceito que em Rubin aparece apenas como uma sociedade hipotética para entender o capitalismo desenvolvido.

Seguimos com outra questão: quais são as condições objetivas da economia soviética, que levaram Preobrazhensky a concluir que uma segunda lei atuava, a lei da acumulação primitiva socialista (APS), como reguladora parcial da economia?

A lei da APS era representada pelo desenvolvimento das relações de produção da economia sob controle coletivo, na etapa em questão, a economia estatizada. O setor da economia onde mais a tarefa da nacionalização foi realizado com sucesso foi a indústria. Sob o controle do Estado operário, esse setor pôde iniciar a experiência da cooperação dos diversos ramos como uma totalidade única e esta era sua marca especial: a nova forma social, cujos produtores não se relacionam mais através do mercado, mas através de um princípio planificador que atua nos limites das leis da reprodução e acumulação socialista. Importante destacar, que essa nova forma social, pelo próprio caráter social dos meios de produção, embora herdava a diferença salarial dos trabalhadores mais qualificados, não admitia no interior do seu sistema um processo de diferenciação de classe, uma vez que, os produtores não eram agentes privados que dirigiam independentemente a organização da produção, como era a marca do

campo.¹⁵⁵ A aplicação do trabalho gozava do caráter coletivo já herdado do capitalismo, de modo que cada trabalhador não dirige sua própria parcela da produção. Essa característica fundamental imprime uma natureza específica ao desenvolvimento deste setor que, do ponto de vista produtivo, conquistava vantagens diante das trocas com a economia privada interna e o capitalismo internacional.

A primeira particularidade consiste no fato de que a economia estatal não se lança e não pode se lançar a não ser como um todo único. Uma empresa estatal isolada, destacada do todo e abandonada à luta concorrencial não se manterá e provavelmente será vencida. Mas esta empresa fazendo parte do complexo único da economia estatal, tem atrás dela toda a força deste complexo e, com isso, não mais aparece como um empresa ou truste isolada de tipo capitalista antigo, mesmo quando ela está colocada em regime de contabilidade comercial e é externamente semelhante a uma empresa individual da economia mercantil ou a um truste capitalista. Do mesmo modo como o trabalho baseado na cooperação representa alguma coisa superior à soma da força de trabalho de indivíduos unidos por este trabalho cooperativo, o complexo integral da economia estatal é também alguma coisa a mais do que a soma aritmética de todas as empresas e de todos os trustes que a constituem. (Preobrazhensky, 1979, p. 146)

A cooperação não significa apenas a soma das forças isoladas, mas a soma das forças vetorizadas num mesmo sentido, regidas por um princípio planificador. A natureza da lei do valor e da APS não diferem-se apenas quantitativamente, mas qualitativamente, uma vez que muda a natureza das próprias leis internas do sistema e suas relações sociais. “Uma força suplementar resulta, aqui, da imensa cooperação de novo tipo - consequência do efeito de uma grande massa econômica organizada”.¹⁵⁶ Contudo, no curso da acumulação prévia, o sistema socialista não manifesta todas as

¹⁵⁵ A natureza das relações sociais de uma economia organizada muda qualitativamente neste caso. A indústria soviética era o setor econômico para onde a transição para a forma coletiva de produção e regulação podia dirigir-se sem as mesmas dificuldades de realizar essa transição como no campo russo, marcado por milhões de pequenas propriedades pulverizadas. O debate sobre a “centralidade” operária decorre dessa compreensão formal da organização econômica do capitalismo desenvolvido industrial. Dedicaremos alguns comentários sobre isso no último capítulo.

¹⁵⁶ *ibidem*, p. 146.

vantagens que lhe são inerentes. A economia capitalista aparece aqui armada com todas suas vantagens técnicas fundamentais. Justamente por esta razão, as empresas estatais isoladas só podem se desenvolver enquanto parte de um conjunto, de modo que a vitória da forma socialista sobre a capitalista, mesmo com o atraso técnico e econômico soviético, não ocorreria como consequência da luta concorrencial entre empresas estatais isoladas e capitalistas análogos. Existe uma diferença de princípio na própria estrutura das relações de produção utilizando os meios coletivos da produção estatal em relação à organização capitalista e é nesta diferença que se encontram os pré-requisitos de superação das características burguesas do sistema de distribuição de recompensas e responsabilidades, que ainda subsistem durante os primeiros passos da construção do socialismo.

A ação da lei do valor numa situação de livre concorrência - quer dizer, no seu elemento social natural - distingue-se essencialmente, portanto, de sua ação na economia soviética e, a fortiori, na economia estatal. (...) Quanto mais a economia estatal estiver organizada, quanto mais seus diferentes setores estiverem estreitamente ligados através de um plano econômico operacional tanto mais ela constituirá um todo econômico compacto, tanto mais sua oposição à lei do valor será forte, tanto mais sua influência ativa sobre as leis da produção mercantil será grande e tanto mais ela própria se transformará, com sua lei de ferro da acumulação socialista, no mais importante fator de regulação do conjunto da economia, inclusive do setor privado. (Preobrazhensky, 1979, p. 164)

Portanto, enquanto as empresas capitalistas atuavam de modo disperso, nas condições de uma livre concorrência, o socialismo obtinha a vitória graças ao “caráter compacto da economia estatal que atua como um todo único e se encontra amalgamada ao poder político nas condições de uma limitação sistemática e de uma quase supressão da livre concorrência”.¹⁵⁷ Para a etapa da APS, os métodos para estimular a reprodução socialista ampliada são: “limitação ou mesmo supressão da livre concorrência; a utilização total das vantagens do monopólio estatal; luta da economia estatal como um

¹⁵⁷ Preobrazhensky, 1979, p. 148.

complexo único; e combinação de meios econômicos e meios políticos”.¹⁵⁸ A APS deve se desenvolver de modo que: 1) permita o alcance da técnica contemporânea do capitalismo 2) permita a mudança da base técnica da economia estatal (planificação e estoques de emergência) 3) permita o progresso de todo sistema e não de partes isoladas, pois é superado o método de guerrilha do capitalismo sob a concorrência.¹⁵⁹

Para Preobrazhensky, como discutimos, as categorias da economia política explicam as relações sociais de produção de uma economia mercantil-capitalista. A lei do valor, portanto, não é uma teoria válida para qualquer sociedade. Contudo, o autor assume uma distinção da lei do valor nas diferentes etapas no interior do desenvolvimento capitalista. Segundo ele, o capitalismo em sua origem, no processo primeiro de acumulação, não tinha a mesma natureza em relação ao capitalismo em sua etapa madura.

Nos primeiros passos do capitalismo, no processo de acumulação primitiva, uma certa acumulação de capital entre os produtores individuais era necessária para a passagem à forma especificamente capitalista. O capitalismo se desenvolveu a partir da predominância das relações mercantis simples e feudais e não a partir de qualquer outra sociedade. Portanto, na análise de Preobrazhensky, a ênfase está na base histórica específica da passagem de um sistema econômico a outro. Sua ênfase está na origem concreta dos recursos acumulados que tornaram possível a passagem de uma base técnica a outra, consolidando o salto na consolidação das relações de produção.

A produção capitalista nasce e se desenvolve dezenas de anos antes das revoluções burguesas, no interior de uma sociedade feudal, ou de uma sociedade feudal semi-desagregada pela produção mercantil. Isto diz respeito inteiramente ao desenvolvimento do capital comercial enquanto estágio prévio necessário da produção capitalista. Isto diz respeito também aos primeiros passos da manufatura na Inglaterra e da indústria capitalista utilizando máquinas no continente europeu. O capitalismo podia atravessar seu período de acumulação primitiva numa época em que, no plano político predominava o absolutismo, e no plano econômico, a produção mercantil simples e as relações feudais e servis. (Preobrazhensky, 1979, p.89)

¹⁵⁸ ibidem, p. 148-9.

¹⁵⁹ ibidem, p. 93.

É a partir das relações feudais e servis que o capitalismo dá os seus primeiros passos. O desenvolvimento em sentido ao capitalismo nesta etapa adquire características particulares, uma vez que passa de uma relação e base técnica, historicamente específicas, à outra também, historicamente específica. Isso imprime marca original aos métodos de acumulação que tornaram possível o triunfo da forma capitalista desenvolvida. Para ilustrar como esta questão conforma um significado específico na natureza do desenvolvimento em uma etapa particular, podemos citar, como contraponto, o exemplo do socialismo, pensado idealmente como forma superior de organização do trabalho em relação ao capitalismo desenvolvido. A possibilidade do socialismo surgia pelas próprias características desenvolvidas da produção capitalista, isto é, o socialismo não nasce a partir de uma sociedade feudal ou mercantil simples, mas de uma sociedade capitalista desenvolvida e isso confere particularidades à própria natureza de seu surgimento e desenvolvimento. Por esta razão, Preobrazhensky busca entender as características históricas da acumulação em cada etapa do capitalismo, isto é, os métodos particulares utilizados para saltar de uma base técnica a outra, tornando possível a consolidação e reprodução ampliada de sua forma social desenvolvida. As premissas da acumulação primitiva capitalista, portanto, são:

- 1) acumulação anterior de capital nas mãos de algumas pessoas, acumulação suficiente para a aplicação de uma técnica mais evoluída ou de um nível mais elevado de divisão do trabalho, no caso de a técnica permanecer a mesma; 2) a presença de um contingente de operários assalariados 3) um desenvolvimento suficiente do sistema de economia mercantil em geral, como base da produção e acumulação mercantil-capitalismo; (Preobrazhensky, 1979, p. 90)

Uma prévia acumulação de capital é necessária em grau ainda mais elevado para a passagem à grande indústria mecânica. Isto significa que o capitalismo deve passar, portanto, por mais de um estágio de acumulação, que Preobrazhensky distingue no geral três: a acumulação primitiva capitalista, a etapa concorrencial e a etapa monopolista. Parecem ser grandes generalizações históricas, mas é com base nessas considerações que o autor busca iluminar a experiência mista socialista e as características da lei do valor no caso russo particular.

A partir dessa distinção das etapas do desenvolvimento capitalista, Preobrazhensky reflete sobre as diferenças na atuação da lei do valor para cada uma delas. Nesse sentido, no capitalismo clássico ou no capitalismo monopolista, bem como as experiências nacionais particulares de capitalismo, embora formalmente sejam formas de produção mercantil, nos diferentes estágios do capitalismo e, inclusive, em diferentes países, a lei do valor nem sempre assumiu seus traços característicos ou se desenvolveu plenamente.

As condições mais ótimas para a atuação da lei do valor são a plena liberdade de circulação de mercadorias nacionalmente e mundialmente; a separação dos meios de produção de seus produtores; a disponibilidade do operário enquanto “livre” vendedor da sua força de trabalho, ou seja, que está na condição de mercadoria, possa ser comprada pelo capitalista; a propriedade da terra na mão dos capitalistas; que a ingerência do Estado se reduza ao mínimo e que os preços não sejam regulados. Embora o capitalismo nunca tenha presenciado essas plenas condições, a etapa clássica de seu desenvolvimento, o capitalismo concorrencial, pode ser considerada como uma das mais favoráveis à atuação desta lei.

Já na etapa imperialista as empresas se fundem em trustes e estes, por sua vez, se fundem com bancos que passam a deter o controle da produção. As tendências monopolistas extrapolam as fronteiras nacionais e a rivalidade no mercado mundial se resume a poucos barões do capital. Essa etapa, caracterizada pela tendência histórica fundamental da formação de monopólios, provoca uma restrição da atuação da lei do valor. Aqui o autor se apoia na tese de Lênin sobre a etapa imperialista do capitalismo.

A limitação da liberdade de concorrência conduz igualmente à limitação da ação da lei do valor, ao fato de esta lei encontrar uma série de obstáculos para sua manifestação, sendo em parte, substituída por aquela forma de organização da produção e distribuição que o capitalismo pode chegar sem deixar de ser capitalismo. (Preobrazhensky, 1979, p. 173)

Diante da formação de trustes, a regulação dos preços pela lei do valor sofre modificações no sentido de os preços afastarem-se sistematicamente do valor, tanto no sentido de um aumento quanto de uma diminuição (dumping), compensada por outros meios. “A possibilidade de uma igualação da taxa de lucro torna-se extraordinariamente difícil entre os ramos da produção organizados em trustes (...). Consequentemente, a

economia política inicia um novo capítulo quando analisa essas formas, na medida em que começa a transformação da própria noção de “lei” com que se lida no regime de livre concorrência”.¹⁶⁰ Nessas condições de deterioração da lei do valor, o capitalismo monopolista busca saídas sem superar definitivamente sua forma social, suspendendo temporariamente a forma privada dos produtores até o restabelecimento do mercado. É nesse sentido que Preobrazhensky entende, por exemplo, a experiência de planificação econômica na Alemanha durante a guerra.

Durante a guerra mundial, sob a influência das transformações que ela impôs na economia dos Estados em luta, particularmente na da Alemanha que se encontrava quase isolada do mercado mundial, as tendências monopolistas do capitalismo receberam grande impulso em direção a um desenvolvimento ulterior que conduziu a economia de um país como a Alemanha até ao capitalismo estatal. As necessidades da defesa obrigaram o Estado a fazer o inventário de todas as possibilidades de produção do país e, segundo um plano determinado, repartir entre os trustes as encomendas militares, levando a uma cartelização forçada das empresas até então desunidas. Este foi o começo de um desenvolvimento forçado de certos ramos, da compressão de outros ramos e da redistribuição das forças produtivas do país seguindo um plano determinado. Os preços eram fixados pelo Estado, e com isso, o Estado regulamentava o nível da mais-valia, que dizer, repartia de fato a mais-valia entre os capitalistas. A falta de matéria-prima acarretou a centralização das provisões e fez nascer o famoso comitê de fornecimento de matéria-prima à indústria, dirigido por Rathenau. A regulação de toda a produção capitalista pelo Estado burguês atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo. Formalmente, a produção mercantil transformava-se, de fato, nos seus principais ramos, numa produção planificada. A livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída, em muitos aspectos, pelo princípio da planificação do capitalismo estatal. (Preobrazhensky, 1979, p. 174)

¹⁶⁰ Preobrazhensky, 1979, p. 173.

Essas experiências mostraram a possibilidade material da produção planificada socialista. Mas a particularidade da planificação de um Estado operário é que o desenvolvimento da planificação se desenvolve em substituição *definitiva* do mercado, isto é, a superação definitiva da forma do valor, ao contrário do que acontece no capitalismo, mesmo sob um regime fascista. A etapa em que o capitalismo recorreu à planificação econômica deve ser entendida no marco das guerras mundiais e da militarização do Estado contra o movimento operário. Durante a primeira guerra mundial, o mercado mundial sofreu uma forte retração e as economias nacionais reforçaram suas autarquias. Depois da guerra, com o impulso produtivo e a retomada do mercado mundial, a livre concorrência fora evocada mais uma vez e o “pesadelo burguês” da planificação fora superada, mas isso não significou a supressão do mercado, portanto, lei do valor não foi interrompida depois da guerra, pelo contrário, foi retomada a todo vapor.

Nesse sentido, segundo o argumento de Preobrazhensky, o monopólio da etapa imperialista deteriora a concorrência do mercado interno e externo. Nesse último caso, a “era do capital financeiro” cumpre papel primordial na luta por mercados, consolidando em países estrangeiros uma dependência financeira e a tomada do controle das fontes de matérias-primas, através do sistema de crédito. A desintegração da lei do valor na etapa imperialista acompanha a degeneração do tipo de Estado capitalista burguês-parlamentar, como no Estado fascista alemão, que introduz a disciplina do trabalho necessária diante de uma restrição da compra da força de trabalho através da lei do valor.

Mas o desenvolvimento dessas tendências implica inevitavelmente, apesar da existência formal da livre concorrência, a limitação e a transformação ulteriores da ação da lei do valor não mais no interior de economias nacionais isoladas, onde os monopólios já atingiram um alto nível de desenvolvimento, mas na arena da economia mundial no seu conjunto. É nisso que reside a particularidade da economia do pós-guerra. (Preobrazhensky, 1979, p. 177)

Na etapa “ótima” da livre concorrência do capital mercantil, os países se defendiam do monopólio através das barreiras alfandegárias e do desenvolvimento da indústria. Na etapa imperialista, é a defesa da livre concorrência que consolida o

domínio econômico monopolista, portanto, apelar para a livre concorrência contra o monopólio se tornava logicamente contraditório. “A lei do valor está atingindo a etapa de sua própria transformação e de seu desaparecimento gradual através desta mesma lei do valor”.¹⁶¹ A resistência contra o monopólio capitalista, portanto, não pode mais ser encontrada no próprio capitalismo, evocando sua natureza livre e espontânea de regulação e concorrência. “Somente o monopolismo socialista pode enfrentar a pressão dos monopólios capitalistas”.¹⁶²

A distinção da atuação da lei do valor na etapa em que o capitalismo luta pela sua existência, a etapa em que está desenvolvido e na etapa de decadência, se torna importante na análise de Preobrazhensky pelo seguinte motivo: a economia socialista de transição reunia as duas características de atuação da lei do valor no interior de seu sistema, representados pela economia mercantil-simples camponesa e a economia industrial avançada estatizada. No primeiro caso, ainda não se pode falar de uma vasta massa de operários assalariados do campo, mas de produtores privados independentes, já que a revolução reforçou a socialização da terra e a transformação dos camponeses pobres em médios e pequenos proprietários, que produziam para sua própria sobrevivência, e no melhor dos casos um sobreproduto para o mercado. Esta forma pré-capitalista de produção, em vias de desagregação no curso de seu desenvolvimento, deveria dar lugar ou a uma forma capitalista de produção desenvolvida ou a uma forma socialista de produção coletiva. A atuação livre da lei do valor, ou seja, a atuação do livre mercado, confirmava a tendência histórica do desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa tendência está confirmada também nos dados de proletarianização do campo e arrendamento da terra que seguiram depois da revolução, mas que se desenvolviam desde o império czarista.

Além da tendência de desenvolvimento da forma do valor no campo, a economia socialista de transição herdava também a tendência de deterioração da lei do valor no marco da indústria estatal. Como saída possível para esta contradição que o valor impunha contra sua própria forma numa economia capitalista, a forma da indústria socialista oferecia a conexão dos diversos ramos sob um princípio planificador, inaugurando as formas de cooperação e superação da anarquia do mercado. A indústria estatal, nesse caso, cumpria o papel de estágio superior dessa forma do capital em vias de desagregação. O controle desse setor econômico pelo Estado deveria, portanto, levar

¹⁶¹ *ibidem*, p. 178.

¹⁶² *ibidem*, p. 180.

aos últimos limites essa dificuldade de atuação do valor em direção à superação definitiva do mercado.

Para Preobrazhensky, a consolidação de uma forma social socialista em cada um desses ramos (indústria e campo) exigia uma análise particular das tendências de desenvolvimento de cada um, já que o campo partia de uma forma pré-capitalista e se dirigia para o capitalismo (sobretudo com a abertura dos mercados com a NEP) e a indústria partia da forma amadurecida do capital e se dirigia para o socialismo, entendido como forma coletiva de organização e regulação dos produtores conectados. Esses dois cenários econômicos distintos encontravam-se na Rússia convivendo de forma desigual e combinada, como analisou Trotsky.¹⁶³ Essa era a particularidade da economia soviética que tornava seu processo transicional extremamente original.

2.3 A lei da acumulação primitiva socialista

Preobrazhensky recorre constantemente a comparações históricas para construir sua análise teórica da economia soviética. Interessa ao autor compreender o processo de transição na formação do capitalismo, desde sua constituição original até as mudanças de suas relações sociais e base técnica em sua etapa avançada, de modo a encontrar elementos de semelhanças e diferenças na transição do capitalismo para o socialismo. O autor não transpõe a análise de uma experiência à outra, mas busca compreender tanto as similaridades quanto o aspecto histórico original da transição. O autor faz uma comparação histórica da experiência do período da acumulação primitiva do capital

¹⁶³ “Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.” (Trotsky, 2017, p.34). Broué chama atenção para essa teoria de Trotsky e sua contemporaneidade: “Nesse sentido, a evolução da Rússia durante o século passado dificilmente difere daquela dos países atrasados, coloniais e semicoloniais ou “subdesenvolvidos”, como são freqüentemente chamados hoje. No início do nosso século, enfrenta o mesmo problema que hoje preocupa a maioria dos estados africanos, asiáticos ou sul-americanos; a saber, que a assimilação por sociedades mais avançadas provoca o desenvolvimento simultâneo de fenômenos cuja sucessão foi previamente verificada em diferentes circunstâncias históricas e que, através de uma série de combinações múltiplas, dá origem a um ritmo de desenvolvimento e inter-relações altamente original. Esta é a lei que os marxistas - os únicos que deram uma explicação científica a esse processo - chamaram de “desenvolvimento combinado”, que Trotsky definiu como “a combinação das diferentes etapas do caminho, a confusão das diferentes fases, o amálgama das estruturas arcaicas com as mais modernas” e que, em suma, constitui a única explicação séria da Revolução Russa.” (Broué, 1973, p. 7).

(APC)¹⁶⁴, conforme discutido por Marx em *O Capital*, com a acumulação socialista primitiva (APS), isto é, os primeiros passos dado pela Rússia pós-revolucionária.

Uma pergunta ingênua poderia ser colocada: porque considerar uma “acumulação” para a economia socialista? Não seria essa uma categoria essencialmente capitalista?

O processo socialista, como resultado de um processo revolucionário, experimentou uma mudança abrupta da nacionalização de grande parte da indústria. Apesar da mudança formal do caráter da propriedade, a mudança formal dos processos reguladores da produção e reprodução exigia mais tempo e era, evidentemente, muito mais complexa. No caso russo, a complexidade residia na composição altamente desigual da economia, que por um lado contava com 80% de uma produção camponesa pré-capitalista e, por outro, a grande indústria nacionalizada. Embora essa indústria fosse robusta e representava um importante pólo do poder econômico, seu relativo atraso econômico a colocava em desvantagem nas trocas internas e externas.

Entre nós, as trocas não-equivalentes estão atualmente relacionadas antes de tudo ao atraso histórico de nossa indústria, a sua baixa produtividade de trabalho, comparada à dos países capitalistas avançados, aos custos de fabricação mais elevados dos produtos e, finalmente, à alienação - histórica e economicamente inevitável, fundada na política de preços - de uma parte do sobreproduto da economia privada em proveito do fundo de acumulação socialista. (Preobrazhensky, 1979, p. 45)

A necessidade do melhoramento da produtividade, do fortalecimento da indústria, sobretudo, enquanto esta se enfrentava com o campo e o capitalismo estrangeiro, colocava a questão fundamental: de onde saíam os recursos para tal reprodução ampliada? Qualquer formação social, inclusive o socialismo, se deseja, pelo menos, se reproduzir simplesmente deve converter recursos contínuos à produção (seja com matérias primas, ferramentas ou o consumo das pessoas, etc.). Qualquer sociedade, por sua vez, independente de sua forma social, que queira se reproduzir ampliadamente, deve converter uma parte ainda maior dos recursos que antes eram inteiramente

¹⁶⁴ O processo de acumulação primitiva do capital foi discutido por Marx no capítulo XXIV do livro primeiro de *O Capital*. Marx descreve historicamente os diversos métodos de acumulação originária às custas das formas pré-capitalistas, consolidada com as garantias do Estado. Esse processo também é estudado por Preobrazhensky em *A Nova Econômica*.

consumidos para uma reprodução simples. Neste caso, há uma nova repartição da produção que é realocada em favor da reprodução ampliada e aplicada em algum sentido específico. Para a Rússia o mesmo era válido e ainda de modo mais fundamental frente às necessidades de melhoramento dos meios produtivos, sobretudo, depois da destruição causada pela guerra, isto é pela necessidade de renovação das instalações fabris, diminuição do custo de produção para conquistar uma troca mais vantajosa com os setores privados, necessidade de fundos de reserva para enfrentar possíveis crises, além da necessidade do melhoramento da vida dos trabalhadores, a necessidade imperiosa de dirigir o campo para uma organização coletiva da produção, etc.

Se a revolução tivesse triunfado num país capitalista avançado, com uma indústria altamente desenvolvida e preponderante em relação às formas pré-capitalistas, isto é, se partíssemos da hipótese de um socialismo produtivamente desenvolvido, mesmo nesse caso haveria necessidade de certa acumulação, com a diferença que nesse caso a acumulação socialista significaria a inversão de recursos de um sobreproduto que foi criado no interior do próprio sistema socialista, neste caso não haveria necessidade de uma repartição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista, os recursos seriam empregados inteiramente na produção ampliada.¹⁶⁵ Como a Rússia não era uma economia socialista desenvolvida, Preobrazhensky entendia que ela deveria antes passar por um processo de acumulação prévia, cujos recursos não sairiam do interior de seu próprio sistema, mas da economia privada camponesa e do capitalismo mundial, desde que a indústria socialista operasse em vantagem produtiva em relação a estas.

O porquê do campo ser a fonte ideal desta acumulação expressa a ênfase dada a sua forma social pré-capitalista, cujos produtores individuais só se relacionavam na troca e dado esse pressuposto fundamental, as tendências de desenvolvimento do capitalismo estavam dadas desde que houvesse garantia da livre troca no mercado. Essa acumulação, portanto, deveria cumprir simultaneamente um papel político de combate à diferenciação de classe e triunfo das formas capitalistas de relações sociais - por exemplo, com impostos sobre as classes abastadas - combinando com o avanço produtivo do campo, até que fosse possível a transição para uma forma coletiva de produção. APS significava a acumulação nas mãos do Estado dos recursos materiais extraídos total ou parcialmente de fontes situadas fora do sistema econômico estatal.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Ibidem, p. 94-95.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 95.

Embora haja também uma acumulação a partir da própria economia estatal, a acumulação às expensas do setor não estatal ainda predominava. Esta é a lei fundamental da economia soviética enquanto atravessa uma etapa de superação do atraso, segundo Preobrazhensky. A lei da APS determina - em sua luta com a lei do valor - “a divisão das forças de trabalho e a importância da alienação do sobreproduto do país em benefício da reprodução socialista ampliada.”¹⁶⁷

A acumulação socialista surge a partir de uma etapa histórica particular do capitalismo, isto é, as características específicas do capital em certa etapa imprimem particularidades na economia que o suplanta imediatamente. Preobrazhensky considera que isso cumpre importante papel na compreensão da lei da APS. A economia estatal soviética aparece historicamente como “a continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e à liquidação ulterior da lei de valor”¹⁶⁸, liquidação que já se manifestava no capitalismo considerado em sua etapa monopolista e dispõe por isso “dos meios de regulação de toda a economia e dos métodos de redistribuição da renda nacional que não existiam na aurora do desenvolvimento do capitalismo”¹⁶⁹. As diversas etapas que o autor distingue do capitalismo dão ênfase à origem dos recursos de cada etapa histórica, ou seja, a origem da acumulação que permita o triunfo produtivo do capitalismo sob as formas anteriores, seus saltos qualitativos e a reprodução ampliada de suas relações sociais.

Preobrazhensky realiza uma descrição sistemática dos métodos utilizados na acumulação primitiva capitalista que tornaram possível uma acumulação suficiente para a reprodução ampliada e eficiente do capitalismo. Desde essas características históricas, estabelece uma comparação com as formas possíveis para a economia socialista soviética. Para este caso o autor destaca a importância da política de preços que o Estado pode estabelecer em favor de uma troca vantajosa entre a economia estatal e o setor privado interno. Além disso, também dá importância às políticas de preços alfandegários como fonte importante de acumulação socialista e ferramenta de restrição da atuação do valor a partir do mercado externo. Também destaca as diferenças de acumulação em relação à APC no que se refere à exploração da força do trabalho na produção estatal e o papel da violência do Estado e da pilhagem. As descrições

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ ibidem, p. 159.

¹⁶⁹ ibidem, p. 107.

resumidas de ambos métodos históricos de acumulação (capitalista e socialista) encontram-se resumidos nas tabelas 1 e 2.

Possivelmente influenciado pelos esquemas de reprodução de Marx, Preobrazhensky sistematizou teoricamente as possibilidades de trocas do setor estatal e os setores privados da economia interna e externa. Desse modo, ele busca compreender em quais tipos de trocas o Estado cumpre a ótima acumulação e, por sua vez, a ótima restrição da atuação da lei do valor na economia soviética. Então, p.e., quando o Estado é o comprador e vendedor monopolista de um produto (p.e. metalurgia¹⁷⁰), neste caso a ação da lei do valor sobre os preços é mínima. O preço aqui reveste-se de um caráter puramente formal, “não passando de um rótulo que permite obter do fundo econômico comum da economia estatal uma soma determinada de meios para assegurar a produção ulterior a um nível determinado da reprodução ampliada.”¹⁷¹ Nas situações em que o Estado não é nem comprador nem vendedor das mercadorias, uma acumulação do setor privado (p. e. artesanato e indústria arrendada) às custas do Estado pode ocorrer se os custos de fabricação do primeiro forem menores que os preços fixados pelo Estado. Com base nas inúmeras possibilidades de trocas, o Estado conseguiria prever a ação de resistência da lei do valor e definir o ritmo de acumulação possível, limitando a um nível determinado tanto o aumento dos preços como o rebaixamento forçado.¹⁷² Uma exposição resumida dos esquemas está apresentada na tabela 3.

¹⁷⁰ “(...) A indústria pesada constitui o elo mais socialista de nossa economia estatal, o setor em que mais rapidamente avançou o processo de substituição das relações de mercado por encomendas planificadas e preços controlados no interior do organismo unificado da economia estatal.” (Ibidem, p. 202)

¹⁷¹ Ibidem, p. 186.

¹⁷² Ibidem, p. 195.

Tabela 1: Comparação história entre a APC e a APS

Métodos da acumulação primitiva capitalista	
Pilhagem	Pilhagem colonial; Pilhagem contra os camponeses; Pilhagem dos servos pelos senhores;
Impostos Estatais	Transferência dos recursos da pequena produção agrícola para o desenvolvimento da manufatura.
Violência Estatal	“A violência, ela mesma, é uma força econômica” (Preobrazhensky, 1979, p. 98). Foi importante para a formação dos Estados nacionais como terreno da atuação comercial.
Empréstimos do Estado/Crédito Usurário	“Graças a eles, efetuou-se a transferência, sob forma de juros, de uma parte da renda anual dos pequenos produtores para as mãos dos credores capitalistas do Estado que efetuou o empréstimo.” (ibidem, p. 98); “(...) o crédito aparecia como um meio de redistribuição da renda nacional das mãos dos senhores feudais para as da burguesia que nascia e se reforçava.” (ibidem, p. 108)
Trocas desiguais	A desigualdade dos custos do valor trabalho na massa de mercadorias trocadas enquanto equivalentes. Por exemplo, a troca do tecido europeu pelo ouro do selvagem. E mesmo se partirmos de uma troca igual, o país mais atrasado gasta mais trabalho do que o de nível técnico mais elevado. O lucro suplementar numa troca desigual pressupõem uma diferença técnica do sistema econômico.
Comércio interno	A primeira forma de exploração que aparece é a da pequena produção artesanal pelo capital comercial. O negociante intermediário recebe uma renda proveniente da renda do produtor. A situação é diferente na relação do capital comercial com a produção de mercadorias do capitalismo. O lucro comercial médio é uma subtração da mais-valia do processo de produção capitalista. “É necessário distinguir estritamente este tipo de lucro do lucro normal do capital comercial numa sociedade capitalista evoluída, tanto mais que, numa empresa real, os dois tipos estão confundidos e nenhuma contabilidade os diferencia.” (ibidem, p. 112) Essa diferenciação é importante para entender a acumulação primitiva socialista, pois são fontes diferentes de lucro.
Produção	<ul style="list-style-type: none"> ● Acumulação realizada às custas da mais-valia do proletariado nas empresas; ● Política de preços que garanta a troca desigual de trabalho entre sistemas econômicos diferentes. ● Separação dos produtores dos meios de produção, ou seja, criação de uma classe de operários assalariados. Para realizar essa tarefa o capitalismo precisa desenvolver sua acumulação com base na produção, paralelamente à acumulação por outros meios econômicos e

	<p>extra-econômicos; “A fonte da acumulação capitalista com base na produção é a exploração da força de trabalho.” (ibidem, p. 128): longas jornadas de trabalho, poucas férias, elevada intensidade do trabalho, salários baixos, proteção do Estado no processo de desapropriação, repressão ao lumpemproletariado, fixação de salários baixos e da jornada de trabalho; Tudo isso combinado à uma técnica mais evoluída; Desperdício da força de trabalho do proletariado em nome da economia dos meios de produção: insalubridade, mortalidade, desumanização, sórdida avareza, que embora tenha o mérito do ponto de vista da pródiga dissipação dos recursos materiais, tem uma atitude bárbara a respeito da força de trabalho; Descompromisso com os gastos do exército industrial de reserva;</p>
--	--

Tabela 2

Métodos da acumulação primitiva socialista	
Tarifas das estradas de ferro	Ainda incipiente na Rússia. Apenas quando os transportes deixassem de ser deficitários (com tarifas apropriadas baseada na diferenciação entre as mercadorias do Estado e do setor privado) seria possível através dessa taxaço se apropriar do lucro privado.
Monopólio do sistema bancário	<p>O sistema de crédito pode cumprir duas funções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. mobilização de recursos para acumulação socialista através do banco do Estado. 2. redistribuição da renda nacional. Durante o período de acumulação prévia, o sistema de crédito estatal age mais a nível da distribuição de recursos disponíveis do país. (ibidem, p. 108). A concessão de crédito à economia privada pode se tornar um importante instrumento de redistribuição da renda nacional e submissão da economia privada aos centros reguladores estatais.
Comércio interno	<ol style="list-style-type: none"> 1. trocas no próprio interior do setor da economia estatal. Aqui não há nenhuma tarefa positiva para a acumulação socialista. “A economia das trocas reduz-se aqui ao intercâmbio econômico, à redução dos custos do processo de circulação” (ibidem, p. 112) 2. as trocas no interior da economia privada. Aqui é possível a acumulação socialista através dos impostos sobre o comércio de produtos da economia privada, também através do lucro comercial, com base no intercâmbio comercial.

	<p>3. as trocas entre o setor da economia estatal e a economia privada. A acumulação socialista tem aqui tarefas negativas e positivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Negativas: Movimento da massa de mercadorias da indústria estatal em direção ao meio não-socialista. - Positivas: Movimento dos valores da economia privada em direção à economia estatal. As tarefas da acumulação podem se tornar positivas se esta vence a luta pelo sobreproduto da economia privada. (ibidem, p. 114- 115)
Comércio externo	<p>“A instituição do monopólio do comércio externo tem uma importância absolutamente excepcional em todo o sistema econômico socialista. Ela própria aparece, em primeiro lugar, como um dos órgãos da acumulação socialista. Ela constitui, em segundo lugar, um dos órgãos mais importantes de garantia do próprio processo desta acumulação sob todos seus aspectos e sob todas suas formas e, com isso, um dos mais importantes instrumentos de luta contra a lei do valor da economia capitalista mundial. E, em terceiro lugar, esta instituição é um dos instrumentos mais importantes da regulação de toda a economia da URSS.” (ibidem, p. 117). O avanço da produtividade no campo deve aumentar o papel das exportações e a importância desse meio de acumulação</p>
Política de preços alfandegários	<p>Política de preços das mercadorias importadas: constitui uma poderosa barreira que protege as trocas internas contra a ação da lei mundial do valor e que preserva a indústria socialista da destruição sob os golpes da concorrência estrangeira. (ibidem, p. 120) Do ponto de vista da acumulação, existem duas rendas alfandegárias diferentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Importação dos meios e instrumentos de produção para equipamentos da indústria estatal. Nesse caso, não pode ser fonte de acumulação, apenas instrumento de redistribuição no interior do setor estatal de um único e mesmo fundo. (ibidem, p. 121); Trata-se de um problema técnico de acumulação que não afeta a produção da renda em si mesma. “Aqui, para um dado nível de preços, o problema reduz-se a uma redistribuição de recursos estatais no interior do mesmo setor estatal, ainda que, por outros motivos, esta taxação possa ser racional.” (ibidem, p. 122) 2. Importação de instrumentos de produção pela indústria privada e da importação de bens de

	<p>consumo. Temos aqui um aumento da renda estatal, mas às custas do orçamento real do consumo das massas ou do fundo do capital fixo.</p>
Política de preços dos produtos industriais.	<p>“Política de enorme importância não somente para a acumulação socialista mas também para a marcha normal da produção em geral, mesmo sem que esta última aumente; essa política é também importante para a economia camponesa e se relaciona às relações políticas entre o proletariado e o campesinato.” (ibidem, p. 123); Se por um acaso a política de preços afetar o camponês pobre ou o operário, isso pode ser remediado com outras saídas, p.e., aumento de salários e crédito para o campo. (ibidem, p. 126)</p> <p>Situações possíveis de trocas com o meio não socialista:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A economia estatal transfere mais valor do que recebe do setor não socialista. Desvantagem para a produção socialista. 2. Não há transferência de valor. A troca da indústria estatal com a indústria privada é equivalente. Só pode acontecer de modo efêmero. Ambos sistemas não podem conviver muito tempo lado a lado. “Decadência ou desenvolvimento são possíveis aqui mas o equilíbrio é impossível.” (ibidem, p. 124) “Se o capitalismo é movimento, o socialismo é movimento mais rápido ainda” (ibidem, p. 125) 3. A economia privada transfere valor para o setor socialista. Essa política se torna mais possível pelo fato de a economia soviética surgir do capitalismo monopolista. Este suprime a concorrência com sua política de preços monopolistas e prepara, assim, o terreno da política de preços durante o período de acumulação socialista primitiva. O desafio é combinar a política do preço monopolista com os baixos preços, o que implica o rebaixamento dos custos de fabricação.
Produção	<p>Trata-se do aumento dos valores criados pela reprodução ampliada. A fonte de acumulação, como no capitalismo, provém do trabalho da classe operária, cujo salário, deve ser abaixo do valor global dos produtos criados por ela. Contudo, as diferenças são fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A acumulação socialista na produção só pode começar com a revolução proletária. • A produção estatal, na experiência particular russa, era bastante deficitária pelos efeitos do atraso e da guerra. Mesmo diante do déficit, era melhor colocar a produção em atividade do que manter as fábricas fechadas, lógica oposta aos cálculos capitalistas que têm o lucro como motor da produção. Contudo, uma

	<p>economia deficitária não pode durar por muito tempo. “A acumulação iniciou-se não pelo aumento do fundo anual de reposição da economia estatal mas pela redução do déficit anual dessa economia.” (ibidem, p. 134). Esta é uma diferença fundamental da A.P.S. e a A.P.C.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferente da experiência da APC, o nível técnico de uma empresa estatal isolada está abaixo em relação à empresa capitalista. Isso impõe uma necessidade de acumulação rápida dos recursos necessários para a reconstrução das bases técnicas da indústria, como eletrificação e distribuição das instalações industriais. Esse é um problema que enfrentaria qualquer país que constata certo atraso econômico em relação aos países avançados. • “O capitalismo se desenvolve baseado na concorrência e no antagonismo mútuo entre suas partes constituintes ao passo que a atração mútua, a assistência mútua e a tendência a um complexo econômico único constituem o método de expansão socialista no plano econômico (e também político).” (ibidem, p. 138) “O princípio de acumulação numa empresa estatal isolada e os princípios de acumulação em todo o complexo são duas coisas diferentes, fato extremamente importante para a política econômica dos trustes isolados.” (ibidem, p. 136) • Uma característica da APC é o nível de exploração e opressão no uso da força de trabalho. “A relação de forças entre operários e capitalistas na luta econômica aparece como fator primordial que limita o ritmo e as dimensões da acumulação capitalista com base na produção.” (ibidem, p. 138) Na APS, a classe operária, desde sua vitória, não pode se comportar frente à sua própria força de trabalho como um capitalista. Nesse sentido, em relação à APC, a APS encontra um limite definitivo ao ritmo de acumulação. A diferença entre a economia estatal proletária e a economia capitalista típica “reside no fato de que embora a economia estatal apareça, no domínio das trocas, como uma produção mercantil, ela começa a desempenhar com relação ao operário o papel de sistema de produção para o consumo dos produtores.” (ibidem, p. 139).
--	---

Tabela 3: trocas possíveis entre os setores privados e estatais.

Esquema de trocas: lei do valor x ASP	
O Estado vende e compra em caráter de monopólio.	Neste caso a ação da lei do valor sobre os preços é mínima. O preço aqui reveste-se de um caráter puramente formal, “não passando de um rótulo que permite obter do fundo econômico comum da economia estatal uma soma determinada de meios para assegurar a produção ulterior a um nível determinado da reprodução ampliada.” (ibidem, p. 186)
O Estado produz uma parte dos meios de produção e importa parte do exterior	Neste caso a ação da lei do valor é limitada. A mudança dos preços do mercado mundial pode influenciar a ASP à medida que as máquinas compradas no exterior sofram aumento ou diminuição dos preços. “A lei do valor encontra aqui a lei da APS mas ela não influencia o nível dos preços das máquinas que produzimos porque os preços da produção interna não são determinados pelos do mercado mundial.” (ibidem, p. 187)
O Estado importa meios de produção que não é absolutamente produzido internamente	“A lei do valor da economia mundial pode exercer sua ação não somente como fator de distribuição de recursos materiais mas também como fator de divisão do trabalho no interior da economia soviética” (ibidem, p. 187). A importação deve ser racionalizada de modo a garantir as melhores vantagens da divisão mundial do trabalho, importando as máquinas cuja construção são menos vantajosas nacionalmente. A lei do valor só influencia a acumulação e a amortização, sem acarretar modificações na repartição da força de trabalho.
O Estado tem o monopólio da produção mas não das compras	Refere-se aos meios de produção e de consumo vendidos para a economia privada. A lei do valor age não somente sobre o volume da acumulação no setor estatal mas também sobre a divisão das forças de trabalho. Aqui corre o risco de uma oscilação da demanda efetiva, ou seja, recusa dos consumidores de comprar os produtos estatais (p. e.: outono de 1923). Se a demanda efetiva é alta o estado consegue acumular às custas do setor privado. Nesse caso o preço possui duplo caráter: ele é um método de cálculo para designar a distribuição planificada dos recursos no interior do setor estatal e de outro é uma função da acumulação socialista limitada pela lei do valor. O conflito entre a lei do valor e a acumulação socialista acarreta uma distribuição diferente das forças produtivas e da força de trabalho.
O Estado não tem o monopólio nem da produção nem das compras	Uma acumulação do setor privado (por exemplo, artesanato e indústria arrendada) às custas do Estado pode ocorrer aqui se os custos de fabricação forem menores que os preços fixados pelo Estado.

O Estado como comprador monopolista dos produtos processados pela agricultura e matérias-primas industrializáveis	Os preços de compra do Estado constituem uma resultante entre a lei do valor e a lei da ASP. Os limites do princípio da planificação estatal para os preços dessas mercadorias está entre o máximo imposto pela lei do valor no mercado mundial e o mínimo imposto para não se alcançar a margem do abandono do cultivo, determinado pelas despesas com mão-de-obra e o grau de interesse do agricultor.
Compras de matérias-primas adquiridas em grande quantidade por produtores privados ou processados na própria economia camponesa.	O papel regulador do Estado frente a lei do valor é menor. “O enfraquecimento da lei do valor só pode ocorrer pela redução dos preços dos produtos estatais acompanhado de sua expansão, o que reforçará a influência do Estado como principal comprador e tornará pouco vantajoso para os camponeses o trabalho doméstico com sua própria matéria-privada.” (ibidem, p. 197)

3.3 Lógico e histórico em Rubin e Preobrazhensky

É no contexto da predominância da pequena propriedade camponesa na Rússia pós-revolucionária que Preobrazhensky a caracteriza como *mercantil-simples*.

Entretanto, a economia estatal soviética é apenas uma parte do conjunto econômico do país. Uma grande parte dos valores são criados na economia privada, mais exatamente na esfera da produção mercantil simples. (...) No seu conjunto, o nosso sistema econômico é um sistema mercantil-socialista. (Preobrazhensky, 1979, p. 156)

Entre o oceano de nossa produção mercantil simples e nossa economia estatal, se interpõe fraquíssimos elos intermediários de produção capitalista. (ibidem, p. 160);

Esta é uma particularidade da economia soviética. Assim, na análise desta economia, devemos não somente observar a transformação histórica do monopolismo capitalista em monopolismo socialista mas também considerar todas as consequências da existência de um enorme setor da produção simples de mercadorias. (ibidem, p. 182)

Nessa obra, especificamente, Preobrazhensky não sistematiza esquematicamente as características do campo que o levam a considerá-lo como mercantil-simples, embora

ele ofereça elementos dispersos no texto. Mas poderíamos, em linhas gerais, pensar sobre essas características. As tendências que percorriam a economia camponesa, desde o Império czarista com as reformas de Stolypin e o aumento populacional, eram a de fragmentação significativa da propriedade, aumentando mais o peso da pequena produção voltada à própria subsistência. A experiência do “comunismo de guerra”, que abriu mão dos critérios econômicos em favor dos critérios militares, provocou um enorme descontentamento no campo contra o confisco do Estado, reduzindo bruscamente a produtividade e interesse no cultivo do camponês. Lênin, Trotsky e Preobrazhensky fizeram um duro balanço sobre o significado deste período. “O regime salvou-se com o compromisso da NEP, confirmando a propriedade dos camponeses, restaurando um mercado livre de grãos e abrindo assim o caminho aos kulaks e nepmen dos novos capitalistas”.¹⁷³

A abertura dos mercados levada à frente pela NEP, de fato, garantiu o aumento da produtividade no campo e a importância da exportação de excedentes de grãos para o mercado externo. Por mais atrasada que fosse a economia camponesa em termos técnicos e de relações de produção, as condições básicas para o desenvolvimento do capitalismo no campo se consolidavam continuamente: a abolição da servidão que tornou o trabalho livre; garantia da propriedade e incentivo da livre atuação do camponês no melhoramento das suas terras e da produção de excedentes para o mercado; garantia de arrendamento da própria terra em favor dos camponeses mais prósperos, etc. Apesar da ausência de uma forma capitalista desenvolvida e clássica no campo, as tendências que assumiam confirmavam o desenvolvimento da lei do valor, isto é da forma privada cujos produtores são independentes e se relacionam apenas na troca e em decorrência disso provocavam a desintegração das formas pré-capitalistas em direção ao capitalismo.

Essa consideração de Preobrazhensky, que assume teoricamente o campo como uma forma mercantil-simples, parece destoar da abordagem de Rubin sobre este conceito. Essa diferença parece justificar uma hipótese de que as análises de ambos autores, mesmo que admitindo que analisam formas sociais específicas, diferem quanto à compreensão do método de Marx. Parece razoável argumentar que o primeiro faz uma aplicação histórica do conceito de economia mercantil-simples, e por sua vez, da teoria do valor, enquanto o conceito do segundo autor encontra-se no plano formal lógico categorial do capitalismo desenvolvido, na qual a teoria do valor e a economia mercantil

¹⁷³ Carr, 1958, p. 94.

simples são apenas categorias teóricas e que só podem ser compreendidas, portanto, no esquema teórico geral do capitalismo desenvolvido.

De fato, Rubin constantemente afirma que a economia mercantil-simples da qual se refere trata-se de uma sociedade hipotética. Além disso, estimula o leitor a entender o método formal da exposição de Marx, isto é, o desenvolvimento das categorias que expressam diferentes relações sociais, desde as formas simples até as mais complexas, de modo que a ordem das categorias compartilha pressupostos qualitativos, ou seja, para todas categorias, das mais simples a mais complexa, a forma social é a mesma, isto é, a forma privada dos produtores independentes. Nesse sentido, uma economia mercantil-simples só pode ser compreendida no escopo teórico de uma única teoria geral, como um grau abstrato da teoria e não como um correlato empírico histórico. Algumas citações de Rubin reforçam esse afastamento de um pressuposto histórico para a forma mercantil-simples:

Marx enfatiza que o método de passar de conceitos abstratos a concretos é apenas um método através do qual o pensamento apreende o concreto, e não a maneira pela qual o fenômeno concreto realmente ocorreu. Isto significa que a transição do valor-trabalho ou economia mercantil-simples para o preço de produção ou a economia capitalista é um método para compreender o concreto, isto é, a economia capitalista. Isto é uma abstração teórica e não um quadro da transição histórica da economia mercantil simples à economia capitalista. (Rubin, 1980, p. 274); (...) A teoria do valor-trabalho, que desenvolve um sistema lógico completo das categorias valor, trabalho abstrato, trabalho socialmente necessário, etc. expressa a “relação unilateral abstrata de um todo vivo e concreto já dado”, isto é, expressa a abstração da economia capitalista. (Ibidem, p. 274-275)

Por outro lado, em outras citações, Rubin reforça a importância de assumir os pressupostos históricos por trás do desenvolvimento das categorias simples até as mais complexas. Nesse sentido, ele buscou se diferenciar de leituras como a de Böhm-Bawerk, “para quem o sistema de Marx é um desenvolvimento lógico-dedutivo

de conceitos abstratos e seu desenvolvimento imanente, puramente lógico, através do método de Hegel”.¹⁷⁴ Contra esta concepção lógico abstrata, Rubin escreve:

Mas, na realidade, a força da teoria de Marx não reside tanto em sua consistência lógica interna quanto no fato de que sua teoria é inteiramente impregnada de um complexo, rico, conteúdo sócio-econômico retirado da realidade e esclarecido pelo poder do pensamento abstrato. Na obra de Marx, um conceito transforma-se em outro não em termos do poder de desenvolvimento lógico imanente, mas pela presença de uma série completa de condições sócio-econômicas concomitantes. Uma imensa revolução histórica (descrita por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva de capital) foi necessária para a transformação do dinheiro em capital.” (Rubin, 1980, p. 105-106)

Mesmo com essas considerações sobre os pressupostos históricos por trás do desenvolvimento lógico, é verdade que Rubin coloca especial ênfase - e essa é a revolução e o caráter pioneiro de sua interpretação - no método lógico-sistemático do desenvolvimento das categorias econômicas no pensamento de Marx para se apropriar do concreto empírico. Graças à ênfase dada ao aspecto qualitativo presente na teoria do valor, Rubin reforçou a concordância desta teoria com a teoria dos preços de produção, ao contrário de autores de seu período que reconheciam uma incoerência com a passagem teórica da teoria do valor para a teoria dos preços de produção na análise do capitalismo desenvolvido. “Se a lei de proporções quantitativas de troca modifica-se na troca capitalista, comparativamente à troca mercantil simples, o aspecto qualitativo da troca é o mesmo em ambas economias”.¹⁷⁵

Foi com base nessa interpretação do aspecto qualitativo do valor, que Rubin pôde concluir que a taxa média de lucro é determinada pela relação entre a mais-valia total e o capital social total. “O caráter específico da teoria de Marx sobre o preço de produção consiste exatamente no fato de que toda a questão das relações mútuas entre mais-valia e lucro é transferida dos capitais individuais para o capital social total”.¹⁷⁶ (...) “Assim, a taxa média de lucro não é determinada, em última análise, pelas diversas

¹⁷⁴ Rubin, 1980, p. 105.

¹⁷⁵ Rubin, 1980, p. 108.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 265.

taxas de lucro nas diferentes esferas, mas antes pela massa total de mais-valia e pela relação entre esta massa e o capital social total.”¹⁷⁷ Para os preços de produção, portanto, a relação da mais valia e o lucro é transferida dos capitais individuais para o capital social total. A aparente incoerência na distribuição do capital que passa a não ser mais proporcional à distribuição do trabalho, como era na teoria do valor, é resolvida.

Nesse debate, Rubin combatia a posição de autores¹⁷⁸ de sua época que eram críticos ao livro III de *O Capital* de Marx, pois viam nesta obra uma contradição com o livro I, isto é, com as premissas básicas da teoria de Marx sobre o valor. Esses autores se questionavam do porquê a teoria do valor trabalho, considerada para uma sociedade simplificada, a mercantil-simples, (onde há correspondência entre o trabalho e o valor), permanecia vigente na análise da sociedade mais desenvolvida, onde este fenômeno de igualação dos trabalhos já não se verifica mais, mas sim a igualação de capitais. Esses críticos que insistiam nas contradições entre a teoria de Marx sobre o valor e a sua teoria do preço de produção, reconheciam que a lógica da teoria do valor não podia ser desafiada, contudo, “negligenciaram o fato de que a teoria analisava não só o aspecto quantitativo, mas acima de tudo o aspecto qualitativo (social) dos fenômenos relacionados com o valor”.¹⁷⁹ “Este lugar lógico só pode ser entendido em termos do particular papel que a relação básica entre produtores mercantis separados, enquanto agentes econômicos autônomos, desempenha no sistema de relações de produção da sociedade capitalista”.¹⁸⁰

Rubin também criticou os adversários da teoria do valor de Marx e em certa medida seus defensores que construíram um assim chamado fundamento “histórico” para esta teoria.¹⁸¹ Esses críticos defendiam que a lei do valor-trabalho não era aplicável à economia capitalista desenvolvida, mas apesar disso, era inteiramente válida para o período histórico que precedeu a emergência do capitalismo e no qual são dominantes os pequenos artesãos e a economia camponesa.¹⁸² Rubin é inteiramente crítico à essas posições e atribui interpretações como estas às leituras baseadas em um texto de Engels publicado no *Neue Zeit* em 1897, que encontravam enormes defensores da tese de que a

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Bortkiewicz (Rubin, 1980, p. 116); S. Frank (ibidem, p. 117); A. Bogdanov (ibidem, p. 118); N. Ziber (ibidem, p. 118); Hainisch; J. Schumpeter; F. Oppenheimer; Dietzel; (ibidem, p. 119) Croce (ibidem, p. 103-104).

¹⁷⁹ Ibidem, p. 119-120.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 107.

¹⁸¹ Ibidem, p. 272.

¹⁸² Ibidem, p. 272.

lei do valor existia para o período histórico que antecedeu cinco milênios o surgimento do capitalismo, isto é, desde o surgimento das trocas até o século XV.

É no contexto destas interpretações equivocadas que Rubin evoca os marxistas à buscarem entender a lei do valor no escopo teórico da forma desenvolvida capitalista, assumindo a forma dos produtores mercantis-simples como “uma generalização e uma abstração das características básicas da economia mercantil em geral e da economia capitalista em particular” e não uma existência histórica em separado na qual essa teoria deve ser aplicada.¹⁸³ Portanto, Rubin se posiciona contrário à diminuição da significância teórica que a lei do valor assumia para a compreensão do capitalismo desenvolvido: “(...) sabemos com certeza que o próprio Marx opunha-se vigorosamente à ideia de que a lei do valor esteve em vigor no período precedente ao desenvolvimento do capitalismo.”¹⁸⁴ Assim, ele evoca os marxistas a aceitarem o desafio de entender o significado teórico da lei do valor-trabalho para a compreensão da economia capitalista desenvolvida. “Confundir o enfoque teórico com o enfoque histórico da teoria do valor é não apenas sem sentido, como mostramos, mas também prejudicial.”¹⁸⁵

Então, a seguinte pergunta surge para nós: essas críticas de Rubin podem ser aplicadas à Preobrazhensky, ou em outras palavras, podemos afirmar que a interpretação deste padece de uma abordagem “historicista” da lei do valor, à medida que assume o campo privado russo como uma economia mercantil-simples regulado pela lei do valor?

Primeiramente, temos que reforçar contra quem a crítica de Rubin é dirigida, isto é, àqueles autores que defendiam que a lei do valor-trabalho não era aplicável à economia capitalista desenvolvida, defesa essa ausente na análise de Preobrazhensky, que reconhece o papel que esta lei do valor cumpre na análise de um capitalismo puro desenvolvido. Também está ausente em sua obra qualquer reconhecimento de que haja uma contradição entre a teoria do valor e a teoria dos preços de produção na análise do capitalismo desenvolvido.

Contudo, aparentemente, parece possível responder afirmativamente à primeira pergunta, uma vez que Preobrazhensky atribui teoricamente à economia camponesa russa a classificação de uma economia mercantil-simples regulada pela lei do valor. Mesmo que ali não houvesse ainda a forma capitalista desenvolvida representada pela relação entre trabalhadores e capitalistas, o processo de desagregação das formas

¹⁸³ Ibidem, p. 104.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 273.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 275.

pré-capitalistas se dava através da atuação da lei do valor sobre essa forma. As bases fundamentais para este desenvolvimento já estavam presentes, isto é a forma dos produtores privados mediados pela troca. A característica simples de sua regulação também estava presente: os produtores revertiam parte da produção para a própria sobrevivência e entregavam o sobreproduto ao mercado, descrição essa muito próxima das descrições de Rubin da regulação do valor trabalho numa economia mercantil-simples. Na realidade, se não fosse o fato de Rubin estar totalmente focado na compreensão da lei do valor no interior do escopo teórico geral de um capitalismo desenvolvido, a sua descrição de uma sociedade mercantil-simples, parece convergir inteiramente com as características que levaram Preobrazhensky a fazer esta consideração teórica para o campo privado russo:

Anarquia na produção social; ausência de relações sociais diretas entre produtores; influência mútua de suas atividades de trabalho através de coisas que são produtos de seu trabalho; nexos entre o movimento das relações de produção entre pessoas e o movimento das coisas no processo de produção material; "reificação" das relações de produção, transformação de suas propriedades das 'coisas' — todos esses fenômenos do fetichismo da mercadoria estão igualmente presentes em toda economia mercantil, tanto simples quanto capitalista. Eles caracterizam da mesma maneira o valor-trabalho e o preço de produção. (Rubin, 1980, p. 269)

A igualdade dos produtores mercantis autônomos e independentes é o fundamento para a igualdade dos bens trocados. Esta é a característica básica da economia mercantil, de sua "“estrutura celular", por assim dizer. A teoria do valor examina o processo de formação da unidade produtiva chamada economia social a partir de células separadas, poder-se-ia dizer independentes. (ibidem, p. 102-103)

Se a lei de proporções quantitativas de troca modifica-se na troca capitalista, comparativamente à troca mercantil simples, o aspecto qualitativo da troca é o mesmo em ambas economias. (ibidem, p. 108)

Esses comentários de Rubin parecem descrever exatamente, mesmo que não seja este o seu objetivo, as bases objetivas da economia camponesa russa. Seríamos muito

principistas se não notássemos esta semelhança sobre o significado da economia mercantil-simples, apenas por considerar que para Rubin essa forma simples do valor trata de uma sociedade hipotética que só encontra seu lugar teórico na explicação de um capitalismo desenvolvido. Esta ênfase de Rubin deve ser compreendida no marco de um combate teórico muito específico, a saber, contra aqueles que negavam a teoria do valor para a compreensão do capitalismo desenvolvido ou para aqueles que encontravam na teoria do valor a explicação das relações sociais em qualquer sociedade e não da mercantil-capitalista. Nenhuma dessas leituras estão presentes em Preobrazhensky, pelo contrário, contra isto ele também lança suas críticas.

Não buscamos com isso extrapolar a síntese de que Rubin ofereceu com seu conceito de economia mercantil-simples uma teoria sobre a economia camponesa russa. Mas achamos ser plausível que as diferenças entre ambos os autores não repousam em uma maior ou menor aproximação ao método de Marx neste aspecto, mas na diferença essencial do objeto que está sendo tratado por cada um. Rubin, nos limites da obra de Marx, está preocupado em entender a teoria do valor no marco de um capitalismo já desenvolvido e clássico, que graças a isso pode ser estudado em sua forma pura. Preobrazhensky analisa, por sua vez, uma economia particular - desigual e combinada - e não desenvolvida, seu caráter transicional impõe enormes adaptações a sua análise. Mesmo diante desta distância de objetos entre os autores, há uma aproximação importante nos termos metodológicos sobre como apreender o aspecto qualitativo de cada sociedade analisada.

A economia camponesa apresentava os traços característicos da estrutura econômica da sociedade mercantil-simples, ou seja, a forma básica das relações de produção entre unidades econômicas privadas, a forma da troca e igualação dos valores e a vinculação entre os produtores de mercadorias enquanto sujeitos econômicos iguais, autônomos e independentes. É justamente sobre essas características que repousam também as diferenças estruturais da economia industrial estatizada. Para este setor, Preobrazhensky considerou um novo princípio regulador, a partir do momento que reconheceu que neste caso - sobretudo para as trocas que envolviam apenas as empresas estatais, p.e., quando o Estado é comprador e vendedor dos bens, como na indústria de base - a forma básica privada e autônoma das relações de produção entre as unidades econômicas não existia, portanto, inaugurava a possibilidade da cooperação dos diversos ramos sob um plano comum, supressão da concorrência e fim da atuação do

valor em favor de novas leis objetivas que deveriam se desenvolver. O novo regulador econômico deveria ser explicado a partir dessa nova forma social.¹⁸⁶

A economia camponesa russa era assumida como uma forma mercantil-simples não porque esta precedia historicamente a forma desenvolvida do capitalismo, mas porque esta forma social privada existia historicamente ao lado de um capitalismo já maduro. O avanço da sua produtividade, diante dessa particularidade histórica, não respondia apenas às leis naturais de seu próprio desenvolvimento interno, mas à constante imissão externa da lei do valor que, num cenário onde não houvesse nenhuma resistência contrária, deveria, enquanto tendência histórica, concluir a desagregação da forma pré-capitalista em favor da forma capitalista. Teoricamente, o campo poderia avançar sua base técnica para uma mais elevada, enxertando as máquinas já desenvolvidas pelas indústrias. Dada as formas privadas de propriedade e as explorações individuais no campo, a questão política mais difícil que se colocava para o Estado operário era se, conquistada uma nova base técnica, o campo se desenvolveria para o capitalismo ou para o socialismo. Se alguém censurar a consideração que o campo era regulado pela lei do valor porque este não passou pelo mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo clássico, perguntamos então como caracterizar a grande indústria (e tudo que vem acompanhado com ela, os bancos, o crédito, etc.) enxertada na Rússia pelo capital financeiro inglês e alemão durante o Império czarista, sem que este precisasse passar por todas etapas históricas de desenvolvimento do capitalismo ocidental? Estamos impedidos por isso de considerar que aqui atuava a lei do valor?

Preobrazhensky está comprometido com o problema da transição de uma forma social a outra, da passagem de uma estrutura que possui determinada regulação a outra. Desse modo, considera que no campo há um processo de desenvolvimento da lei valor e desagregação das formas pré-capitalistas, enquanto a economia industrial experimentava a tendência contrária, a substituição da lei do valor pelo princípio da planificação. O princípio planificador deveria responder às leis resultantes da luta entre os reguladores que agiam segundo as necessidades de um desenvolvimento determinado em cada forma social.

¹⁸⁶ “Para a produção mercantil simples e a produção mercantil capitalista, ambas pertencem, embora tenham formas diferentes, a uma mesma família de estrutura econômica, ou seja, à produção mercantil, enquanto que o sistema mercantil-socialista e a produção mercantil pura pertencem a dois tipos diferentes de estruturas econômicas.” (Preobrazhensky, 1970, p. 45).

O setor representado pela economia industrial estatizada só poderia se enfrentar com o campo privado e o capitalismo internacional se se apresentasse como uma estrutura cooperada, cujos diversos ramos atuam em unidade, desenvolvendo proporcionalmente suas partes, isto é, superando a forma reificada dos produtores privados que só se relacionam na troca e comparam os produtos dos seus trabalhos no mercado. Mas, mesmo teoricamente com essa vantagem qualitativa de unidade dos diversos produtores frente à anarquia da forma privada, na prática a indústria russa ainda sofria de significativo atraso técnico em relação aos países capitalistas. Portanto, as possibilidades de desenvolvimento sob suas próprias bases técnicas ainda eram reduzidas, sobretudo, quando colocada em luta com a lei do valor representado pelo campo privado e o capitalismo internacional desenvolvido. Nesse sentido, o Estado deveria recorrer a diversos métodos que possibilitassem uma acumulação prévia em favor da expansão deste setor socializado, desenvolvendo gradualmente suas forças produtivas e reproduzindo ampliamente, por sua vez, as relações sociais inerentes a essa nova forma. Essa acumulação deveria se apresentar como força contrária ao desenvolvimento da lei do valor no setor privado. Os recursos dessa acumulação, no caso específico russo, deveriam se originar das camadas ricas do campo, das vantagens nos preços dos produtos exportados pelo mercado externo monopolizado, dentre outros métodos que esquematizamos na tabela 2 do capítulo anterior.

Com relação à abertura dos mercados possibilitados pela NEP e todas as suas implicações, Preobrazhensky defendeu o planejamento e o aumento do apoio à indústria - segundo ele, o elo mais socialista da economia - e se opôs a todas as concessões posteriores ao camponês rico. Essas teses de Preobrazhensky apresentadas à Academia Comunista em 1924, se tornaram um marco na história da teoria econômica soviética.¹⁸⁷ Mas desde muito antes, em setembro-outubro de 1921, Preobrazhensky previu que "o crescimento dos kulaks nas novas condições deve levar incontestavelmente a um novo agrupamento de forças no campo" e que o Estado soviético deveria, portanto, intervir em favor do camponês pobre, pois a coexistência de processos capitalistas e socialistas de desenvolvimento no campo eram prováveis, mas um confronto futuro era inevitável.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Carr, 1958, p. 202-203.

¹⁸⁸ Carr, 1958, p. 202.

Capítulo 4

Ingo Elbe: uma recuperação a-histórica da forma do valor

Discutimos até aqui como o debate da forma social aparece no pensamento de dois autores importantes do período pós-revolucionário russo: Rubin e Preobrazhensky. O debate teórico deste último estava de acordo com as ideias políticas apresentadas pelos principais representantes da oposição do partido ao longo das disputas que se deram na década de 1920. As particularidades da Rússia, um país predominantemente camponês, cujos produtores se relacionavam privadamente, apesar do caráter social da propriedade, imprimiram enorme particularidade para seu desenvolvimento econômico. Sobretudo com a abertura dos mercados durante a NEP, - necessidade incontornável após a destruição da guerra civil e derrota das revoluções europeias - o processo de desenvolvimento produtivo no campo sob a ação do mercado consolidava a forma social fundamental em direção às relações capitalistas desenvolvidas: a forma dos produtores privados que só se relacionam no ato de troca e sua consequente diferenciação de classe. Passar da condição de pequenos produtores privados para a forma coletiva implicava uma série de complexas e contraditórias etapas no desenvolvimento.

O debate da forma do valor no pensamento de Marx foi amplamente recuperado no século XX, se tornando tema central, por exemplo, na filosofia estruturalista de Louis Althusser ou na filosofia analítica, hoje representada em parte dos autores da “Nova Leitura de Marx” (NLM), no qual insere-se intelectuais como Helmut Reichelt, Hans-Georg Backhaus, Michael Heinrich etc. Apesar das diferenças entre essas correntes, isto é, aproximando-se ou não de Hegel, algo de fundamental os une: o caráter a-histórico da recuperação do aspecto formal da teoria do valor.

A obra do alemão contemporâneo Ingo Elbe **Marx no Ocidente: a nova leitura de Marx na República Federal desde 1965** (2010) é uma amostra ilustrativa dessa nova recuperação do debate da forma do valor e é sobre ela que vamos nos debruçar. Elbe busca construir uma história do marxismo no século XX focando desde a corrente que ele denomina “marxismo tradicional” (que coincide, com exceções, com os autores do período da Revolução Russa) até a “Nova Leitura de Marx” (“NLM”), esta que tem seu início apontado desde a década de 1960. O autor não só reconstituiu a história do marxismo, como através desta história ele constrói a sua própria interpretação da teoria

de Marx no interior do que ele julga serem os problemas mais centrais tratados pelo marxismo alemão contemporâneo, a saber, o problema da teoria do valor, na discussão centrada nos primeiros capítulos de *O Capital*, cujo foco é o conceito de forma e sua apreensão apropriada. O interessante é que a restauração do debate da forma do valor marxista é construída a partir de uma interpretação histórica específica sobre o marxismo russo.

Segundo Elbe, autores ocidentais cometeram o erro de contar a história do marxismo de acordo com sua maior ou menor aproximação com o movimento operário.¹⁸⁹ Buscando se distanciar dessa interpretação histórica o autor propõe uma linha interpretativa, cujo fio condutor é a apresentação geral das “ideias centrais” ou das “estruturas paradigmáticas” dos autores marxistas estudados. O método de construção histórica do pensamento é abordado de acordo com o conteúdo lógico-sistemático da obra dos autores. Na prática, Elbe reconhece maior ou menor aproximação com o pensamento de Marx desde que a obra em questão, no interior de sua estrutura interna, consiga oferecer derivações lógicas abstratas, isto é, consiga apresentar uma estrutura coesa de exposição formal dos conceitos. Nesse sentido, as obras são deslocadas da história e apresentadas segundo seu “paradigma” filosófico. Na prática, a história se torna uma história da estrutura teórica das obras, encaradas segundo o conteúdo teórico imanente do texto. Segundo seu método da história, a racionalidade dos conceitos dos autores tratados se resumem à estrutura argumentativa textual, sem qualquer conexão com a realidade concreta na qual as ideias foram elaboradas.

O método da história de Ingo Elbe se afasta de uma compreensão materialista dialética e, portanto, da própria tradição de Marx, uma vez que o autor busca nas categorias lógicas e na estrutura interna das obras a explicação dos fenômenos históricos e nega por completo o caminho contrário. Esse tipo de abordagem da teoria da história é incompatível com o estudo do “marxismo tradicional”, porque o debate teórico sobre a forma do valor que se desenvolveu na Rússia pós-revolucionária estava intimamente ligado com as particularidades e originalidades de um país essencialmente agrário e atrasado combinado com as formas capitalistas modernas de industrialização, atravessado durante todo seu período de juventude por guerras e destruições das forças produtivas, portanto, uma forma nada clássica como o capitalismo inglês analisado por Marx, este que já chamava atenção para a impossibilidade de deslocar a sua teoria que

¹⁸⁹ Elbe, 2010, p. 12.

explica um capitalismo clássico desenvolvido para a explicação do destino da Rússia capitalista semi-feudal.

A própria classificação do “marxismo tradicional” de Elbe não diferencia etapas qualitativamente distintas da Revolução Russa, uma vez que o stalinismo aparece sob o mesmo marco teórico que a jovem Rússia soviética, de modo que Elbe conclui que há uma unidade teórica paradigmática em autores como Engels, Lênin, Stálin, Bukharin e Rosa Luxemburgo, para citar os principais nomes mencionados. Discutiremos algumas passagens fundamentais da obra de Elbe.

Elbe nomeia três escolas fundamentais do marxismo ocidental no século XX: 1) Marxismo Tradicional (*traditioneller Marxismus*), cujas teorias da concepção “materialista da história”, segundo ele, estão no centro da obra de Marx-Engels, marcada por “uma visão de mundo proletária fechada”, trata-se de uma “doutrina da evolução da natureza e da história (devir e passar)”, seus representantes são Engels, Kautsky, Bernstein, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Stálin, Hilferding, dentre outros. Esta “linha teórica” é caracterizada como sendo o “marxismo de visão de mundo”; 2) Marxismo Ocidental (*westlicher Marxismus*), que é subsequente ao “marxismo tradicional” e é quem oferece um “trabalho humanístico inicial” para o trabalho científico tardio cujos representantes vão desde Lukács, Korsch e Bloch, passando pela Escola de Frankfurt, Gramsci, Sartre e outros; 3) Nova Leitura de Marx (*Neue Marx-Lektüre*), aquela, segundo Elbe, que “decifra e critica as formas de socialização capitalista por meio de uma exposição lógico-sistemática”, aquela que consegue finalmente realizar o debate da forma do valor, desenvolvendo uma teoria “crítica” e “revolucionária”, felizmente, distante do movimento operário. Segundo ele, é nessa última etapa do marxismo que o debate da forma do valor ganha força pela primeira vez.¹⁹⁰

Quando Elbe se propõe a descrever a história do “marxismo tradicional”, que coincide, dentre outros autores, com os marxistas da década de 1920 na Rússia, ele afirma genericamente que para esta escola o valor funciona como “um instrumento do processo de produção e reprodução socialista sistematicamente gerido”, concebido de acordo com “os princípios da contabilidade e do controle da quantidade de trabalho e do consumo”¹⁹¹, de modo que “todas as idéias anteriores” - anteriores à “NLM” na década

¹⁹⁰ *ibidem*, p. 29.

¹⁹¹ *ibidem*, p. 21.

de 1960 - “sobre a transição para o socialismo se referem a modelos de valor de trabalho direto e cálculo de utilidade.”.¹⁹²

Não é o desaparecimento das determinações da forma capitalista, mas seu uso alternativo que caracteriza esse socialismo adjetival (R. Kurz) e sua economia política socialista. Há uma desproporção significativa entre a ênfase constante no “histórico” de um lado e a ausência de um conceito de objetividade econômica historicamente especificado e socialmente refletido, de outro. Isso também prova a irrelevância do conceito de forma para a discussão marxista tradicional, na qual ela é considerada no máximo como uma categoria para fatos ideais ou marginais, mas não como uma característica constitutiva da revolução científica marxista. (Elbe, 2010, p. 21)

Então, o argumento é que enquanto o debate da forma do valor para o “marxismo tradicional” estava ausente, o objetivo da “economia política socialista” era gerir a forma do valor a partir da contabilidade de trabalho e consumo. Contudo, a afirmação de que o debate da forma era irrelevante para o “marxismo tradicional” não procede para uma parte significativa dos textos do período revolucionário, sobretudo, na aurora teórica da NEP.

Primeiramente, uma das primeiras e mais sistemáticas elaborações teóricas sobre a forma do valor no pensamento de Marx foi publicado por Isaak Rubin, sendo amplamente divulgado no período e se tornando um pioneiro até hoje não superado, portanto, como é possível afirmar que o debate da forma estava ausente? Como Elbe admite que Rubin¹⁹³ foi um *outsider* - da mesma forma ele considera Pachukanis - e que apenas na década de 1960 foi recuperado pela primeira vez pela “NLM”, então esta questão poderia ser contornada. Mas mesmo admitindo esta hipótese sobre Rubin, é possível negar que o tema da forma do valor estava presente em Trotsky e Preobrazhensky, autores que já discutimos? Não podemos encontrar respostas a isso apenas buscando a terminologia na obra desses autores seguida da sua definição, sistematicamente apresentado como em Rubin, mas temos que compreender como

¹⁹² Segundo Elbe, essa interpretação é oferecida por representantes da “NML”, dentre eles Heinrich, Kittsteiner; Rakowitz (ibidem, p. 21).

¹⁹³ Além de Pachukanis e Rosdolsky, para quem o tema da forma também aparece com centralidade, mas que também são considerados por Elbe como exceções distantes do “marxismo tradicional”.

parte, muitas vezes, implícita do método de análise dos problemas concretos que estão sendo tratados.

Em *Para o capitalismo ou para o socialismo?* Trotsky debate o problema do desenvolvimento desigual das diferentes formas sociais presentes na economia soviética, dando ênfase à forma particular de desenvolvimento do campo privado e da indústria estatal. Igualmente, Preobrazhensky em *A Nova Econômica* está centrado no problema da forma social e isto atravessa toda sua elaboração sobre a acumulação socialista primitiva, no sentido geral de Trotsky, embora mais sistematizado teoricamente. E mesmo Lênin, de quem não podemos esperar textos teóricos acadêmicos sobre a forma do valor, a partir de que base teórica em 1905 ele se diferenciava dos narodniks, senão a partir da diferenciação da forma social do campo e da indústria e, portanto, colocando as particularidades de desenvolvimento de cada forma social como centro do problema econômico socialista? E qual era a diferença fundamental entre a oposição e a posição oficial do partido na década de 1920, depois da morte de Lênin, senão a ênfase teórica dada às formas sociais pelos representantes da oposição, cujas diferenças no interior de uma mesma economia nacional, provocava desenvolvimentos desiguais e constantes crises econômicas e políticas? Portanto, como o debate da forma está ausente para o “marxismo tradicional”? Estamos admitindo que a forma do valor e, em geral, o debate da forma social estava presente na Rússia, pois estamos partindo de uma interpretação específica deste conceito, que, evidentemente, se distancia por completo da compreensão de Ingo Elbe. Sobre essa diferença discutiremos mais à frente.

Sobre o argumento de que para o “marxismo tradicional” o debate da transição para o socialismo se refere apenas a “princípios de contabilidade e do controle da quantidade de trabalho e do consumo” ou a “modelos de valor de trabalho direto e cálculo de utilidade”, enquanto o debate da forma era ausente, não corresponde com a realidade dos autores dessa “escola”. De fato, Lênin, Preobrazhensky e Trotsky defendiam obstinadamente todas as políticas que colocavam as empresas sob a contabilidade do Estado. Trotsky afirma categoricamente: *socialismo é sinônimo de contabilidade*.¹⁹⁴ Mas, esta afirmação enfática deve ser compreendida no marco de uma saudação à publicação dos dados de contabilidade elaborados em 1924 pela primeira experiência de construção de um órgão estatal de planejamento do Estado, que foi a Gosplan. Contudo, a contabilidade não encerrava a questão para ele, assim como não

¹⁹⁴ Trotsky, *Para o socialismo ou para o capitalismo?*, 1924.

encerrou para Rubin, que, a propósito, também discutiu a centralidade da contabilidade para a nova forma social socialista. A contabilidade social não esgotava os problemas reais da transição do capitalismo ao socialismo, sobretudo, enquanto esta forma social socialista não encontrava-se suficientemente desenvolvida e não gozava de unidade de forma e conteúdo no seu sistema regulador de produção e distribuição, nacionalmente e internacionalmente.

Num primeiro momento, houve uma preocupação prioritária, sobretudo durante a guerra civil e a destruição e a dispersão causada por ela, com a *centralização* econômica sob controle do Estado por meio da contabilidade social, mesmo que esta centralização não gozasse ainda de uma *unidade* formal na regulação do sistema econômico socialista como um todo.¹⁹⁵ A contabilidade deveria ser, tanto para o processo transicional (e principalmente para esta etapa) quanto para um socialismo desenvolvido, apenas a pista empírica capaz de revelar o conteúdo social por trás da reprodução ampliada das forças produtivas, bem como a base material que diria se as metas de desenvolvimento (do ponto de vista produtivo e das relações sociais) estão realmente sendo alcançadas. Contudo a contabilidade não era confundida com a própria lei objetiva reguladora da economia social, isto é, a contabilidade não substituíria a compreensão da forma social ou não se sobrepunha a ela, menos ainda no cenário transicional soviético, onde a forma social capitalista ainda estava representada pelo desenvolvimento do campo em luta com a indústria estatizada, portanto, onde o risco da diferenciação social era ainda presente. A contabilidade deveria mostrar a partir de suas cifras o avanço ou o atraso das forças produtivas relativas aos períodos anteriores, oferecendo, com isto, as informações sobre a proporcionalidade das trocas, ou seja, se as trocas entre o Estado com a economia privada estavam sendo vantajosas para uma ou outra formação social. Isto significa que a contabilidade era a pista material para o conhecimento da forma social do desenvolvimento, logo contabilidade e forma não estão em oposição, mas adquirem uma relação de complementariedade num processo transicional. Sem essas cifras, as decisões econômicas e políticas seriam um jogo de azar. Nesse sentido, as leis que regem a economia devem ser antecipados pela contabilidade, mas nunca suprimidas por ela, como escreve Preobrazhensky:

¹⁹⁵ Trotsky, L. *Controle operário e nacionalização*, 1918. CEIP (Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones). Disponível em: <https://ceip.org.ar/Control-obrero-y-nacionalizacion>.

Não são os preços de mercado posteriores à produção mas as cifras da contabilidade socialista anteriores à produção que dão o alarme e informam os centros planificadores. (...) Essa antecipação do processo regido por leis constitui justamente o primeiro traço característico da produção socialista, da nova produção, traço que a distingue da antiga.”¹⁹⁶

Na situação de uma economia de transição e desigual em suas formas internas, a contabilidade deveria apoiar o alcance de certa proporcionalidade da distribuição do trabalho e controle dos ganhos privados das formas reguladas pela lei do valor, bem como a acumulação do Estado em luta com estas formas privadas, sem perder de vista as formas das relações sociais de produção que se desenvolviam por trás do desenvolvimento material. Trazer à luz o conteúdo social do desenvolvimento material era crucial no marco da luta dos reguladores entre a lei do valor e a economia estatal, traduzido em termos políticos: na luta entre trabalhadores e camponeses pobres contra os capitalistas.

Em nossa economia, as tendências socialistas (com grau de desenvolvimento variável) se unem e se entrelaçam com as tendências capitalistas que, por sua vez, não apresentam o mesmo grau de maturidade. Os dados de controle refletem o entrelaçamento dessas duas categorias de processos e, portanto, revelam os componentes das forças de desenvolvimento. Neste ponto está o significado do plano provisório para o socialismo.¹⁹⁷

Trotsky, mesmo defendendo a contabilidade como “sinônimo” de socialismo, exaltando o primeiro relatório de dados da Gosplan publicados depois dos primeiros passos dados pela NEP, não se limitava à existência da contabilidade para caracterizar o processo socialista de transição, pelo contrário, apenas partia disso para ainda se perguntar: qual forma social o desenvolvimento material está assumindo, isto é, para onde se desenvolvem as relações sociais de produção por trás do avanço da produtividade informado pela contabilidade, para o socialismo ou para o capitalismo?

¹⁹⁶ (Preobrazhensky, 1979, p. 61).

¹⁹⁷ Trotsky, L. *Para o socialismo ou para o capitalismo?*.

Também Isaak Rubin, em quem Elbe reconhece a centralidade do debate da forma do valor, discute o papel da contabilidade social. Esta adquire importância para a relação social que é estabelecida previamente pelos produtores, isto é, a forma social socialista em substituição à forma privada dos produtores independentes que só se relacionam no ato de troca.

Nesta [na economia socialista], os órgãos de contabilização do trabalho examinam, de antemão, o trabalho dos indivíduos como parte do trabalho unificado, total, da sociedade, expresso em unidades convencionais de trabalho social. Mas, na economia mercantil, o processo de socialização, de igualação e distribuição do trabalho, se realiza de maneira diversa. O trabalho dos indivíduos não aparece diretamente como trabalho social. Só se converte em social porque é igualado a algum outro trabalho, e esta igualação do trabalho é realizada através da troca. (Rubin, 1980, p. 81)

Portanto, o conceito de forma social não está em oposição à importância dada à contabilidade social para os autores mencionados. É justamente a superação da forma social privada dos produtores independentes que só se relacionam no ato de troca, que coloca a contabilidade sob uma nova função social, como ferramenta fundamental para a regulação da nova forma socialista cujos produtores se relacionam previamente, não mais sob uma relação fetichizada. Mesmo o capitalismo, como escreve Rubin, “baseia-se num grandioso sistema de contabilidade social espontânea e comparação dos produtos do trabalho de vários tipos desempenhados pelos diferentes indivíduos enquanto partes do trabalho social abstrato total”¹⁹⁸. A diferença é que o método pelo qual esta igualação é alcançada é diferente numa economia onde os produtores se relacionam em competição no mercado, cuja relação só pode se manifestar através da mudança de preços. Portanto, a ideia de que para as elaborações teóricas do “marxismo tradicional” o socialismo apenas adota formas de contabilidade social em detrimento da compreensão do debate da forma não é razoável.

Quanto à afirmação de Elbe que o “marxismo tradicional” combina uma “teoria da utilidade” está correta para autores como Bukharin, que elabora explicitamente esta tese em *The Economic Theory of the Leisure Class* em 1927, sugerindo uma fusão da

¹⁹⁸ Rubin, 1980, p. 134.

teoria da utilidade marginal e da teoria marxista do valor.¹⁹⁹ Mas elaborações como esta estão completamente ausentes nos textos de Lênin, Trotsky e Preobrazhensky, além de outros autores importantes do “marxismo tradicional”, como Rosa Luxemburgo e Hilferding.

A afirmação de Elbe que o “marxismo tradicional” não constrói nada além de um “socialismo adjetival” uma vez que elabora uma “economia política socialista” é incorreta também para grande parte desses autores. Já citamos, principalmente nas elaborações de Preobrazhensky, que a ciência da economia política era compreendida como uma teoria das relações sociais de uma economia mercantil-capitalista e de forma alguma para qualquer outra formação social, tampouco para a socialista desenvolvida, da mesma forma como é debatido por Rubin. Nesse sentido Rubin e Preobrazhensky imaginavam que o socialismo desenvolvido superaria a economia política e criaria a ciência da *tecnologia social*.²⁰⁰ Não importa qual objeção podemos levantar quanto ao significado desta nova ciência, o fato é que há uma concordância que a economia política é uma ciência histórica e não uma teoria das relações sociais em geral.

Também a afirmação de Elbe de que a “economia política socialista” do “marxismo tradicional” “não é caracterizada pelo desaparecimento das determinações formais capitalistas, mas por seu uso alternativo” ignora simplesmente o maior e mais interessante debate econômico teórico dos marxistas da Revolução Russa, a saber, a luta pela superação da forma do valor num cenário econômico particular cuja forma social dos produtores privados que só se relacionam pela troca (representado pelo campo e o capitalismo mundial) se enfrentava com o complexo compacto da economia estatal (representado pela indústria), uma nova forma social germinal.

Do mesmo modo a afirmação de Elbe de que para o “marxismo tradicional” há “uma desproporção significativa entre a ênfase constante no ‘histórico’, por um lado, e a ausência de um conceito de objetividade econômica especificado historicamente e socialmente teoricamente refletido, por outro” ignora também a principal elaboração teórica da época, a saber, a tese da acumulação socialista primitiva, que como

¹⁹⁹ Bukharin, Nikolai. *The Economic Theory of the Leisure Class*. International Publishers Co., Nova York, 1927.

²⁰⁰ Na introdução de *Ensaio...* Rubin escreve: “A ciência da engenharia social, mesmo que em estado embrionário, deve fazer objeto de sua análise as forças produtivas da sociedade, na medida que interagem com as relações de produção. Por outro lado, a *economia política teórica* trata das relações de produção específicas da economia capitalista, na medida que interagem com as forças produtivas da sociedade.” (Rubin, 1980, p. 14). A tradução do termo “engenharia social” não é a mais adequada, a expressão original *obshchestvennoy tekhnike* pode ser traduzida como *tecnologia social* no mesmo sentido da expressão usada por Preobrazhensky em *A Nova Econômica, sotsial'naya tekhnologiya* (Preobrazhensky, 1979, p. 55-62).

apresentamos aqui em seus aspectos metodológicos fundamentais na obra de Preobrazhensky e compartilhada por Trotsky²⁰¹, recusa qualquer interpretação que nega a presença de leis objetivas na economia socialista, ou seja, que nega a presença de um regulador objetivamente determinado, não à toa defendiam a compreensão apriorística das leis reguladoras em sua forma pura e teórica, isto é, abstraindo a atuação do Estado. Frisa-se que estamos falando de uma economia não desenvolvida e transicional, que dificulta ainda mais o empreendimento teórico. A ênfase no “histórico” de fato existe, mas isto não está em oposição com uma compreensão formal das leis reguladoras objetivas da economia socialista, que deve abstrair das políticas do Estado e dos órgãos planejadores. Para Elbe, contudo, objetividade conceitual e história são aspectos imiscíveis da ciência. Se bem que ele não está considerando Preobrazhensky, mas não podemos deixar de mencioná-lo como grande representante do marxismo do período e cujas ideias possuem importantes paralelos com Trotsky e Rubin.

Como dissemos, não podemos nos debruçar na leitura desses autores buscando apenas análises sistemáticas dos conceitos da obra de Marx, pois cada autor escreve em um contexto particular e com propósitos distintos. Inclusive, é interessante pensar como estes aspectos e as diferentes trajetórias dos autores refletem em suas obras. Isaak Rubin, além de ter sido ativo militante antes da Revolução Russa, tornou-se um professor universitário, teórico, tradutor, que construiu elaborações teóricas fundamentais sobre a obra marxista, atuando como um investigador das leituras que eram oferecidas em sua época, criticando diversos autores do período que não recuperavam aquilo que ele encontrou de fundamental nos textos de Marx.²⁰²

Preobrazhensky também era um acadêmico, mas também um importante militante do partido, que trabalhou nos órgãos financeiros do Estado e talvez por essa versatilidade tenha construído uma obra que conseguiu oferecer tanto interpretações teóricas de Marx quanto uma análise teórica da economia soviética, transcendendo a teoria do valor. Trotsky e Lênin nos deixaram textos de outra ordem documental e estas diferenças devem ser levadas em conta por um historiador. Trotsky está debatendo diretamente os problemas imediatos da revolução e não tem o propósito de oferecer uma análise teórica da obra de Marx, se bem que análises teóricas não estão ausentes em seus

²⁰¹ Trotsky retoma a tese da *acumulação primitiva socialista* em seu texto *Para o socialismo ou para o capitalismo?*

²⁰² Há textos e artigos de Rubin sobre os problemas concretos da Rússia revolucionária, sobretudo, no campo do direito, que seriam importantes materiais para uma investigação, mas que ainda são de difícil acesso. Uma lista completa das publicações de Rubin pode ser consultada em https://marxforschung.de/2016/wp-content/uploads/2019/01/biblio_sb4.pdf

textos. Igualmente Lênin, cujos textos muitas vezes são discursos e documentos do partido, frequentemente com pouco rigor terminológico e muitos recursos de convencimento e agitação, que não perdem seu valor por estas características, mas que devem ser compreendidos dentro do seu propósito particular e do seu contexto político. Debruçar um olhar científico sobre esses textos serve não para justificá-los, mas para encontrar, quando houver, os elementos de racionalidade das elaborações teóricas e políticas que não se encerram na estrutura textual filológica, mas no processo histórico social real no qual estão inseridos.

Se considerarmos, por exemplo, um importante texto de Trotsky que já mencionamos como *Para o socialismo ou para o capitalismo?*, não encontraremos nenhuma relação com a obra de Rubin *A teoria marxista do valor* se estivermos preocupados apenas em encontrar estruturas textuais iguais, terminologias iguais, objetos iguais ou propósitos iguais no debate. Mas, se concluímos que cada autor representa um universo teórico próprio sem nenhuma relação teórica um com o outro, esta síntese também não seria razoável. Não precisamos nos censurar em buscar relações entre esses autores, mesmo diante das claras diferenças entre eles, porque algo os une: todos estão sob influência de um mesmo processo histórico, envoltos no mesmo ambiente de debates teóricos e políticos, trabalhando nas mesmas estruturais sociais e instituições que os impulsionaram, isto não é um dado irrelevante para um historiador. E se nos encorajarmos a buscar as semelhanças teóricas entre eles - sobretudo entre Rubin e os demais autores - mesmo que apresentados em diferentes graus de abstração, que exigem um esforço cuidadoso de interpretação, seremos surpreendidos por importantes paralelos e conexões teóricas que enriquecem a compreensão teórica e histórica geral do período revolucionário.

Dando continuidade aos argumentos de Ingo Elbe, destacamos o que o autor considera ser a ideia fundamental da “economia política socialista” desse “marxismo tradicional”: a ideia de que “o movimento operário só precisa adotar as formas de contabilidade associadas desenvolvidas no capitalismo nas sociedades anônimas e no planejamento abrangente por monopólios”²⁰³ já que a “limitada visão de Engels”, o fundador dessa concepção, apenas “identifica a divisão corporativa e social do trabalho”.²⁰⁴ Portanto, a economia política que floresceu desde Engels e que se

²⁰³ ibidem, p. 24.

²⁰⁴ idem.

perpetuou pela Revolução Russa não foi muito longe de uma “economia política proletária” orientada ideologicamente:

O primeiro [“marxismo tradicional”] é entendido como o produto e o processo de uma leitura restrita de Marx, partindo, entre outras coisas, das camadas 'exotéricas' da obra de Marx, que perpetuam paradigmas tradicionais da economia nacional, da teoria histórica e da filosofia e sucumbem às mistificações do modo de produção capitalista, sistematizado e doutrinado por Engels, Kautsky e outros, levando finalmente à ciência da legitimação do marxismo-leninismo. Este último - em sua maioria, além de processos de pesquisa institucionalizados e cumulativos, realizados por atores isolados no estilo de um "marxismo subterrâneo" - se associa ao conteúdo "esotérico" da análise social de Marx. (Elbe, 2010, p. 13)

Nesse sentido, o marxismo tradicional deve ser entendido aqui, de antemão, como a elaboração, sistematização e domínio do conteúdo ideológico na obra de Marx - no quadro da recepção por Engels e epígonos. Em qualquer caso, a influência prática tem sido concedida até agora quase exclusivamente a essas interpretações restritas e ideologizadas da teoria de Marx como determinismo histórico ou economia política proletária. (ibidem, p. 24)

Portanto, a responsabilidade da decadência desse marxismo doutrinário, recai inteiramente no colo de Engels, fundador do “paradigma teórico” do “marxismo tradicional”. “Aqui, ainda mais claramente do que na versão objetivista do materialismo histórico, o marxismo é um engelsismo [Engels]”.²⁰⁵ Com esta obscura hipótese segue: “Até a década de 1960”, ou seja, até o surgimento da “NML”, “os teoremas de Engels foram transmitidos quase incontestáveis e, em conexão com sua fórmula”, cujas origens remontam a Hegel, e “fornecem alimento para a liberdade como um *insight* sobre a necessidade e paralelização das leis naturais e processos sociais para um conceito sociotecnológico de emancipação.”²⁰⁶ Elbe apresenta o que considera ser a obra que foi o marco “unânime” da fundação da “doutrina marxista” (Marxschen Lehre), seguido da

²⁰⁵ ibidem, p. 14.

²⁰⁶ ibidem, p. 21.

recepção imediata de Lênin, Karl Kautsky, Eduard Bernstein²⁰⁷ e Stálin, a saber, o texto de Friedrich Engels de 1878 *anti-Dühring*.

Acima de tudo, porém, o Anti-Dühring é estilizado como o manual da teoria de Marx, bem como uma apresentação positiva de uma "visão marxista do mundo" (ibidem, p. 14) (...) [nesse sentido a “doutrina marxista”], é obra de Engels em vários aspectos e, portanto, na verdade, um engelsismo. (idem)

Engels, unindo o cientificismo de sua época, abre o caminho para uma concepção mecanicista e fatalista do materialismo histórico, mudando a ênfase de uma teoria da práxis social para uma doutrina contemplativa-reflexiva do desenvolvimento. (ibidem, p. 16)

Mas é em *Materialismo e Empiriocriticismo* de Lênin, na visão de Elbe, que “o marxismo aqui se torna ideologia no sentido marxista estrito: a sistematização dos modos de pensamento da compreensão cotidiana reificada.”²⁰⁸ Neste sentido, Elbe “deriva” o “paradigma” de Lênin a partir do “paradigma” de Engels:

O realismo ingênuo da teoria da reflexão sistematizada posteriormente por Lênin e outros, que sucumbe à aparência reificada do imediato de algo socialmente mediado, o fetichismo do ser-em-si de algo que só existe através de uma ação humana historicamente determinado, já se justifica aqui. (2010, Elbe, pg. 15)

Lênin apresentará a "doutrina de Marx" como uma "ideologia proletária" e um substituto da religião, como uma doutrina "onipotente", "fechada e harmoniosa" que "dá às pessoas uma visão de mundo unificada". (ibidem, p. 17) (...) Todos esses desenvolvimentos, que sem dúvida assumem o caráter de uma regressão teórica, culminam no marxismo-leninismo elaborado por Abram Deborin e Stálin. (idem).

Todos os elementos centrais do paradigma marxista tradicional, uma economia política socialista, que degeneraram na legitimação de regimes autoritários de modernização e se concentrou em questões de distribuição

²⁰⁷ ibidem, p. 14.

²⁰⁸ ibidem, p. 15.

de riqueza, caíram em uma crise que só foi plenamente reconhecida e discutida desde o final dos anos 1970 cuja forma e qualidade social não eram mais debatidas. (ibidem, p. 31).

Sem nos ater a todos argumentos apresentados, queremos chamar a atenção apenas à crítica do autor ao “marxismo tradicional” que, segundo ele, admite um papel particular cumprido pela classe operária na revolução e na construção do socialismo, na qual Elbe reconhece uma forma mistificada que assume uma “missão história para o proletariado”. O autor enfatiza sua aversão por esta tese e a elege como uma das principais características de uma apropriação ideológica da obra de Marx. “Finalmente, as concepções economicistas e objetivistas da Revolução e as evocações de uma missão histórica do proletariado, que nada aprendeu desde 1914 e só conheceu “sujeitos históricos em vez de indivíduos reais.”²⁰⁹ Mas, Elbe ignora que a primeira experiência da Revolução Russa foi marcada pela aliança do proletariado com uma classe que não era de trabalhadores no sentido rigoroso do termo, mas de camponeses pobres e pequenos produtores, expressado centralmente no programa político do partido bolchevique desde a revolução de 1905, como discutimos no primeiro capítulo. Portanto, embora de fato seja considerada uma centralidade no papel dos trabalhadores, a experiência da revolução lidou com o papel político central assumido também por outro agente social na revolução: o campesinato pequeno proprietário. Aqui residia toda complicação histórica da Revolução Russa.

Para além disso, o debate da centralidade da classe operária pode ser colocado sob dois aspectos diferentes: o econômico e o político, que embora estejam intimamente conectados, não estão em unidade. Para entendê-lo, precisamos mais uma vez reforçar a diferença entre o campo e a indústria na Rússia que é a sua marca histórica particular.

A produção camponesa, mesmo sob a forma jurídica da propriedade social da terra, consolidou a posse da terra e a propriedade da produção sob a forma dos produtores pulverizados e independentes (a grande produção coletiva era uma ínfima parte) que viveram duas fases fundamentais: o “comunismo de guerra” que sob as exigências militares confiscava os grãos dos camponeses, uma medida excepcional que deveria ser o quanto antes superada e, posteriormente, a NEP que consolidou a possibilidade de lançar esses produtos no mercado, regulados pelos preços, possível desde que a moeda alcançou estabilidade com a recuperação da produção. Cada

²⁰⁹ Ibidem, p. 32.

produtor era proprietário de sua produção, embora não fosse proprietário da terra e apenas tivesse sua posse garantida. A forma social do campo era tal que os produtores “privados” (apesar da propriedade social da terra) se relacionavam apenas através do mercado quando produziam excedentes. A indústria nacionalizada por sua vez tinha outras características, de tal modo que um dos problemas mais dramáticos enfrentados pela revolução em relação ao campo era quase ausente para a indústria nacionalizada: a formação de uma classe rica que controlava a produção.²¹⁰ Nesse sentido, Trotsky escreve:

As desigualdades salariais, por maiores que sejam, não introduzem diferenciação social no proletariado, os trabalhadores continuam a ser trabalhadores nas fábricas do Estado. O mesmo não acontece com o campesinato. (...) No caso dos camponeses, o interesse pessoal já resulta do fato de manterem a economia privada e trabalharem para o mercado. (Trotsky, 1999, sem página.)

Preobrazhensky escreve no mesmo sentido quando discute as questões da divisão salarial causada pela desigualdade da qualificação do trabalho na economia industrial soviética:

A classe operária não pode explorar a si mesma. A divisão do proletariado em trabalhadores que ocupam funções de organizadores - e que, como tais, recebem remuneração mais elevada - e a massa de trabalhadores, é uma divisão no interior de uma única classe, que em nada se diferencia, quanto ao princípio, da divisão desta mesma classe em trabalhadores qualificados e não qualificados. [A heterogeneidade salarial relacionada também com a heterogeneidade na formação do operário e da organização da indústria - V.C.O.O], constitui uma herança

²¹⁰ Os dilemas da indústria eram outros: a necessidade de alocação de investimentos coordenados em um plano de longo prazo, contrariando, portanto, os critérios capitalistas de investimentos e rendimentos de curto prazo, que privilegiavam principalmente o campo privado e a indústria manufatureira; Também a reestruturação da indústria pesada após a guerra civil que operava sob prejuízos, exigindo centralização e otimização da produção que conduzia a um elevado nível de liberação de força de trabalho consolidando um enfraquecimento da classe operária; Também se tornou uma dificuldade o fortalecimento de uma ampla camada de tecnocratas e especialistas com remunerações elevadas, que, inclusive, tinham força de atuação nos órgãos do Estado, bem como a heterogeneidade salarial relacionada também com a heterogeneidade na formação do operário e da organização da indústria e por fim as dificuldades decorrentes da destruição provocada pela guerra.

do capitalismo que o novo sistema econômico recebe, podendo fazê-la desaparecer progressivamente na medida do aumento da produtividade do trabalho, da melhoria da formação cultural e técnica de toda a massa a partir de um novo sistema educacional, do desenvolvimento da democracia operária em todas as questões de liderança e administração, com base, enfim, numa luta perfeitamente consciente com as tendências do conservantismo e da estagnação. (Preobrazhensky, 1979, p. 213)

Portanto, o debate em torno da “missão histórica do proletariado” repousava justamente na natureza da forma social pela qual a atividade dos trabalhadores estava engajada. O fato do trabalhador, por exemplo, receber maiores salários pelo aumento da sua produtividade não o torna por isso agente privado da produção. As mudanças no desenvolvimento material podem, portanto, provocar mudanças nos ganhos, mas não podem conduzir a uma diferenciação de classe no interior do sistema produtivo, isto é, conduzir ao desenvolvimento individual de cada parte da produção. Essa é uma das particularidades da forma social cujos produtores não se relacionam mais no ato de troca, mas estão coordenados a priori sob a base da propriedade e do *trabalho* coletivo, coordenados por um princípio planificador comum. Rubin escreve num sentido semelhante:

Numa sociedade com economia regulada, numa economia socialista, por exemplo, as relações de produção entre os indivíduos membros da sociedade se estabelecem conscientemente, para garantir o curso regular da produção. O papel de cada membro da sociedade no processo de produção, isto é, seu relacionamento com os demais membros, é conscientemente definido. A coordenação da atividade produtiva de indivíduos separados é estabelecida com base nas necessidades. Esse sistema de relações de produção é, num certo sentido, uma entidade fechada, dirigida por uma vontade e adaptada ao processo de produção material como um todo. Obviamente, modificações no processo de produção material podem conduzir a inevitáveis modificações no sistema de relações de produção; mas essas modificações ocorrem dentro do sistema, e são efetuadas por suas próprias forças internas, pelas decisões de seus quadros dirigentes. Essas modificações são provocadas por

modificações no processo de produção.²¹¹ A unidade existente desde o ponto de partida torna possível a correspondência entre o processo técnico-material de produção e as relações de produção que o configuram. Posteriormente, cada um desses elementos se desenvolve com base num plano previamente determinado. Cada elemento tem sua lógica interna, mas, devido à unidade inicial, não se desenvolve qualquer contradição entre eles.²¹² (Rubin, 1980, p. 28)

Nessa citação de Rubin, ao imaginar uma forma social pela qual os produtores regulam a produção “conscientemente”, isto é, coordenam previamente os indivíduos através de um plano, admite que, embora possa haver uma diferenciação das relações em seus aspectos técnicos que devem ser adaptados, não há uma diferenciação de classe que confere aos agentes produtores uma independência na direção da produção. Portanto, o debate do papel da classe operária não está numa chave “messiânica” que delega a um agente social a redenção da história, mas reside nas próprias particularidades da natureza da atividade do trabalho numa forma social cujos agentes da produção estão interconectados entre si, de modo que, uma revolução que confirme juridicamente a propriedade social, está apenas ratificando aquilo que já está em algum grau consolidado na prática pela organização coletiva do trabalho.

A Revolução Russa herdou do capitalismo russo não apenas uma indústria organizada em trustes centralizados, mas também e principalmente uma economia camponesa pulverizada e fragmentada, cuja direção da produção estava submetida ao interesse privado dos agentes que a dirigiam independentemente um dos outros. O campo não havia experimentado a implementação da centralização como na indústria russa enxertada sob as formas capitalistas modernas, mas era essencialmente caracterizado pela forma dos pequenos produtores privados e pulverizados mediados pela troca entre eles. A consolidação jurídica da propriedade social no campo (contrariada pela posse individual da terra) não esgotou a questão da forma social,

²¹¹ Nesse caso, “as relações de produção entre as pessoas têm um caráter exclusivamente técnico” (Rubin, 1980, p. 29). A ciência da *tecnologia social* deveria ser aquela que se ocupa dessas transformações.

²¹² Rubin estabelece uma interessante analogia entre uma economia socialista e a organização do trabalho no interior de uma empresa: “As relações de produção entre pessoas são organizadas de antemão, *com o propósito de servir à produção material de coisas*, e não *através de coisas*. Por outro lado, o objeto se move no processo de produção de umas pessoas para outras com *base nas* relações de produção que existem entre elas, mas o movimento não cria relações de produção entre elas.” (Rubin, 1980, p. 29).

apenas confirmou a necessidade da transformação prática da organização do trabalho para uma forma coletiva. Esse é o problema considerado do ponto de vista econômico.

Considerando do ponto de vista político, o papel da classe operária enquanto agente social específico revolucionário, não elimina o papel político que outros estratos da sociedade (mesmo considerado fora do conceito de classe, que implica localizá-los enquanto agentes do processo de produção) podem cumprir historicamente num processo revolucionário e na construção do socialismo. A experiência da Revolução Russa é um clássico exemplo, pois, considerada numericamente, era essencialmente uma revolução camponesa e não operária. Portanto, do ponto de vista político, a intervenção de agentes sociais para além do proletariado não está descartada. Mas, quando colocados os problemas de construção econômica do socialismo, o papel de ambos agentes são particulares e assumem, conforme avançam-se as forças produtivas, desenvolvimentos desiguais do ponto de vista das relações sociais, portanto, devem ser considerados.

Seguindo com os argumentos de Elbe, a “NLM”, por sua vez, é apresentada em oposição ao marxismo precedente, como “dissidente” do “marxismo tradicional” e do “marxismo ocidental”, como uma escola felizmente “distante do movimento operário” e “dos discursos complementares do partido”, mas concentrada nos círculos acadêmicos²¹³. Após reconhecer a localização de sua escola, para nossa surpresa, quando o Elbe elege o primeiro representante da “NLM”, ele cita nada mais nada menos que: Isaak Rubin. Ou seja, depois de toda crítica feita ao “marxismo de visão de mundo”, de todo distanciamento que ele coloca entre sua escola e o “marxismo tradicional”, Elbe reconhece o valor de um dos principais teóricos do período revolucionário a ponto de nomeá-lo pioneiro de sua própria corrente. Mas é certo que para reconhecê-lo precisa afastar Rubin da experiência teórica e política da Revolução Russa: “Rubin dificilmente pode ser chamado de fonte porque o seu trabalho não foi reconhecido até a década de 1970, embora Roman Rosdolsky se referisse a ele já em 1968. Rubin é mais um pioneiro, cuja relevância foi mais tarde reconhecida claramente.”²¹⁴

Não é mais segredo, no entanto, que havia dois contemporâneos do antigo Instituto de Pesquisa Social que, fora de seu contexto

²¹³ ibidem, p.12;30.

²¹⁴ ibidem, p. 33.

da escola, na jovem União Soviética, em um nível de reflexão que era em parte muito superior ao de seus representantes, traçaram os contornos básicos de uma nova leitura de Marx que permaneceu despercebida pelo marxismo dissidente "ocidental" e que ainda não pôde ser incluída no cânone do marxismo "oriental", da ML [Marxsche Lehre - “doutrina marxista”]. Foi somente na República Federal da Alemanha, e especialmente no início dos anos 70, que os impulsos há muito esquecidos de Isaak Ilyich Rubin e Eugen Paschukanis para a interpretação do trabalho de Marx foram retomados e desenvolvidos no âmbito de uma nova leitura de Marx. (...) Em contraste com o marxismo ocidental de Lukács-Korsch, Rubin e Pachukanis tematizam questões centrais do valor e teoria do estado no marxismo de uma forma que é geralmente radicalmente oposta à ortodoxia. (Ibidem, p. 33)

Elbe, portanto considera que Isaak Rubin está fora do escopo teórico dos seus contemporâneos, que se trata de um “marxista subterrâneo”, ou seja, que ele nada tem em comum com o “marxismo tradicional” de Lênin e Trotsky, estes que são correlatos teóricos do socialismo adjectival de Kautsky, Deborin e Stálin e, no geral, todos estiveram inspirados em Engels. Elbe pode sentir-se à vontade em tomar este percurso, porque sua história não tem lastro cronológico, nem material e nem histórico. E mesmo sua tentativa de agrupar os autores de acordo com seu “paradigma teórico” fracassa, pois, agrupar Trotsky e Stálin - para citar um exemplo - teoricamente e não reconhecer as diferenças teóricas nos textos de ambos e as disputas políticas que eles travaram, independente de quais sejam, ou não reconhecer nenhum paralelo entre Rubin e os autores do período, são pressupostos que não se sustentam. Se Stálin está tão alinhando “paradigmaticamente” com Trotsky ou com os autores da década de 1920, ficamos sem saber o porquê, toda vanguarda teórica do período (Trotsky, Preobrazhensky e Bukharin, para citar uma lista bem minimalista) junto com toda vanguarda política do partido bolchevique terem sido assassinados ou deportados pelo regime de Stálin para que este consolidasse suas “bases teóricas” de economia autárquica, inaugurando um longo período de orfandade do marxismo. E mesmo se ignorássemos este “detalhe”

histórico, seria suficiente apenas citar as diferenças teóricas dos textos destes autores, que são explícitas, mas que não é nosso propósito aqui.

Na visão de Elbe, apenas na década de 1970 na Alemanha iniciou-se um estudo sério sobre o tema da forma do valor em *O Capital*, mas ao descrever a história de sua própria escola, começa pela bibliografia obrigatória de Rubin, Pachukanis e Rosdolsky. Elbe aproxima esses autores de si enquanto não admite nenhuma relação entre eles e a Revolução Russa, porque o método da história de Elbe é uma “história das ideias”, ou do “*processo de aprendizagem*”²¹⁵ (Lernprozess), o percurso pela qual a correta leitura de *O Capital* precisaria percorrer até chegar em sua forma genuína, ou despida de influências do movimento operário e de Engels. Quanto ao argumento de que Rubin era um “marxista subterrâneo” de sua época e que só foi recuperado pela “NLM”, devemos fazer algumas considerações, além das que já debatemos teoricamente no interior das obras de Rubin e Preobrazhensky.

O Instituto Marx-Engels (IME) foi fundado em 1919 no marco de um esforço de recuperação das obras de Marx após a Revolução Russa. Este instituto, sob direção de David Riazanov, trabalhou em colaboração com a Academia Socialista de Ciências, também fundada após a revolução em 1918, fornecendo um precioso trabalho de arquivamento, tradução e coleção de obras sobre temas do socialismo e do movimento operário. O IME reuniu manuscritos não publicados de Karl Marx e Friedrich Engels, além de coletar livros, panfletos e periódicos relacionados aos movimentos socialistas e trabalhistas organizados no mundo. Por volta de 1930, suas instalações incluíam numerosos livros, periódicos e documentos originais e de fotocópias de Marx e Engels.²¹⁶ Foi aqui que iniciou-se o projeto de recuperação da obra completa de Marx e Engels (MEGA - Marx-Engels-Gesamtausgabe). Em 1919, Riazanov, sob direção do IME, convidou Isaak Rubin para trabalhar com o patrimônio literário de Marx e Engels. Em 1922, Ryazanov também inseriu Rubin no trabalho de publicação da primeira edição da MEGA.

O Instituto Marx-Engels (MEI) criado por David Riazanov em janeiro de 1921, logo se tornou um importante arquivo do socialismo e um centro de pesquisas sobre o marxismo, a história do pensamento econômico, a filosofia e a história da Europa Ocidental, entre outros campos. (...)

²¹⁵ Ibidem, p. 25; 27.

²¹⁶ La Critique sociale, no.2, July 1931, pp.51-2.

Rubin acabou sendo contratado para trabalhar nas primeiras obras coletadas de Marx e Friedrich Engels na tradução alemã e russa - o chamado Gesamtausgabe (MEGA) - mas o instituto também preparou edições russas de pensadores clássicos como Adam Smith, David Ricardo, e Thomas Hobbes. O MEI estabeleceu ainda uma grande rede de acadêmicos, arquivistas e instituições acadêmicas em outros países europeus, mais notavelmente, talvez, o Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, com o qual desfrutou de estreita colaboração. (...)²¹⁷

“Em 1905 Rubin se tornou um participante ativo do movimento revolucionário russo. Após a tomada do poder pelos bolcheviques, ele trabalhou como professor de economia marxista e, em 1926, tornou-se pesquisador associado no Instituto Marx-Engels.”²¹⁸ Ele escreveu sobre a história do pensamento econômico e a teoria econômica de Marx, tornando-se um dos principais tradutores de Marx na Rússia, bem como um dos principais economistas e historiadores no início de 1920. Concebido como um manual para uso no ensino superior, **História do Pensamento Econômico**, que apareceu em quatro edições na década de 1920, foi uma obra muito popular, “o livro didático mais procurado e mais reimpresso anualmente para universidades”.²¹⁹ Rubin lecionou economia política em diferentes instituições de ensino, como a Universidade de Moscou, o Instituto Cátedra Vermelha,²²⁰ o Instituto de Professores Vermelhos, o Instituto de Economia Nacional, o Instituto de Economia da Associação Russa, o Instituto de Pesquisa de Ciências Sociais, dando palestras sobre economia política, *O Capital* de Marx e a história das doutrinas econômicas. O mais famoso foi o trabalho que já citamos **Ensaio sobre a teoria do valor de Marx**. Este trabalho foi publicado no início de 1923 e ao longo desta década, foi reimpresso mais três vezes. Nesse texto, as ideias de Rubin sobre trabalho abstrato e concreto, fetichismo da mercadoria, teoria

²¹⁷ Boldyrev, I. e Kragh, M. *The Fate of Social Sciences in Soviet Russia: The Case of Isaak Illych Rubin*, (March 20, 2013). Higher School of Economics Research Paper No. WP BPR 17/HUM/2013, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2236122> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2236122>, p. 7.

²¹⁸ Rubin, I. I. *Essays on Marx's theory of value* Translation. 3rd Edition, Black Rose Books, Montréal-New York: 1990, p. xxxix.

²¹⁹ Vasina L.L. I.I. Rubin – Vozvrashcheniye iz zabveniya In: Melnik D. V. **I. I. Rubin: politicheskaya ekonomiya i sovremennost, Institut ekonomiki** RAN, 2017, Academic editor: M. I. Voyeykov, D. V. Melnik, p. 6. (p. 6-52); ver também Paula, J. A.; Cerqueira, H. E. G. Sobre Isaak Rubin e sua História do Pensamento Econômico. In: RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014. p. 22.).

²²⁰ Paula, J. A.; Cerqueira, H. E. G, 2014, p. 13.

do valor etc., estiveram no centro das discussões teóricas na década de 1920 no campo da economia política. Os *Ensaio*s... foram considerados pelos contemporâneos de Rubin como um dos estudos mais sérios da teoria do valor de Marx.²²¹

Com seus influentes *Ensaio*s sobre a Teoria do Valor de Marx (1923) e a extremamente legível e original *História do pensamento Econômico* (1926), Rubin inicialmente forneceu grande parte do suprimento na década de 1920. Os livros passaram por várias edições e circularam amplamente - considerados por muitos contemporâneos de vários campos das ciências sociais da época como os de maior autoridade.²²²

Nota-se com essas informações que o pensamento de Isaak Rubin não era marginalizado na Rússia, pelo menos não para um certo período da jovem Rússia soviética, diferente da fase tardia quando suas obras foram censuradas, junto com tantas outras de outros autores. O apagamento de Rubin e a censura às suas obras devem ser entendidos no marco dos processos expurgatórios que atingiram toda vanguarda intelectual bolchevique e da oposição do partido no processo de burocratização stalinista, que cumpriu um peso histórico de supressão dos debates inaugurados na revolução que até hoje é difícil dimensionar. Rubin ergueu o monumento de suas obras no interior do esforço material científico impulsionado pela revolução em favor da reabilitação do pensamento de Marx ao lado de tantos outros intelectuais e revolucionários. Rubin encerra sua história executado pelo regime stalinista em novembro de 1937 por supostamente ter formado uma organização contra-revolucionária trotskista, o mesmo destino de Preobrajensky, Trotsky e Bukharin.²²³

Quando afirmamos que o debate da forma do valor esteve presente em torno dos problemas econômicos da Rússia revolucionária, estamos, evidentemente, partindo de uma compreensão metodológica distinta de Ingo Elbe a respeito desta teoria no pensamento de Marx. Elbe não oferece uma posição própria sistematizada, conseguimos apenas reconhecer sua posição a partir de uma maior ou menor aproximação dos autores que ele expõe ao longo da sua obra. Mas, gostaríamos ainda fazer algumas

²²¹ Vasina, 2017, p. 31.

²²² Boldyrev, I. e Kragh, M., 2013, p. 8.

²²³ Day, B. R e Gaido D. F. *Introduction by the Editors*. In: Responses to Marx's Capital : From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. Series: Historical Materialism Book Series, Volume: 144, 2014, p. 619.

considerações metodológicas - sem a intenção de esgotar o debate - quanto à sua aproximação às tradições que se encontram, segundo ele, no interior da “NLM”, a saber, o estruturalismo, o hegelianismo e a filosofia analítica²²⁴, ao mesmo tempo que declara absoluto desprezo teórico pelo “marxismo tradicional”, que não lida com o problema da forma para a crítica da economia, ou seja, não discute a teoria da forma do valor como sistema lógico categorial puro, o que, de fato, da maneira que Elbe aborda esse conceito, é verdade.

Em *O Capital* Marx ofereceu uma explicação teórica sobre a sociedade capitalista. Esse modo de produção é uma realidade empírica e histórica. Contudo, Marx se afastando de qualquer método empirista, não construiu uma explicação do capitalismo como uma sucessão de fatos históricos, ou através do isolamento de um fato específico ou uma exposição pura de dados. Embora seu ponto de partida seja a história empírica, seu método se ascende a um nível superior: o categorial-sistemático. A exposição categorial-sistemática na teoria de Marx para explicar o capitalismo é sua marca teórica fundamental de afastamento da tradição historiográfica empirista.

Marx oferece uma reprodução do concreto empírico de uma forma teórica, não empirista, acessando o empírico de modo não empírico, por assim dizer. Para superar a tradição empirista, isto é, uma pura e simples enunciação de fatos e dados históricos, o método da teoria histórica não poderia ser exclusivamente histórico sem estar sempre apoiado sobre o método lógico sistemático. No estudo dos processos de gênese e transição, que representam etapas fundamentais da história sem os quais ela não existiria, o estudo historiográfico é absolutamente indispensável e não deve estar dissociado do método lógico sistemático, uma vez que este também é fundamental mesmo para o estudo da matéria propriamente empírica.

Nesse sentido, estamos inteiramente de acordo com os protestos de Elbe contra as leituras historicistas no interior da história do marxismo que rejeitaram o conteúdo lógico-sistemático presente nos primeiros capítulos de *O Capital*. Isaak Rubin foi um importante e pioneiro autor na restauração das elaborações teóricas presentes nesses capítulos e mais precisamente na teoria do fetiche enquanto parte fundamental da teoria de Marx, afastando a compreensão de que tratavam-se de meros devaneios filosóficos ou uma mera crítica cultural da sociedade.

Entretanto, a teoria de Marx ao mesmo tempo que rejeita radicalmente o empirismo historicista, dissocia-se igualmente do formalismo apriorista. A construção a

²²⁴ Elbe, 2010, p. 588.

priori de Marx em *O Capital* é apenas uma impressão, mas o ponto de partida real do pensamento é o concreto enquanto concreto real. Essa possível impressão de um método teórico apriorístico parece se justificar a partir do método próprio de exposição de sua obra, uma vez que aqui a elaboração da totalidade concreta como totalidade pensada começa com as categorias abstratas. A leitura de Elbe obstina-se em isolar a *exposição* teórica da ação primeira do conhecimento, tornando o método de exposição um caminho apodítico, sem considerar que o verdadeiro ponto de partida do conhecimento é a própria realidade concreta. De fato, Marx começa sua exposição pelas categorias abstratas, porque a própria realidade concreta e suas múltiplas determinações já estavam dadas na mente, portanto, frisa-se, o ponto de partida é o próprio concreto real. Nesse sentido, na relação entre o lógico e o histórico não existe uma oposição absoluta, não podemos isolar os caminhos, a realidade sempre é o ponto de partida e, especialmente para o “marxismo tradicional”, o ponto de chegada.

De fato, a ordem de sucessão das categorias abstratas não está em identidade com a sucessão da ordem histórica, mas é determinada pelas próprias categorias da sociedade burguesa moderna (dinheiro, valor, juros, etc.) que representam, no fundo, relações sociais de produção. Além disso, Marx não parte de qualquer elemento da realidade para explicar o capitalismo. A importância dada à economia política é justificada porque para o materialismo histórico a fonte das contradições históricas reside justamente no desenvolvimento das forças produtivas que se chocam com as relações sociais. Elbe não considera isso e a oposição entre estes elementos se desloca para a oposição de um elemento variável qualquer, “metateórico”, sem conteúdo concreto. Essa postura, que rememora o formalismo estruturalista, se consolida na redução do histórico a apenas um momento subordinado ao lógico sistemático, uma variável teórica, indeterminada e impenetrável.

A crítica de Elbe ao historicismo é pertinente e seus argumentos oferecem inúmeras ferramentas úteis contra esse método, contudo o autor realiza o movimento binário oposto e concebe a história sem historicidade. A história se torna nada mais que uma combinação de categorias dentro de uma estrutura autoperpetuante, cujos efeitos são imanentes à própria estrutura, isto é, os efeitos são os próprios elementos abstratos da estrutura organizados num todo articulado e finito. No limite, esta operação epistemológica não permite nada além do que uma existência indeterminada das categorias, que só se tornam oportunas à universalidade histórica do ponto de vista mais abstrato. Se adotamos esta postura metodológica entramos num beco sem saída, uma

vez que, esta tradição metodológica não oferece instrumentos teóricos para explicar as transições históricas, tema muito caro para o “marxismo tradicional”.

Conclusões

A recuperação do pensamento de Marx depois da revolução de 1917 esteve intimamente ligada aos problemas políticos e econômicos originais da Revolução Russa. Não se tratando de um capitalismo clássico, tampouco de um “socialismo clássico”, o debate presente em *O Capital* não poderia ser simplesmente deslocado para a realidade soviética. Isso estaria em contradição com o próprio método da crítica da economia política de Marx, cujo estudo tem como objeto as relações sociais historicamente determinadas numa economia mercantil-capitalista clássica.

Desde o século XIX, inúmeras reformas introduzidas pelo Império czarista consolidaram o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tanto no campo quanto na indústria: a emancipação dos servos, as reformas de Stolypin e todas imposições aplicadas pelo Estado contra os camponeses, que cada vez mais lançavam-se à condição de força trabalho e se deslocavam para as cidades. O aumento da população pressionava os meios de vida, as reformas fragmentaram a propriedade sem nenhum incentivo ao avanço da técnica ao mesmo tempo que permitiam “naturalmente” que os camponeses mais “adaptados” prosperassem. As reformas trouxeram um gosto amargo de injustiça que conduziram a uma crise social cristalizada na revolução de 1905, quando os camponeses se tornaram agentes centrais do processo revolucionário, além da classe trabalhadora das cidades. Essa constatação impõe aos marxistas russos uma atenção especial à classe camponesa, girando seus programas políticos em direção à radicalidade assumida por ela.

Os primeiros grupos marxistas na Rússia nasceram em torno do movimento camponês, trazendo consigo as questões teóricas que envolviam a possibilidade de desenvolver um socialismo numa economia predominantemente camponesa e não capitalista desenvolvida. Assim, as formas particulares de produção e aplicação do trabalho no campo russo foram matéria de questões entre os marxistas sobre a possibilidade de transição direta ao socialismo, sem passar pelo menos processo histórico dos países do ocidente. É em torno dessas questões que diferenciam-se os narodniks (e seus sucessores sociais revolucionários) e os bolcheviques. Apesar do apoio programático por parte dos bolcheviques dado à reivindicação do camponês pela posse individual imediata da terra, Lênin reconhecia que essa política estava em

contradição com uma verdade econômica fundamental: a forma privada dos camponeses, divididos em milhões de pequenas propriedades, estava em contradição com a forma da organização coletiva do trabalho, apesar do caráter coletivo da propriedade jurídica da terra. Cada camponês produzia privadamente para seu próprio interesse e, em condições desfavoráveis, lançava-se ao abandono do cultivo voltando-se à sua própria subsistência ou à retenção de estoques, no caso dos camponeses mais ricos. Com a abertura dos mercados durante a NEP, essa condição se materializou em inúmeras crises.

As crises econômicas que ocorreram depois do período do “comunismo de guerra”, a partir da abertura dos mercados e da gigantesca desproporção de dois setores fundamentais da economia, a cidade e o campo, foram conteúdo de um polarizado debate político sobre suas causas e as possíveis saídas para elas. Por um lado, a posição oficial do partido, respaldada pelas autoridades que ocupavam os cargos das principais instituições financeiras do país, que defendiam uma linha “agrarista” e monetarista ortodoxa, ignoravam o conteúdo social das colheitas. Este bloco julgava que a crise era causada pela falta de absorção no campo por causa do seu baixo poder aquisitivo. Ao mesmo tempo defendia a fixação dos preços industriais abaixo de seu custo de produção de modo a garantir a “absorção” dos produtos industriais pelo campo. Os critérios para a concessão de crédito seguiam uma linha financeira ortodoxa de ganho a curto prazo que favoreciam os empreendimentos camponeses e da manufatura, enquanto desfavorecia a indústria de base, corroborando assim para a disparidade dos preços entre o campo e a cidade. Os impostos progressivos cada vez mais deram lugar aos impostos indiretos no consumo e outras formas que recaiam sobre a classe trabalhadora e, sistematicamente, o desenvolvimento produtivo era tratado sem seu conteúdo social.

Apesar da hegemonia dessa ala do partido durante quase todo período da NEP, sobretudo, depois da morte de Lênin, a oposição cumpriu um peso importante no sentido contrário. Esta defendia que as causas estruturais das crises eram explicadas pelo atraso da indústria e sua irrelevante recuperação em relação ao campo que viveu rápida recuperação. A oposição defendia a importação de máquinas para que o aumento da produtividade conduzisse à redução dos custos de produção da indústria e estes refletissem nos preços finais. Os recursos para esses empreendimentos deveriam se originar, principalmente, das classes ricas do campo através de impostos progressivos e também através do monopólio do mercado externo de grãos. A concessão de crédito não deveria seguir critérios ortodoxos de lucratividade, pela própria natureza da indústria de

base que exigia altos investimentos e não oferecia retorno a curto prazo, mas que era fundamental para um equilíbrio dos preços e deveria seguir os princípios de uma planificação geral. A manipulação dos preços, útil para uma atuação conjuntural por parte do Estado, não poderia substituir medidas estruturais para conter o desequilíbrio entre a cidade e o campo.

O fundamental dessa compreensão da oposição é que os caminhos para o avanço produtivo e um equilíbrio no mercado carregavam, em seu conteúdo mais profundo, uma concepção sociológica sobre os problemas econômicos, concepção coerente com a interpretação oferecida por Isaak Rubin sob o caráter social da forma do valor. Para a oposição, qualquer que fosse a saída para a crise, ela deveria primeiro revelar o conteúdo social por trás desta saída. O conteúdo econômico socialista de um governo socialista, deveria ser preenchido com as formas coletivas de produção e reprodução ampliada, base para uma economia organizada, formas essas mais próximas dos setores da economia industrial sob controle do Estado, já que a produção agrícola coletiva (Sovkhozes e Kolkhozes) ainda era incipiente. Desenvolver a todo custo a produtividade de uma forma social privada, mediada pelo mercado, não poderia conduzir à outra coisa senão a uma progressiva restauração capitalista, é o que os dados de proletarianização do campo, enriquecimento dos “mais adaptados”, arrendamento das terras e facilitação fiscal testemunharam.

A forma privada dos produtores agrícolas herdada do passado e reforçada na revolução não significava uma fatalidade para o Estado soviético, na visão de Lênin e Trotsky, mas na prática significava um importante problema. O desenvolvimento da produtividade aqui deveria ser acompanhada de perto pelos órgãos populares dos trabalhadores agrícolas e industriais, fazendo prevalecer seus interesses de transformação estrutural das fazendas individuais para a grande forma coletiva. Essa transição deveria contar com o apoio do Estado para mecanizar e avançar a técnica no campo, uma vez que o atraso técnico era incompatível com uma futura forma do trabalho cooperado das fazendas coletivas. Assim era encarado teoricamente o problema. Contudo, na prática, inúmeros fatores contribuíram para as dificuldades da consolidação da forma coletiva camponesa, problemas de diferentes ordens: as inúmeras formas de propriedade e organização do trabalho (mir, khutor, otrub, artel, cooperativas, etc.) que dificultavam uma organização uniforme e dependiam, portanto, inteiramente das direções políticas dos camponeses locais, onde os bolcheviques tinham pouca influência; a desagregação das formas de relações patriarcais e emancipação da mulher;

o enfraquecimento da classe operária pela guerra causado otimização da indústria; a derrota das revoluções europeias; a divisão interna do partido e dos órgãos financeiros do Estado; resistência do camponês a mudanças abruptas; etc.

Isaak Rubin foi um intérprete teórico, pesquisador e professor universitário, amplamente reconhecido no período, através dos seus trabalhos realizados junto ao Instituto Marx-Engels, instituição que deu início a um amplo trabalho de tradução e organização das obras de Marx. Sua tese, bastante debatida na época, conseguiu captar o método de Marx na totalidade de suas obras, no curso do desenvolvimento de seu pensamento. Rubin resgatou a teoria do fetiche como tese central da crítica da economia política, colocou as relações sociais no centro do objeto teórico da economia política e provou a íntima relação da teoria do valor com a teoria dos preços de produção, afastando as concepções historicistas que retiravam a teoria do valor do escopo teórico geral da tese de Marx. Aqui a lei do valor não é uma teoria das relações sociais em geral, válidas para qualquer sociedade ou para uma etapa específica do capitalismo, mas uma teoria de um capitalismo desenvolvido estudado em sua pureza. O método lógico abstrato de Marx, cuja definição do valor implica uma exposição sistematizada, percorre “camadas abstratas”, desde as categorias mais simples até as mais complexas, que expressam relações sociais pressupostas historicamente. Desse modo, as “contradições” do problema da transformação da teoria do valor trabalho e os preços de produção puderam ser desvendadas, sendo Isaak Rubin um pioneiro nesse debate.

A recuperação do pensamento de Isaak Rubin feita pelo autor contemporâneo Ingo Elbe, que se apresenta como parte da “Nova Leitura de Marx”, tenta imprimir-lhe um status estrangeiro em relação ao que ele chama de “marxismo tradicional”, etapa da história do marxismo russo, cuja apropriação “historicista” do método de Marx, segundo ele, nega seu conteúdo teórico formal. Essa “doutrina marxista” reúne desde Engels até Stálin, passando por Kautsky, Bernstein, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, etc., que sob um guarda-chuva “paradigmático” e influenciado pelo movimento operário, não significaram mais que um parêntese de uma sóbria interpretação da forma do valor em Marx.

Como discutimos, a interpretação de Preobrazhensky está de acordo com Rubin em pontos essenciais. Para ambos a crítica da economia política explica um capitalismo clássico e não pode ser considerada uma teoria das relações sociais em geral. Também ambos estão alinhados na compreensão de que as categorias materiais expressam relações sociais, não se contentando com o nexos quantitativo da lei do valor. Mas, de

fato, os caminhos teóricos que Rubin e Preobrazhensky vão percorrer, tomam destinos diferentes, mas não opostos. A diferença fundamental entre ambos é que aquele está analisando a obra de Marx, que por sua vez, estuda um capitalismo puro e desenvolvido, enquanto este busca entender a particularidade russa extremamente singular.

A diferença entre o esquema teórico de um sistema econômico desenvolvido como o capitalismo estudado em sua pureza e a própria realidade concreta de uma sociedade de transição desigual que compartilhava em seu território formas sociais patriarcais, mercantis primitivas e socialistas de transição, além de se enfrentar com um mercado internacional capitalista desenvolvido, essa diferença não é considerada por Elbe, que dá o assunto por encerrado apenas dispondo da primeira apropriação teórica e se enjaulando nela. Ao passo que se localiza nessa posição, estigmatiza o “marxismo tradicional” como uma “doutrina” cuja forma social do valor é uma ideia estranha, de modo que o “correlato empírico” da estrutura formal de exposição em *O Capital*, segundo ele, “vai por todo lado”. Daí que na medida de sua régua teórica, Lênin e Stálin são consequências inevitáveis do historicismo de Engels.

Contudo, o estudo da história exige outra postura teórica. Marx, para escrever *O Capital*, se apropriou de volumosos fatos da realidade para entender o capitalismo, seu desenvolvimento, suas tendências e leis. Para tornar coerente sua explicação com o seu método, percorreu uma exposição que desconsiderava as inúmeras particularidades opostas da realidade, assumindo primeiramente as categorias abstratas, desde as oposições conceituais mais simples até as mais complexas. Essa exposição toma *a priori* um capitalismo que já existe, que já está dado na mente, mas seu ponto de partida é a realidade concreta e histórica.

A contribuição teórica de Preobrazhensky é fiel, justamente, a esse método formal que busca entender as leis fundamentais de regulação social *a priori*. A lei da acumulação primitiva socialista tenta, nesse sentido, se alçar como sistema teórico que explica a economia socialista de transição. Mas, pela própria natureza incompleta, não desenvolvida e, portanto, parcialmente ilógica da economia transicional soviética, este método sofre profundas adaptações e aparece apenas como uma contribuição inicial, contudo, extremamente valiosa. Teoricamente, uma novidade fundamental para a economia soviética é que a regulação econômica e a distribuição do trabalho e da renda numa economia socialista passa a ser regida por um princípio planificador. Mas, essa planificação não goza de liberdade caprichosa, mas se submete aos ditames das leis objetivas de produção e distribuição proporcional da renda e do trabalho e das

possibilidades e necessidades de acumulação, que devem ser tomadas a priori, leis ainda mais singulares quando limitadas pela ação da lei do valor, reguladora das relações privadas no campo e do capitalismo estrangeiro.

Preobrazhensky e Trotsky estiveram à frente da oposição à ala oficial do partido defendendo as consequências políticas dessa interpretação. Não bastava para estes autores defender uma produção de riquezas irrestritas, como se socialismo fosse sinônimo de uma abundância de coisas, mas de transicionar para a forma social coerente ao socialismo, superando a forma do valor, isto é, superando o mercado, cujo pressuposto histórico fundamental são as relações privadas, reguladas pela troca reificada dos produtos do trabalho. A indústria estatizada era o setor mais amadurecido para realizar essa transição em direção à relação direta dos produtores e iniciar a experimentação histórica do princípio planificador em sentido à superação definitiva do mercado. Suas condições técnicas e seu caráter social (não privado) de organização do trabalho, apesar do atraso em relação ao capitalismo estrangeiro mais desenvolvido, não colocavam grandes obstáculos às novas experiências de regulação direta dos produtores, exceto pelo fato de ser a primeira experiência da história. A situação não era a mesma para o campo. Aqui residia o grande nó dramático da revolução. Os agraristas, representados pela posição oficial do partido, que evocavam o enriquecimento dos kulaks no campo, buscavam esconder a todo custo o verdadeiro conteúdo social das colheitas. Buscavam justificar-se teoricamente com todo tipo de malabarismo teórico, dos quais se afastam da concepção marxista que desvenda as relações sociais por trás do movimento das coisas.

Enquanto a economia soviética atravessava isoladamente essa experiência de recuperação econômica, Trotsky enfatizava repetidamente a pergunta sobre o conteúdo social do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade soviética. A resposta à pergunta *para o socialismo ou para o capitalismo?* deveria trazer à superfície as relações sociais representadas pelos produtos do trabalho, pelos preços, pelo crédito, etc. Essa preocupação de Trotsky, apresentada desde muito antes por Preobrazhensky, contava também com a exigência imprescindível da revolução nos países mais avançados. As políticas econômicas defendidas pela oposição, representadas por esses autores, se opunham diametralmente, portanto, a qualquer concepção autárquica de socialismo como apresentada por Stálin em sua tese do “socialismo em um só país”. Esta, por sua vez, brindou em comum acordo com as posições agraristas representadas

por Bukharin enquanto principal líder teórico desta posição oficial na disputa interna do partido.

Ainda existe um longo trabalho a ser feito na descoberta dos paralelos entre Rubin e Preobrazhensky e, por sua vez, com as teses da oposição do partido na década de 1920. Aos que se interessam pelo tema, seria relevante um estudo da afinidade do debate do dinheiro entre esses autores. Os escritos de Rubin **Ensaio sobre a teoria do dinheiro de Marx**²²⁵ de 1926-1928 podem ser considerados informalmente como uma continuidade de **A teoria marxista do valor**, uma vez que ele enfatiza uma relação inseparável entre a teoria do dinheiro e a teoria do valor em Marx, o que torna importante a consideração das obras em seu conjunto. Esse texto possui profunda convergência com o artigo de Preobrazhensky publicado na terceira edição da Revista da Academia Socialista de Ciências em 1922, cujo título é **Bases teóricas da disputa sobre o ouro e o rublo commodity**, não à toa é mencionado por Rubin em sua obra como uma leitura complementar para o seu debate. As diferenças entre as abordagens dos autores apenas reforça sua complementaridade, uma vez que Rubin está dedicado a um debate inteiramente teórico no interior do pensamento de Marx, enquanto Preobrazhensky dialoga com interpretações de teóricos e representantes das instituições financeiras de seu tempo sobre a teoria do dinheiro na obra de Marx e na economia de transição soviética.

Buscamos corrigir o afastamento assumido hoje entre as conquistas teóricas de Rubin e de importantes representantes teóricos e revolucionários da Rússia pós-revolucionária. Evidentemente, não há uma unidade entre esses autores, mas tampouco há uma oposição. Todos assumem elementos centrais do pensamento de Marx que devem ser levados em conta com seriedade. É recomendável que o valor das contribuições teóricas desses autores seja entendido no marco de uma experiência histórica particular e não universal. Aqui, teoria e história não estão em um duelo, em que uma das posições deve ser vencida em detrimento da outra, mas podem colaborar juntas para uma compreensão razoável sobre a história do marxismo e as contribuições válidas a serem recuperadas hoje.

²²⁵ Traduzido para o português no final de 2020, ver *Rubin, I. I. A teoria do dinheiro em Marx* São Paulo: ICP, 2020.

Referências Bibliográficas

Boldyrev, I. e Kragh, M. The Fate of Social Sciences in Soviet Russia: The Case of Isaak Illych Rubin. Higher School of Economics Research Paper No. WP BPR 17/HUM/2013. 2013 (Disponível em:: <https://ssrn.com/abstract=2236122>).

Broué, Pierre. El partido bolchevique. Madrid: Ayuso. 1973.

Bukharin, Nikolai. The Economic Theory of the Leisure Class. International Publishers Co., Nova York, 1927.

Carr, Edward Hallett. A history of Soviet Russia. The Bolschevik Revolution 1917-1923. London: Macmillan & Co. LTD. Vol. I, 1950.

_____. A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution 1917-1923. The Economic Order. Volume II. New York/London: W.W. Norton & Company. 1952.

_____. A History of Soviet Russia. The Interregnum 1923-1924. New York: Macmillan Company. 1954.

_____. A History of Soviet Russia. Socialism in one country 1924-1926, New York: The Macmillan Company. Vol. 1, 1958.

_____. Historia de la Russia Soviética. La Revolución Bolchevique 1917-1923. Volume III. La Rusia soviética y el mundo. Alianza Editorial, 1973,1974.

_____. A history of Soviet Russia. Foundation of a Planned Economy 1926-29. Volume III, London: The Macmillan Press. 1976.

Dobb, Maurice. Soviet Economic Development. London and Henley: Routledge & Kegan Paul. 1948.

Elbe, Ingo. Marx im Westen: die neue marx-lektüre in der Bundesrepublik seit 1965. 2. ed. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2010.

Jeffrey Brooks and Georgiy Chernyavskiy. Lênin and the making of the soviet state: a brief history with documents. Bedford/St. Martin's, 2007.

Kellogg, Paul. Engels e as raízes do 'revisionismo': uma reavaliação. Práxis, 1995. p. 88-108.

Lênin, Ilyich Ulianov Sobre o imposto em espécie: O significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: A nova política econômica NEP: capitalismo de Estado, transição e socialismo. Organização, tradução e introdução Antonio Roberto Bertelli. - São Paulo: Global, 1987, p. 143-181.

_____. Collected Works. Foreign Languages Publishing House. Moscow, Volume 24, 1974.

_____. Neizvestnyye dokumenty. 1891-1922. [Documentos desconhecidos] M.: «Rossiyskaya politicheskaya entsiklopediya» [Enciclopédia Política Russa] (ROSSPEN), 2000. p. 581-590.

Luxemburg, Rosa, 1871-1919 A revolução Russa. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

Martins, Maurício Vieira. Sobre a nova Edição da obra de Marx e Engels: só a filologia salva?. Revista do NIEP-Marx, v. 1, n. 1, out. 2013, p.135-143.

Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

Montoro, Xabier Arrizabalo. Enseñanzas de la revolución rusa. Interpretación marxista de la experiencia soviética a través de sus textos. Instituto Marxista de Economía (IME), 2018.

Nove, Alec. An Economic History of the USSR 1917-1991. England: Penguin Books Ltd, 1992.

_____. The Soviet economic system. 3rd ed. Boston: Unwin Hyman, 1986.

ORTEGA, Jesús de Blás. La formación del "mecanismo económico estalinista"(M.E.E.) en la antigua URSS y su imposición en la Europa del Este : el caso de Hungría. [Tese de doutorado], Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Departamento de Economía Aplicada I (Economía Internacional y Desarrollo), 2002.

Paula, J. A. Cerqueira, H. E. G. Sobre Isaak Rubin e sua História do Pensamento Econômico. In: RUBIN, I. I. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014. p. 11-24.

Preobrazhensky, Evgenii Alekseevich. A. The Crisis of Soviet Industrialization: select essays. Edited by Donald A. Filtzer, The Macmillan Press LTD: 1980, p. 3-20.

_____. A Nova Econômica. Tradução, apresentação e notas de Leôncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Teoreticheskiye osnovy spora o zolotow i tovarnom ruble. [Bases teóricas da disputa sobre o ouro e o rublo commodity], Vestnik Sotsialisticheskoi Akademii [Revista da Academia Socialista de Ciências], nº. 3, Fevereiro de 1923, p. 58-84. (Disponível em: <https://libcom.org/library/journal-communist-academy>).

Rosdolsky, Roman. Gênese e Estrutura do O Capital de Karl Marx; tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

Rubin, Isaak Illich. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

_____. Towards a History of the Text of the First Chapter of Marx's Capital (1929). In: Responses to Marx's Capital: from Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. ed.: Richard B. Day, Daniel F. Gaido. Historical materialism book series. Vol. 144. Boston, Leiden Brill, 2018. p. 583-618.

_____. Essays on Marx's Theory of Money (1926–8). In: Responses to Marx's Capital: from Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. ed.: Richard B. Day, Daniel F. Gaido. Historical materialism book series. Vol. 144. Boston, Leiden Brill, 2018. p. 619-727.

_____. The Dialectical Development of Categories in Marx's Economic System (1929). In: Responses to Marx's Capital: from Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. ed.: Richard B. Day, Daniel F. Gaido. Historical materialism book series. Vol. 144. Boston, Leiden Brill, 2018. p. 728-818.

_____. A teoria do dinheiro em Marx. São Paulo: ICP, 2020.

_____. Ocheпки po teorii stoimosti mapksa [A teoria marxista do valor]. Iedaniye Chetveptoye [quarta edição]. Gocydarstvennoye Iedatel'stvo Moskva Leningrad [Editora Estatal de Moscou, Leningrado], 1929.

Shanin, T. Late Marx and the Russian Road: Marx and “the peripheries of capitalismo”. Monthly Review Press, Nova York: 1983.

Trotsky, Leon, 1879-1940. A revolução traída. Tradução de M. Carvalho e J. Fernandes. Lisboa: Antídoto, 1977.

_____. Informe sobre la NEP soviética y la perspectiva de la revolución mundial. (1922) In: Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/Informe-sobre-la-NEP-sovietica-y-la-perspectiva-de-la-revolucion-mundial>)

_____. ¿Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?. (1925) In: Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/Hacia-el-capitalismo-o-hacia-el-socialismo,4793>)

_____. La situación mundial. (1921) In: Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/La-situacion-mundial>).

_____. Control obrero y nacionalización. (1918) In: Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível: <https://ceip.org.ar/Control-obrero-y-nacionalizacion>)

_____. Texto: Producción y revolución. (1923) *In:* Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/Produccion-y-revolucion,4791>)

_____. La curva del desarrollo capitalista. (1923) *In:* Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/Las-crisis-y-la-curva-del-desarrollo-capitalista-Cuestiones-de-Metod>)

_____. A história da Revolução Russa; tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. (Edições do senado Federal ; v. 240 A-C)

_____. Programa de transição para a revolução socialista: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017.

Vasina L.L. I.I. Rubin – Vozvrashcheniye iz zabveniya [I.I. Rubin - Retorno do Esquecimento] *In:* Politicheskaya ekonomiya i sovremennost [Economia Política e Modernidade], Institut ekonomiki, Academic editor: M. I. Voyeykov, D. V. Melnik, RAN, 2017, p. 6-52.

Contratesis de la Oposición sobre el Plan Quinquenal. (1927) *In:* Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível em: <https://ceip.org.ar/Contratesis-de-la-Oposicion-sobre-el-Plan-Quinquenal>).

La Plataforma de la Oposición (cap. I, II, III, IV) (1927) *In:* Naturaleza y dinámica del capitalismo y de la economía de transición, CEIP, Buenos Aires, 1999. (Disponível: <https://ceip.org.ar/La-Plataforma-de-la-Oposicion-Cap-I-II-III-IV>).